



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**PLURIATIVIDADE E INCREMENTO DE RENDA NAS FAMÍLIAS DE
ASSENTAMENTOS DO DISTRITO FEDERAL**

FÁBIO RUI SCALZO DO NASCIMENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**BRASÍLIA/DF
2012**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**PLURIATIVIDADE E INCREMENTO DE RENDA NAS FAMÍLIAS DE
ASSENTAMENTOS DO DISTRITO FEDERAL**

FÁBIO RUI SCALZO DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: DR. MAURO EDUARDO DEL GROSSI

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS
PUBLICAÇÃO: 72/2012**

**BRASÍLIA/DF
2012**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

NASCIMENTO, F. R. S. **Pluriatividade e incremento de renda nas famílias de assentamentos do Distrito Federal**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2012, 178 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Nascimento, Fábio Rui Scalzo

Pluriatividade e incremento de renda nas famílias de assentamentos do Distrito Federal. / Fábio Rui Scalzo do Nascimento; orientação de Mauro Eduardo Del Grossi – Brasília, 2012.

227 p. : il.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2012.

1. Pluriatividade. 2. Renda não agropecuária. 3. Assentamentos de reforma agrária. 4. Distrito Federal e entorno. I. Del Grossi, M. E. II. Título.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**PLURIATIVIDADE E INCREMENTO DE RENDA NAS FAMÍLIAS DE
ASSENTAMENTOS DO DISTRITO FEDERAL**

FÁBIO RUI SCALZO DO NASCIMENTO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
SUBMETIDA AO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS
À OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM AGRONEGÓCIOS.**

APROVADA POR:

**MAURO EDUARDO DEL GROSSI, DR. (UNB)
(ORIENTADOR)**

**FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO, DR. (UNB)
(EXAMINADOR INTERNO)**

**VANESSA LOPES TEIXEIRA, DRA (UCAM)
(EXAMINADORA EXTERNA)**

BRASÍLIA/DF, 27 DE AGOSTO DE 2012.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ruy e Heloísa, e à minha esposa, Ariane, que mesmo distantes me inspiram com a felicidade de tê-los presentes em minha vida.

Ao meu orientador, Professor Mauro Del Grossi, pelo apoio, simpatia e incentivo dispensados para a concretização deste trabalho.

Aos demais amigos, colegas e colaboradores que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste objetivo.

RESUMO

Esta dissertação analisa a importância e a percepção da pluriatividade para as famílias pertencentes a três diferentes assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e seu entorno. São expostas as intenções e ações das famílias frente ao uso das atividades não-agropecuárias como estratégia de sobrevivência nos assentamentos. A relativa proximidade de Brasília permite o exercício de ocupações que resultam na melhoria das condições de vida das famílias ou mesmo na sua continuidade. Ficou demonstrada a afinidade natural dos indivíduos em relação ao trabalho agropecuário e também pela pluriatividade, sem que a última atividade interferisse negativamente na primeira. Também se abordou os diversos entraves à pluriatividade, destacando as carências no transporte e educação como as principais barreiras existentes. A agregação de valor aos produtos como estratégia de inserção no mercado capitalista esteve intimamente associada à pluriatividade, enquanto a satisfação com o modo de vida adotado foi demonstrado por ambos os tipos de agricultores, pluriativos ou não. Apesar dos entraves existentes, conclui-se que a pluriatividade é entendida como uma estratégia benéfica de obtenção de melhores condições de vida e de produção pela maioria dos indivíduos entrevistados nos assentamentos pesquisados.

Palavras-chave: agricultura familiar, pluriatividade, assentamentos, estratégia, renda.

ABSTRACT

This dissertation analyses the importance and perception of pluriactivity for the families which belong to three different land reform settlements in the Brazilian Federal District and its surroundings. The intentions and actions of the families concerning the use of the non-agricultural activities as an existing strategy to survive in these settlements are exposed in this study. The relatively close location to Brasilia allows the practice of occupations which result in an increase in the life conditions of the families or even in their continuity. The natural affinity of the individuals concerning agriculture and livestock working, and also pluriactivity has been demonstrated, without any negative interference caused by the latter in the former two mentioned activities. An approach to the various hindrances to pluriactivity has been also made, emphasizing the lack of a satisfactory educational and transport system as the main existing barriers. The add of value to the products as a strategy of insertion into the capitalist market has been intimately associated to the pluriactivity, while the satisfaction with the way of life adopted has been demonstrated by both kinds of agriculturists, pluriactives or not. Despite the existing hindrances, the conclusion is that the pluriactivity is understood as a beneficial strategy for achieving better life and production conditions by the majority of the individuals who live in the researched settlements.

Key-words: family agriculture, pluriactivity, settlements, strategy, income.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Policultura no assentamento Itaúna.....	122
Figura 2: Pequeno açude para criação de peixes, uma das iniciativas que vem sendo incentivadas pela EMATER.	125
Figura 3: Estrada dentro do assentamento Contagem	135
Figura 4: Casa improvisada e sem os recursos básicos a uma família	165
Figura 5: Visão de estabelecimento com alto grau de organização, com moradia em boas condições.....	165
Figura 6: reunião dos integrantes dos assentamentos com representantes da EMATER	
DF.....	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1% da produção agropecuária segundo o tipo de produtor.....	14
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares	9
--	---

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda média mensal familiar agrícola e não-agrícola, segundo o tipo de família – Brasil (em R\$ de Setembro de 2009).....	59
Tabela 2 – Perfil das famílias entrevistadas segundo o tipo de ocupação.....	104
Tabela 3 – Moradores das Famílias entrevistadas segundo a condição na família.....	106
Tabela 4 - Pessoas das famílias que trabalham.....	108
Tabela 5 – Comparação entre o número de pessoas das famílias pluriativas e agrícolas que trabalham.....	110
Tabela 6 – Gênero e idade dos chefes dos estabelecimentos.....	112
Tabela 7 – Comparação entre gênero e idade dos chefes dos estabelecimentos pluriativos e agrícolas.....	113
Tabela 8 – Escolaridade dos chefes de estabelecimentos.....	114
Tabela 9 – Comparação entre a escolaridade dos chefes de estabelecimentos pluriativos e agrícolas.....	115
Tabela 10 - Estabelecimentos cujas famílias desenvolvem atividades não-agropecuárias.....	117
Tabela 11 – Dados indicativos da correlação entre a pluriatividade exercida e os estabelecimentos envolvidos no estudo.....	119
Tabela 12 - Menções de ocupações não-agropecuárias das famílias dos assentamentos.....	120
Tabela 13 - Principais atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos.....	123
Tabela 14: - Principais atividades pecuárias desenvolvidas nos assentamentos.....	125
Tabela 15 - Predileção em relação ao trabalho agropecuário quando comparado ao não-agropecuário.....	126

Tabela 16 – Comparação dos dados das famílias pluriativas e agrícolas quanto à predileção em relação ao trabalho agropecuário quando comparado ao não-agropecuário.....	127
Tabela 17 - Opinião dos chefes de estabelecimentos acerca do impacto do exercício de atividades não-agropecuárias pelos membros de sua família na permanência destas nos lotes.	128
Tabela 18 – Comparação das opiniões dos chefes de estabelecimentos pluriativos e agrícolas acerca do impacto do exercício de atividades não-agropecuárias pelos membros de sua família na permanência destas nos lotes.	129
Tabela 19 – Decisão a ser tomada diante de proposta de emprego não agropecuário com a mesma remuneração.	130
Tabela 20 – Comparação entre a decisão a ser tomada pelos chefes de estabelecimentos pluriativos e agrícolas diante de proposta de emprego não agropecuário com a mesma remuneração.	131
Tabela 21 – Setores mais importantes, na opinião dos assentados, a serem melhorados para viabilizar a conciliação das atividades agropecuárias com as não agropecuárias (pontuação em um total de 186 pontos).....	134
Tabela 22 – Setores mais importantes, na opinião dos chefes de estabelecimentos pluriativos e agrícolas, a serem melhorados para viabilizar a conciliação de atividades agropecuárias e não agropecuárias (pontuação em um total de 132 pontos).....	136
Tabela 23 - Total de integrantes do assentamento que abandonaram, pretendem abandonar ou não cogitam em hipótese alguma abandonar o assentamento (total de 279 membros referenciados, inclusive crianças, idosos e inativos).....	138

Tabela 24 – Comparação dos índices e pretensões de abandono do assentamento por parte de seus integrantes de caráter pluriativo e agrícola (total de 204 membros mencionados, inclusive crianças, idosos e inativos).....	140
Tabela 25 - Porcentagem de renda advinda de cada atividade.....	142
Tabela 26 – Participação das rendas na composição da renda total em municípios do Pólo Assu-Mossoró (RN) (%)......	143
Tabela 27 – Comparação entre a porcentagem de renda advinda de cada atividade nos estabelecimentos pluriativos e agrícolas.	144
Tabela 28 - Média das faixas de renda dos demais trabalhadores que compõem os assentamentos (excetuando-se os chefes dos estabelecimentos).....	145
Tabela 29 - Existência de ocupação para todos os membros de sua família dentro do lote, caso estes decidissem se dedicar ao trabalho agrícola dentro dele.	147
Tabela 30 – Existência de ocupação para todos os membros de sua família dentro do lote, caso estes decidissem se dedicar ao trabalho agrícola dentro dele – comparação dos dados das famílias pluriativas e agrícolas.	147
Tabela 31 - Utilização do dinheiro das atividades não agropecuárias ou da renda assalariada agrícola para investimentos no lote (dentre os 43 entrevistados cuja família auferia renda não-agrícola).	149
Tabela 32 – Comparação dos dados sobre utilização do dinheiro das atividades não agropecuárias ou da renda assalariada agrícola para investimentos no lote, entre as famílias pluriativas e agrícolas (dentre o total geral das 62 pessoas entrevistadas).	150
Tabela 33 - Principal destino da renda não agrícola dentro do assentamento (pontuação máxima: 119).	152

Tabela 34 – Comparação entre o principal destino da renda não-agrícola dentro dos estabelecimentos pluriativos e agrícolas (pontos atribuídos).....	153
Tabela 35 - Sexo e Média de Idade dos demais trabalhadores que compõem os assentamentos (excetuando-se os chefes dos estabelecimentos).....	154
Tabela 36 – Escolaridade e anos de estudo dos demais trabalhadores entrevistados que compõem os assentamentos (excetuando-se os chefes dos estabelecimentos).....	155
Tabela 37 – Nível educacional dos trabalhadores dos assentamentos, excluindo-se os chefes dos estabelecimentos, segundo a presença de ocupação não-agrícola fora do assentamento.	157
Tabela 38 - Número e porcentagem de atividades desenvolvidas pelos demais trabalhadores que compõem os assentamentos (excetuando-se os chefes dos estabelecimentos).....	158
Tabela 39 – Independência das atividades agropecuárias em relação à renda das atividades não-agropecuárias.....	160
Tabela 40 – Independência das atividades agropecuárias em relação à renda das atividades não-agropecuárias – comparação entre famílias pluriativas e agrícolas.	161
Tabela 41 - Correlação entre as condições de vida dos assentados e a prática de atividades não-agropecuárias na opinião dos entrevistados.	163
Tabela 42 - Grau de importância, na opinião dos assentados, das atividades não-agropecuárias para o desenvolvimento, melhoria das condições de vida e continuidade do assentamento.	166
Tabela 43 - Comparação do grau de importância, na opinião dos assentados pluriativos e dos agrícolas, das atividades não-agropecuárias para o	

desenvolvimento, melhoria das condições de vida e continuidade do assentamento. (pontuação em um total de 132 pontos).....	167
Tabela 44 - Renda familiar em salários mínimos, do domicílio do entrevistado.....	169
Tabela 45 - Renda familiar em salários mínimos mensais, do domicílio do entrevistado. Comparação pluriativos X agrícolas.....	170
Tabela 46 - Índice de agregação de valor aos produtos agropecuários através do desempenho de atividades não agrícolas.	172
Tabela 47 – Principais atividades que conferem valor agregado aos produtos.	173
Tabela 48 - Índice de agregação de valor aos produtos agropecuários através do desempenho de atividades não agropecuárias – famílias pluriativas X agrícolas.	173

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problemática	1
1.2 Relevância e objetivos	2
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1. Agricultura familiar: conceitos, definições e marcos de sua delimitação.....	5
2.1.1. A representatividade da agricultura familiar no Brasil	11
2.2. As transformações da agricultura moderna e a pluriatividade como forma de continuidade do modelo familiar de produção	15
2.2.1. As transformações do espaço rural e de suas relações com o urbano.....	19
2.2.2. Entendimento dos conceitos e significados da pluriatividade e a sua coerência aos diversos contextos.....	26
2.2.3. Políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar e à pluriatividade: os exemplos do Brasil e da União Europeia.....	35
2.2.4. As dinâmicas econômicas e regionais de surgimento da pluriatividade	44
2.3. RELEVÂNCIA DA PESQUISA	49
2.3.1. A sobrevivência da agricultura familiar diante do cenário agrário e do agronegócio brasileiro.	49
2.3.2. As diversas faces e funções da pluriatividade	51
2.3.3. A relevância das atividades não – agropecuárias e da pluriatividade no Brasil.....	57
2.3.4 – As vantagens da valorização dos modos camponês e familiar de produção.....	61
2.3.5 – A pluriatividade como precursora da reprodução social e de oportunidades para os jovens no meio rural.....	70

2.3.6 – O impacto dos aspectos agrários e sócio-econômicos do Distrito Federal sobre a agropecuária e a pluriatividade	73
2.3.7 – A relevância do incentivo à associação entre agricultura familiar, pluriatividade e reforma agrária nos assentamentos	77
2.3.8 – A realidade dos assentamentos e a busca da sobrevivência por intermédio de um modo de produção específico	81
3. MÉTODO UTILIZADO	86
3.1. Conceitos e delimitações do espaço estudado	86
3.2 – Problemas e hipóteses levantados	93
3.3 – Etapas de realização da pesquisa	98
3.3.1 – Escolha e localização dos assentamentos para a aplicação dos questionários	98
3.3.2 – Aplicação dos questionários	100
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	104
4.1 – Informações sobre o perfil da composição e do trabalho familiar	104
4.1.1 - Componentes das famílias	104
4.1.2 - Trabalhadores nas famílias dos assentamentos	108
4.2. Informações do chefe do estabelecimento	112
4.2.1. Gênero e idade	112
4.2.2 – Escolaridade	114
4.3 – Atividades desenvolvidas pelas famílias dentro e fora dos estabelecimentos	116
4.3.1 - Atividades não-agropecuárias	116
4.3.2 - Atividades agropecuárias	121
4.4 – Avaliação e perspectivas acerca da atividade agropecuária e não-agropecuária nos assentamentos	126

4.4.1 Pluriatividade e permanência no campo	126
4.4.2 - Entraves à pluriatividade	133
4.5 – Características e atitudes das famílias entrevistadas segundo o tipo de ocupação.	137
4.6 – Dados sobre as demais pessoas (excluindo-se os chefes) das famílias que trabalham.....	154
4.7 – Opinião e dados dos componentes da família agrícola em relação às diversas atividades exercidas	159
5 – CONCLUSÕES.....	175
6. REFERÊNCIAS	196
Anexo A. Questionário aplicado nos assentamentos pesquisados.....	205
ITEM II	208
ITEM III	209

1. INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

No Brasil, a agricultura desempenhada antes dos anos de 1960 era praticamente auto-suficiente, ou seja, o produtor produzia o seu próprio insumo, tinha a sua própria técnica de produção e estabelecia um relacionamento direto com o consumidor. A partir da Revolução Verde¹, os estabelecimentos agrícolas saíram do sistema chamado de “Complexo Rural” e passaram a se integrar num “Complexo Agroindustrial”. Os pequenos estabelecimentos também sofreram com estas alterações e tiveram que modificar a forma como produziam, participando assim de diversas cadeias e conduzindo sua atividade muitas vezes de forma integrada, possuindo um papel definido e crucial em cada uma delas. No contexto desta nova dinâmica, também ocorreu uma crescente preocupação em se diferenciar os produtores familiares dos grandes produtores cuja atividade condizia com os padrões patronais, reconhecendo as suas necessidades específicas a partir de suas peculiaridades.

A presente dissertação se inicia com uma revisão de literatura abrangendo a delimitação da agricultura familiar, suas implicações e seus marcos no Brasil, trazendo à tona a inserção deste tipo de agricultura no modo de produção moderno por intermédio do amparo de diversos fatores e manifestações típicas da agricultura familiar, dentre elas a pluriatividade. Esta é concebida como fruto da busca pela sobrevivência e reprodução social dos agricultores familiares no cenário específico dos assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal, onde os referidos

1 A Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiam um vasto aumento na produção em países em desenvolvimento durante as décadas de 60 e 70 (SANTOS, 2006).

agricultores encontram distintas opções de ocupações não pertencentes ao ramo da agricultura ou da pecuária, seja no meio urbano, na periferia, ou mesmo no meio rural. As diferentes estratégias e percepções dos assentados são avaliadas com a aplicação do questionário anexo, ocorrida entre os dias 03 a 17/02/2012, cujas respostas são o objeto de análise da pesquisa, fornecendo subsídios para posteriores conclusões.

A pluriatividade é explicada por inúmeros autores de diversas maneiras que são apresentadas em duas principais vertentes, uma que prioriza a simples ação do urbano sobre o rural e a outra que trata do assunto como uma manifestação específica do agricultor familiar, que tenta preservar suas raízes e seu modo de vida em um contexto repleto de transformações. Ambas, em graus distintos para cada caso específico, são aplicáveis às famílias nos assentamentos. A agricultura familiar vem tendo cada vez mais sua importância reconhecida através da implantação de políticas voltadas para o setor, o que já ocorria primariamente em outras regiões do mundo, como na Europa por exemplo, onde a pluriatividade é fomentada como um de seus pilares. No Brasil este tipo de agricultura ainda carece de maiores incentivos, assim como a pluriatividade, e a conscientização das autoridades e da sociedade como um todo através de dados e informações concretas sobre sua importância são determinantes para o sucesso de ambas.

1.2 Relevância e objetivos

Tanto a pobreza extrema como o desenvolvimento econômico e urbano podem levar à pluriatividade no meio rural, mas este estudo preconiza a visão de

que a pluriatividade se torna benéfica aos agricultores familiares em regiões cujos centros urbanos próximos à região rural esboçam desenvolvimento e infra-estrutura.

Ao se mencionar a relevância da pluriatividade nos assentamentos do Distrito Federal, devemos reconhecer os seus efeitos benéficos sobre a agricultura familiar, assim como a representatividade deste tipo de agricultura em nosso país, mesmo diante das árduas condições vivenciadas pela produção de caráter familiar, que enfrenta dificuldades que se relacionam a fatores que vão desde à questão agrária até a obtenção de crédito, apesar dos avanços das políticas públicas nos últimos anos. A pluriatividade, em suas diversas formas de manifestação é inequivocadamente parte das estratégias de sobrevivência da agricultura familiar. Se esta não tinha seu valor reconhecido até pouco tempo atrás, atualmente é vista como uma forma de estratégia dotada não só de relevância social e econômica para as famílias com ela diretamente envolvidas, mas também como um fenômeno cuja contribuição possui valor imensurável nos mais diversos âmbitos.

O Distrito Federal, grande centro onde se encontra uma alta concentração de riqueza e de recursos convivendo paralelamente com a existência de bolsões de pobreza e miséria, representados muitas vezes por aqueles que abandonam o campo em busca de ocupação e melhores condições de vida, possui características agrárias específicas. Apesar de projetado para evitar o uso de sua terra como ativo financeiro, de forma a evitar inclusive a concentração fundiária nas mãos de poucos, não é isso que o cenário atual demonstra, tendo em vista as inúmeras invasões e o desvirtuamento do uso do espaço agrário. Os assentamentos provenientes da reforma agrária vêm a representar justamente uma oposição ao cenário de concentração e especulação de terras vigente no Brasil, oferecendo espaço para uma agricultura praticada de forma sustentável e calcada na família como unidade

principal, que se vale da infra-estrutura oferecida pela urbanização próxima não para a prática do êxodo rural, mas sim para a perseverança e a evolução de sua célula produtiva, a família, através da prática da pluriatividade.

Três assentamentos situados no Distrito Federal e seu entorno são o alvo deste estudo, escolhidos com o propósito de oferecer subsídios a uma análise qualitativa dos efeitos da pluriatividade e do incremento de renda proveniente das atividades não-agropecuárias neles exercidas, apontando por intermédio desta análise a confirmação ou a negação das hipóteses levantadas, cada uma delas associada a um problema vivenciado neste meio.

As cinco hipóteses levantadas se relacionam à contribuição da pluriatividade para a permanência das famílias nos lotes dos assentamentos; à propensão relativa à prática da pluriatividade, sujeita a entraves de caráter estrutural; ao investimento da renda não-agrícola nas atividades agrícolas do estabelecimento; ao beneficiamento de produtos agrícolas como forte tendência entre os assentados e à persistência do modo de vida rural e das atividades desta natureza nos assentamentos, apesar da proximidade com o meio urbano e de sua influência.

Os dados desta dissertação foram obtidos através de entrevistas diretas com os chefes e demais membros das famílias assentadas, e se prestam a orientar posteriores conclusões relacionadas às hipóteses e problemas levantados. Para isto, é utilizado questionário anexo, cujos resultados oriundos das respostas são, quando aplicável, submetidos à análise estatística do qui quadrado e a partir destes últimos são descritas as conclusões da dissertação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar: conceitos, definições e marcos de sua delimitação.

O uso do termo “agricultura familiar” é relativamente novo na literatura nacional, e veio tomar maior expressão a partir dos anos 90, quando surgiram vários trabalhos a caracterizando, e apontando suas virtudes e limitações.

Um dos trabalhos pioneiros neste período foi o de Abramovay (1992), e que considera que o conceito da agricultura familiar na sociedade moderna deve ser buscado não dentro do contexto da família propriamente dita, mas sim de sua capacidade em se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve. Segundo Schneider (2003, p.100), a noção de agricultura familiar, dentro de sua amplitude, se mostrou capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, “assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais”. Desta maneira, o conceito de agricultura familiar poderia muitas vezes ser considerado equivocado, por desviar o foco de antigos conceitos como aqueles referidos pelos termos “agricultura de subsistência”, “pequeno produtor” ou “camponês”, que traziam à tona a ineficiência proveniente das dificuldades existentes neste setor desprivilegiado, porém significativo da agricultura brasileira.

A concretização da adoção do conceito “agricultura familiar” se deu após diversos embates a respeito dos critérios a serem usados em sua caracterização, como tamanho das áreas utilizadas e renda bruta dos produtores a serem enquadrados nesta denominação. O que se notou na década de 1990 foi uma

contraposição entre a agricultura familiar e o agronegócio, pois este tratava daquela como algo arcaico e obsoleto, um mero sinônimo de atraso diante das inovações que surgiram após a Revolução Verde e revolucionaram o meio rural (SAUER, 2008). Considerando o caminho percorrido até a consolidação do termo “agricultura familiar”, cabe citar que foram instituídos importantes marcos legais e institucionais criados para a concretização de tal conceito. Atualmente, para delimitar as dimensões do que poderíamos denominar como agricultura familiar, o MDA e o IBGE se baseiam na Lei 11.326 de 2006 como referência oficial do que se conceitua hoje como agricultura familiar. Cabe abordarmos de forma sucinta, os acontecimentos e marcos legais que permearam a construção deste conceito.

Um dos marcos primordiais sobre o tema que mais tarde viria a receber a denominação de agricultura familiar foi o Estatuto da Terra, que correspondia à lei nº 4504, de 30 de Novembro de 1964, e definia os conceitos de pequena produção e pequeno produtor baseando – se na análise da exploração direta do estabelecimento agrícola pelo agricultor e sua família, dentro de um limite máximo de território, vinculando também o caráter familiar à propriedade da terra. Seu artigo 50 faz alusão ao módulo fiscal, atual medida básica do tamanho das propriedades, utilizado para as definir como pequenas (1 a 4 módulos), médias (4 a 15 módulos) e grandes (as demais propriedades) (DEL GROSSI E MARQUES, 2010).

A Constituição Federal de 1989, por sua vez, livra as famílias de pequenos produtores da penhora de suas terras, decorrente de dívidas adquiridas de sua atividade produtiva, e afasta a possibilidade de reforma agrária para as pequenas e a médias propriedades rurais, quando constituírem propriedade única de seu detentor. Em 1991, a Lei nº 8213, de 24 de Julho, angariou a inclusão de parceiros, meeiros, arrendatários, pescadores artesanais e outros que exercessem suas

atividades em regime familiar, como segurados especiais do Regime Geral. Em 1995, um grande marco que possibilitou concessão de crédito rural aos agricultores familiares foi a criação de dois programas voltados para tal fim, o Programa de Geração de Emprego e Renda do Setor Rural (PROGER RURAL) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo este último alvo de futura abordagem nesta dissertação (DEL GROSSI E MARQUES, 2010).

Em meados da década de 1990, ocorreu a consolidação da expressão “agricultura familiar”, gerando a visão de que esta estabelecia uma nova categoria – síntese por parte dos movimentos sociais rurais. Considerado um dos mais importantes precursores do assunto, Abramovay (1992) contribui para o entendimento do conceito dos agricultores familiares modernos, analisando a sua concepção em um cenário atual, distinguindo – o do camponês tradicional por se apresentar mais integrado ao mercado, se empenhar em incorporar inovações técnicas e responder às políticas governamentais, mostrando – se assim mais profissionalizado e capaz de sobreviver às adversidades impostas pelo processo de expansão do capitalismo.

A contraposição de conceitos existente entre os termos “agricultor familiar” e “camponês” é polemizada e discutida por diversos autores e muitos deles se opõem claramente ao uso de ambos os termos como sinônimos. Para Marafon e Ribeiro (2006) o uso do conceito de “produtor familiar” teria suas origens nos Estados Unidos e se referiria ao “pequeno produtor” ousado, propício à prática de inovações, sendo derivado da palavra “*farmer*”. Já o termo “camponês” teria suas origens na Europa, a partir de concepções de produção familiar oriundas de Chayanov e representaria a resistência desta às transformações capitalistas. Fernandes (2002) sustenta que o produtor familiar que se vale de recursos técnicos e desta forma se

integra ao mercado não se presta à denominação de camponês, mas sim de agricultor familiar. Poder-se-ia afirmar então que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa e a mesma lógica se aplicaria aos termos “camponês” e “agricultor familiar”. Em contraposição a estes conceitos e “como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal”. O mesmo autor comenta ainda:

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor (FERNANDES, 2002, p. 18-19).

Já no que diz respeito à diferença entre as agriculturas familiar e patronal, cabe expô-las em um primeiro momento sem tanta ênfase no delineamento teórico ou legal, mas simplesmente comparando as características de ambas, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares

Patronal	Familiar
• Completa separação entre gestão e trabalho.	• Trabalho e gestão intimamente relacionados.
• Organização centralizada.	• Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.
• Ênfase na especialização.	• Ênfase na diversificação.
• Ênfase nas práticas padronizáveis.	• Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
• Predomínio do trabalho assalariado.	• Trabalho assalariado complementar.
• Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.	• Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Marafon e Ribeiro (2006).

Após a consolidação do conceito de agricultor familiar, um dos marcos cruciais que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura familiar foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que posteriormente promoveu a elaboração de uma legislação que veio a defini-la. De acordo com os estudos de Del Grossi e Marques (2010), em Novembro de 1999, foi criado o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, contemplando duas áreas de competência: a de reforma agrária e a de promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares. A criação de tal ministério se deu por reedição da Medida Provisória nº 1911-11, de 26/10/1999. Já em Janeiro de 2000, consolidou – se a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar.

A lei 11326, de 24 de Julho de 2006, sacramentou o conceito de agricultor familiar, instituindo a área máxima de 04 módulos fiscais para a categoria, o predomínio de mão – de – obra da própria família e a vinculação da maior parte da renda ao próprio estabelecimento, que estaria sob a direção de seu chefe e seus familiares. A Lei n° 11326, por intermédio de seu artigo 3º, estabelece que sejam considerados agricultores familiares e empreendedores familiares rurais aqueles que pratiquem atividades no meio rural, “atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos”:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão – de – obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originado de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”
(BRASIL, 2006).

O mesmo artigo da lei n° 11326/2006, em seu parágrafo 1º, cita que o inciso I não é aplicável a “condomínios rurais ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais”. O parágrafo 2º deste artigo inclui na categoria de beneficiários os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, desde que estes atendam às exigências individuais descritas nos incisos de I a IV do mesmo. Esta inclusão gera a perspectiva de que tais classes sejam contempladas por benefícios como a

facilidade nas concessões de crédito ou por programas específicos, como por exemplo, o PRONAF² (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar também passou a ser abordada de forma mais intensiva por pesquisas no meio acadêmico, o que contribuiu para que esta denominação sofresse um processo de consolidação, acarretando como consequência o fortalecimento da categoria dos agricultores familiares (DEL GROSSI E MARQUES, 2010).

2.1.1. A representatividade da agricultura familiar no Brasil:

Pode-se afirmar que a importância da agricultura familiar, no contexto agropecuário brasileiro está relacionada ao papel fundamental que esta desempenha na produção de alimentos e na geração de empregos. O modo de produção familiar é sem dúvida o mais presente em assentamentos de reforma agrária, devendo sofrer incentivos devido à sua representatividade produtiva e social. Cabe situar o papel crucial e predominante deste tipo de agricultura em nosso país, justificando assim quaisquer ações que amparem o desenvolvimento desta forma de produção, dentre elas a pluriatividade.

O IBGE (2006), por intermédio do Censo Agropecuário de 2006, identificou 4.367.902 estabelecimentos familiares, o que equivalia a 84,4% do total de estabelecimentos brasileiros contabilizados. Esta parcela de agricultores classificados como familiares ocupava 80,25 milhões de hectares, correspondendo a

2 No que diz respeito ao PRONAF, este passou a admitir a contratação de até dois empregados permanentes em 1996 para a caracterização por parte do Programa como agricultor familiar e acesso aos direitos e benefícios por ele concedidos. O PRONAF estabelecia diversos tipos de relações entre os agricultores familiares e as linhas de crédito.

24,3% da área total representada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os dados apresentados confirmavam a persistência da concentração de terras no Brasil, em favor dos grandes proprietários. Estes detinham propriedades de grande porte que correspondiam a 15,6% do total dos estabelecimentos em território nacional, mas que em contrapartida representavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares foi calculada em 18,37 hectares, e a dos não familiares, em 309,18 hectares. Quanto ao valor total da produção, o Censo de 2006 constatou dados que apontam que a agricultura familiar foi responsável por 38,0% do valor total da produção dos estabelecimentos, ou aproximadamente 54 bilhões de reais. Ao contrapormos os dados de 2000 e 2006 podemos concluir que as diferenças entre a maioria dos dados levantados foi tênue, tendo ocorrido a manutenção da concentração das terras nas mãos de uma minoria composta por grandes proprietários.

O Censo Agropecuário do IBGE (2006) apontou a participação de 781 mil estabelecimentos familiares na captação de recursos para financiamento. A maioria dos estabelecimentos de caráter familiar ou 3,5 milhões deles, entretanto, não obtiveram financiamentos. Todavia, segundo dados do DIEESE (2011), a evolução do montante de crédito rural concedido até 2010 foi significativa, aumentando de 23,3 bilhões em 1995 para 82,1 bilhões em 2010.

Dados demonstrados por Sena et. al. (2004) também apontam a grande participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos do país – 85,2%, embora a sua participação na área – 30,5% e nos financiamentos – 25,3% seja desproporcional. Outro aspecto relevante diz respeito à porcentagem bastante elevada no valor bruto da produção do país – 37,9%, considerando sua participação na área total dos estabelecimentos.

Quando analisamos separadamente as regiões do nosso país, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE (IBGE, 2009) podemos observar que o Nordeste e o Sul têm papel de destaque. Nestas mais de 50% do Valor Bruto da Produção é proveniente dos estabelecimentos familiares. A região Sul, segundo o estudo, ficou em primeiro lugar no número relativo de estabelecimentos familiares, que nesta ocupam mais de 85% do total de estabelecimentos. A região Nordeste é a que mais possui estabelecimentos familiares em termos de número total, havendo nesta, à época do estudo, 2.187295 estabelecimentos deste tipo, que compõem aproximadamente 50% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros.

De acordo com o INCRA/FAO (2000), em todas as regiões os valores dos financiamentos para a agricultura familiar se mostraram desproporcionais à porcentagem dos valores de financiamentos agrícolas totais a ela direcionados, sendo que a região Sudeste apresentava a maior disparidade, sempre em prejuízo dos pequenos produtores. Em termos nacionais, a região Sul concentrava à época o crédito rural, absorvendo 55% dos recursos disponíveis para os agricultores familiares, apesar de deter apenas 21,9% de todos os estabelecimentos deste tipo e de ser responsável por 47,3% do Valor Bruto da Produção da agricultura familiar brasileira. Quando analisamos o PRONAF de maneira separada e com dados atualizados segundo o DIEESE (2011), o cenário de concentração de recursos destinados à Região Sul se repete, indicando a destinação de 48,8% dos recursos deste Programa para a Região Sul. Essa situação é mais amplamente abordada no item 2.2.3 dessa dissertação.

Dados fornecidos pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA, relativos ao ano de 2005, indicam que a agricultura familiar concentra sua produção em determinadas culturas, geralmente diversas da patronal. A agricultura

familiar responde pela maior parte da produção de mandioca (82,2%), feijão (58,9%) e fumo (95,9%) por exemplo, quando comparada com a agricultura patronal, que por sua vez concentra a sua produção em culturas como o arroz (58,7%), a soja (71,6%) e o milho (56,9%). No que se refere à agropecuária, os produtores familiares são responsáveis pela maior parte da produção nacional de leite (55,4%) e de suínos (59%), representando também quase a metade dos produtores de carne de aves (47,9%) (BRASIL, 2007). O gráfico abaixo melhor ilustra este perfil, indicando algumas das culturas para as quais a agricultura familiar é mais representativa:

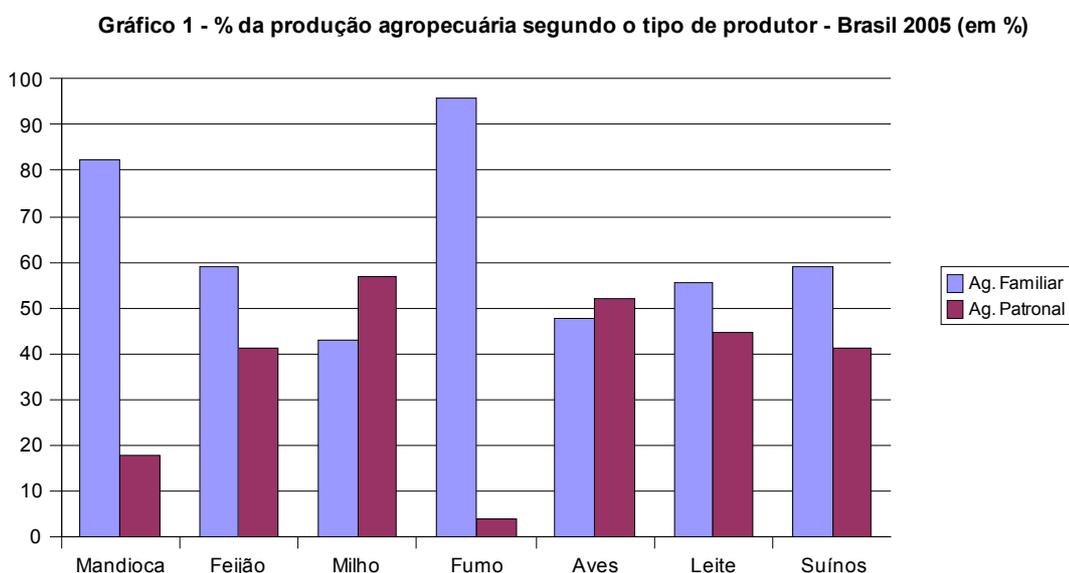


Gráfico 1% da produção agropecuária segundo o tipo de produtor

Fonte: MDA, Nead, PIB da agricultura familiar, 2007

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) reforçam ainda a importância social da agricultura familiar relativa à geração de empregos. Estes indicam que um quantitativo aproximado de 12,3 milhões de pessoas vive e trabalha em estabelecimentos familiares e a proporção de ocupação já citada de 24,3% da área total de estabelecimentos no país emprega 74,4% da mão-de-obra do campo. O potencial de geração de empregos da agricultura familiar é de 15,3 trabalhadores

a cada 100 hectares, contra apenas 1,7 trabalhadores a cada 100 hectares da patronal. O índice de produtividade da agricultura familiar também é superior, se o compararmos com a agricultura patronal, sendo a primeira 89% mais produtiva, conseguindo gerar R\$ 677,00 por hectare anualmente, enquanto a patronal gera apenas R\$ 358,00 por hectare.

2.2. As transformações da agricultura moderna e a pluriatividade como forma de continuidade do modelo familiar de produção:

Diante das mudanças impostas pela modernização agrícola, a forma familiar de produção passaria a ser vista como uma alternativa sustentável ao modelo produtivo imposto pela Revolução Verde, já que esta teve diversas consequências negativas do ponto de vista sócio – ambiental. O caráter intensivo das atividades agrícolas modernas ocasionou mudanças de cunho fundiário na estrutura da pequena unidade agrícola familiar, onde houve perda do espaço de produção, fazendo com que o pequeno produtor se tornasse assalariado e não mais possuísse a fruição dos bens que produzia e da terra que a ele pertencia (FUNK et. al., 2006, p. 55).

Além disso, a modernização agrícola teve como consequência a geração de crises dela mesmo advindas, iniciadas a partir do início dos anos 80 e que concentravam seus problemas principalmente na questão da superprodução, do desemprego e das agressões ao meio ambiente (Wanderley, 2000).

Este cenário ensejou a criação de uma proposta de desenvolvimento sustentável, o que ocorreu em Estocolmo, em 1972, buscando inclusive valorizar a conservação da natureza e amparar as necessidades das gerações atuais e futuras.

(FUNK et. al., 2006, p. 55). As transformações oriundas da modernização agrícola também demandaram diversificação nas atividades desenvolvidas pelos agricultores, em decorrência dos baixos lucros advindos de uma produção especializada praticada em baixa escala e da maior segurança obtida pela realização de atividades distintas, o que evitaria eventuais prejuízos decorrentes de crises específicas de um setor (PELINSKY et. al., 2005, p. 271). A diversificação passa a se tornar então uma necessidade, uma espécie de sustentáculo para a manutenção da forma familiar de produção.

Nesse sentido, devemos considerar e analisar a forma como ocorreu a evolução das transformações no espaço agrário brasileiro, guiada e influenciada pela industrialização vigente a partir da década de 1960, a qual teve como uma das causas o Plano de Metas do governo JK, desenvolvido na década de 1950. A crescente industrialização, acompanhada da rápida urbanização, forçava o setor agrícola a responder com o aumento significativo da produtividade, de forma a proporcionar uma oferta adequada de alimentos. Assim, tanto a diversificação da produção para o atendimento à maior demanda por alimentos quanto o aumento de produção de matérias – primas foram imprescindíveis para o atendimento à industrialização crescente à época (RUBELO e NUNES, 2005).

O campo passou a sofrer uma mercantilização de seu espaço, dentro de um contexto que poderia ser denominado de modernização conservadora, no qual havia alterações de produção na agricultura que, no entanto, não alteravam a estrutura fundiária vigente e ao mesmo tempo marginalizavam os agricultores de menor porte, aos quais sobrava a opção de produzir para suprir o mercado local (SORJ, 1980).

A euforia da modernização produtiva se deu de forma desigual, beneficiando a reprodução do capital no monopólio das grandes propriedades e deixando aos

produtores que não conseguiram se adaptar a estas transformações, a necessidade de encontrar alternativas inovadoras de adaptação à nova dinâmica econômica e de reprodução social ou sofrer sérias consequências como a marginalização ou a exclusão deste processo. Buscando alternativas à persistência na atividade agrícola, os pequenos produtores agrícolas procuram intensificar a diversificação de suas atividades e a adoção da pluriatividade como uma forma de se inserir no mercado capitalista global. (RUBELO e NUNES, 2005).

A diversidade social e espacial são características marcantes deste fenômeno, cada vez mais emergente e disseminado. Nas famílias que adotam a pluriatividade, a divisão do trabalho passa a sofrer articulações que envolvem o trabalho interno, dentro das unidades produtivas e o externo, a ser realizado fora destas, o que gera uma intensificação da utilização da mão – de – obra dos seus componentes. As oportunidades ligadas ao surgimento da pluriatividade podem estar, inclusive, vinculadas à urbanização do meio rural³, assim como à agregação de recursos a este meio, tais como melhores técnicas de uso do solo, adoção de tecnologias mais eficazes, melhores condições de moradia e ampliação dos recursos ligados aos meios de comunicação, difusão de energia elétrica e informática, dentre outros. Tanto a industrialização quanto a descentralização industrial contribuíram de maneira acentuada para o surgimento de atividades extra – agrícolas que se mostram essenciais para a melhoria na qualidade de vida dos pequenos produtores. (FUNK et. al., 2006, p. 56 - 57)

A pluriatividade passou então a ser vista por muitos como uma alternativa viável, real e potencialmente benéfica ao desenvolvimento da agricultura familiar, transformando – se em objeto de análises realizadas sob óticas distintas.

3 O assunto é melhor tratado e esclarecido no item 2.2.1 da presente dissertação, que trata das transformações do espaço rural e as suas relações com o espaço urbano.

Considerando - se o ponto de vista de Carneiro (1999) sobre o assunto, a delimitação do objeto de estudo pela noção de pluriatividade, coisificada, ou positiva - ou ainda como um tipo ideal específico – causaria distorções provenientes da análise do desempenho das atividades envolvidas de forma isolada, o que ocasionaria grandes desvios ao foco dos estudos. Em contrapartida, a ideia mais adequada a ser incorporada nos métodos de análise da realidade pluriativa e heterogênea do meio rural brasileiro seria a observação pautada nas relações sociais entre os agentes e na dinâmica de reprodução social. Dessa forma, tornar-se-ia necessária a constatação das motivações que levam à pluriatividade, a fim de verificar suas reais conexões com as pretensões de manutenção da dinâmica familiar, predominante antes de seu surgimento.

Neste mesmo sentido, diversos outros autores defendem ideias semelhantes àquela exposta no parágrafo anterior, a respeito das transformações que ocorreram no meio agrícola. Mattei (2007, p. 2) sustenta que a crise agrícola trouxe a “reformulação do modelo agrícola baseado na revolução verde”. Foram evidentes os elevados custos sociais e ambientais advindos deste novo modelo produtivo de grande escala, o que levou à revisão das estratégias de produção alimentar, trazendo também a necessidade de novas formas de atividade a serem desempenhadas pelas unidades familiares, buscando a sua sobrevivência. O ponto de vista de Schneider (2003) é de que ainda existem deficiências e limites que impedem o desenvolvimento dos estudos sociais voltados para o setor agrário.

2.2.1. As transformações do espaço rural e de suas relações com o urbano.

Em um estudo que envolve contemplar a relação entre atividades agropecuárias, geralmente associadas ao campo e não-agropecuárias, geralmente associadas à uma realidade mais urbana, cabe situarmos os conceitos e posicionamentos de diversos autores a respeito desta dinâmica, assim como a aplicação destes no presente estudo.

Ao estudarmos o processo de expansão do meio urbano sobre as áreas rurais que ocorre em diversas localidades, tem – se como objeto de análise o seu desenvolvimento e influência ao longo do espaço físico em que ocorre. Para isso, devemos a princípio, entender o conceito de *continuum* rural – urbano. Segundo Botelho Filho (2001), este pode ser definido como uma operação que associa um conjunto de pontos do espaço a atributos relacionados às pessoas. Exemplos que podem ser citados são a população, a densidade demográfica e o percentual de pessoas empregadas nas atividades agrícolas. O *continuum* rural-urbano pode ser analisado a partir da comparação das densidades e os indicadores dos atributos dos indivíduos das localidades em um mesmo instante do tempo (enfoque estático) ou como a evolução das densidades e dos indicadores dos atributos dos indivíduos das localidades no decorrer do tempo (enfoque dinâmico).

Quando buscamos estabelecer critérios de delimitação entre as realidades “rural” e “urbana”, geralmente associamos o urbano a uma alta densidade populacional e o rural a uma densidade mais baixa, mas esta associação pode estar equivocada. Castells (2000) estabelece que as diferenças sociais e culturais em distintas localizações espaciais não seriam fruto tão somente do aumento da população, mas sim das diversas transformações às quais a sociedade está

submetida. Ainda de acordo com Castells (2000), é fundamental que se desvincule da ideia de uma sociedade dualista baseada nas contradições entre o rural e o urbano, o agrícola e o industrial, o tradicional e o moderno, pois seria mais apropriado analisar tal dualismo a partir de uma estrutura única, na qual os efeitos em um dos polos são produzidos pelo tipo particular de articulação com o outro polo. Segundo o próprio Castells, devemos considerar que as formas espaciais existentes são muitas e não se restringem à dicotomia rural/urbano, sendo perceptível, no entanto, que a densidade da infra-estrutura física e social é mais rarefeita no rural distante dos grandes centros, variando de inexistente a muito pequena.

Pahl (1970) considera não haver uma relação entre a densidade da população e os relacionamentos firmados, mas cita a correlação existente entre a baixa densidade demográfica e a disponibilidade escassa de infra-estrutura física e social (por exemplo de luz, telefone, eletricidade, lixo, estradas, saúde e educação). Dessa maneira, a escassez de recursos para a parcela mais pobre do meio rural é mais avassaladora do ponto de vista do provimento de condições dignas de vida do que para as populações carentes do meio urbano. Para ele, além da menor infra-estrutura, também existem menos oportunidades de trabalho e estas, por serem muitas vezes ligadas à agricultura, sofrem drástica redução quando ocorrem processos de mecanização, levando a população ao desemprego ou à migração, principalmente no que diz respeito aos jovens.

Botelho Filho (2001) observa que alguns agricultores residentes próximos a centros urbanos optam pela exploração da agricultura em tempo parcial, de forma a diminuir a intensidade da produção agrícola e aproveitar as oportunidades oferecidas pelas ocupações não-agrícolas com fins de complementar sua renda. Embora tais oportunidades sejam vistas muitas vezes como um obstáculo à

agricultura, podem representar um acréscimo nas opções de emprego e renda para as famílias que por ali residem. Entre estas podemos citar a horticultura intensiva, a produção para venda e entrega diretamente ao consumidor e as atividades de lazer com base na agropecuária.

A pressão urbana, conforme mencionado, geralmente traz melhorias na infraestrutura em uma dada localidade. Entretanto, as melhorias das condições e infraestrutura das cidades interioranas nem sempre se refletem na melhoria das condições de vida dos agricultores. O que se pode verificar é que as áreas rurais em si têm apresentado uma melhora no nível de emprego, o que não corresponde, no entanto, a um aumento no nível de geração dos mesmos no meio agrícola propriamente dito, já que o que ocorre é um aumento no nível de emprego urbano quando comparado ao aumento do nível de empregos agrícolas. Tal situação tem se mostrado útil em segurar os agricultores e empregados em regiões rurais através de práticas pluriativas, que trazem a possibilidade de complementação de renda e sobrevivência a longo prazo de ambas as atividades, tanto a agrícola, quanto a não agrícola. (TEIXEIRA, 2009). Os agricultores familiares podem ser beneficiados com a urbanização, contanto que haja direcionamento das políticas em tal sentido.

Para Wanderley (2009), na dinâmica de continuidade hereditária da agricultura familiar, há uma forte reprodução social do grupo de agricultores, na qual os ofícios ligados à atividade agropecuária são passados de pai para filho, permitindo a perpetuação de caráter patrimonial e empresarial. A capacidade de produção além da subsistência é perfeitamente atribuível aos agricultores familiares, se estes forem integrados ao mercado moderno. Somente uma política agrícola direcionada e efetiva poderia garantir esta integração.

A urbanização e a modernização estão diretamente ligadas às políticas públicas implantadas, que buscaram desenvolver o país do ponto de vista científico e tecnológico, tendo como consequência a sua ocorrência, acompanhada do progresso industrial. Dentre estas políticas, destacam – se os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's). As melhorias se situavam principalmente no campo da educação e da ciência, vindo acompanhadas do tão almejado crescimento econômico que, no entanto, não trouxe consigo a solução de problemas como a desigualdade e a miséria da parcela menos abastada da população (FERREIRA, S. C, 2009, p. 1 – 8).

Segundo Ferreira (2009), a consolidação da urbanização no Brasil pode ser constatada ao analisarmos a proliferação dos núcleos urbanos, sobretudo a partir da década de 1960 até o ano de 1993, quando houve notável expansão do número de unidades urbanas nas regiões Norte e Centro – Oeste do país, ocorrendo também a expansão das cidades na região Sul e Sudeste. Conforme cita Abramovay (1999), houve grande desenvolvimento das cidades médias entre 1970 e 1999, principalmente aquelas com população entre 250 e 500 mil habitantes. De apenas 06 cidades com esta faixa de população em 1970, o Brasil passa a ter 33 em 1991, nas quais residem 10% dos habitantes urbanos.

Apesar do evidente processo de urbanização ocorrido, há autores que defendem a predominância do rural na atualidade, evidenciando a existência de dinâmicas que garantem a especificidade do seu modo de vida. De acordo com Silva (2004), a inversão radical dos fluxos migratórios e a adoção de novas atividades econômicas não-agrícolas no campo, dentre outros acontecimentos que caracterizam o surgimento de um “novo mundo rural”, vêm tornando o entendimento do rural algo detalhado.

Wanderley (2000) se refere ao fenômeno decorrente das transformações que o meio rural vem sofrendo, indicando que estas não trazem o iminente fim do mundo rural provocando, em contrapartida, a emergência de uma nova ruralidade. Esta conservaria as diferenças entre o rural e o urbano, demonstrando que a “urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura” não imiscuiriam as particularidades sociais e geográficas existentes em cada um, de forma a ocasionar sua extinção.

Pelo contrário, Wanderley (2000) aponta, com o conceito de “nova ruralidade”, o surgimento de uma nova dicotomia entre os espaços urbanos e rurais, atestada pelo retorno do interesse pelo campo e de sua reocupação. A identidade dos indivíduos passa a traçar uma correlação direta de forma mais intensa com a residência do que com o local de trabalho.

A vida no meio rural, que passa a dispor de muitos dos recursos antes só disponíveis nas cidades, disponibilizando certo nível do que podemos denominar de “conforto urbano”, tem suas características preservadas pelo sentimento de identidade da população rural com o campo. Dessa maneira, é criada uma opção de escolha pelo modo de vida a ser adotado e esta tende a ser associada a vínculos culturais e simbólicos existentes, que acabam por influenciar de maneira decisiva na preservação do modo de vida rural (WANDERLEY, 2000).

As recentes transformações que o ambiente rural vem sofrendo são expostas por Graziano da Silva (1996), que cita que:

A diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial; do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas

apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária; e, do ponto de vista social, a organização do trabalho na cidade se parece cada vez mais com a do campo e vice-versa (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 01).

Uma importante abordagem que referencia as transformações trazidas pela inserção de elementos urbanos no espaço rural é trazida por Alentejano (1997), que trouxe à tona seu ponto de vista através da análise do desempenho dos assentamentos rurais no Rio de Janeiro, embasada na pluriatividade e na dicotomia rural-urbana. Alentejano observou que, diante da diversidade de formas de organização constituídas em ambos os espaços rural e urbano, o que distinguiria um do outro seria a relação do ser humano com a terra, assim como a sua intensidade.

Segundo Silva (2004), o rural traria consigo a característica de maior territorialidade, ou seja, teria uma “vinculação mais intensa com a terra”, tendo esta uma maior importância neste meio como elemento de produção, reprodução ou valorização do que no meio urbano, cujas relações seriam mais deslocadas em relação ao território. Silva conclui ainda que “o rural adquiriu novas funções no cenário atual”. Também fica claro que estas modificações são em grande parte consequência da influência urbana sobre o campo.

Para este estudo, se entende que há espaço para a análise do rural como conceito válido, a ser distinguido do urbano. Não cabe ignorar a evidente inserção de elementos urbanos no meio rural, mas por outro lado esta inserção não é sinônimo da extinção do modo de vida rural outrora praticado. A dinâmica da vida no campo foi alterada pela modernização, mas não de forma a extinguir a dicotomia entre os hábitos rurais e citadinos.

Sob um ponto de vista semelhante ao de Wanderley (2000), podemos constatar que, por mais urbanizadas que estejam algumas áreas do campo, estas ainda conservam peculiaridades que as distinguem do meio urbano e o mesmo ocorre com a população residente nestes locais. Tais peculiaridades não são de forma alguma retrato do atraso, refletem apenas um modo de vida que possui seu alicerces no modo familiar de produção.

2.2.2. Entendimento dos conceitos e significados da pluriatividade e a sua coerência aos diversos contextos:

Muitos dos autores que abordam a pluriatividade, a analisam dentro da realidade existente na região sul de nosso país, associando suas origens específicas oriundas da colonização europeia, trazidas de países como a Alemanha, Itália e Polônia. Ao abordarmos o surgimento da pluriatividade na região sul do país, sob a ótica de Schneider (1999), mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, temos como exemplo as ligações entre a industrialização e os demais aspectos da economia regional do Vale dos Sinos, representada pelas relações entre a indústria calçadista e a agricultura familiar. Neste processo, nota – se claramente que o emprego de mão – de – obra proveniente do campo não representou necessariamente a proletarização dos produtores agrícolas desta região, mas sim uma alternativa às dificuldades econômicas através da busca pelo incremento da renda familiar.

A partir de situações que visam à ampliação da renda das famílias do meio rural, surge o conceito de agricultura de tempo parcial, ou *part – time farming*, também conhecido pela expressão francesa *pluriactivité*. O conceito desta, embora semelhante ao da pluriatividade, se difere do da última, conforme descrevemos adiante. A expressão *part – time farming*, de acordo com Fuller (1990 apud SCHNEIDER, 1999, p. 179), pode ter suas origens explicadas da seguinte maneira:

...a denominação *part – time farming* foi utilizada de forma pioneira na década de 30 pelos economistas americanos, que atuavam nos *land – grant colleges*. É usada para designar os agricultores que dedicavam parte de seu tempo ao desempenho de trabalhos fora da propriedade. O

mesmo ocorreu em relação à palavra *pluriactivité*, que é uma importação acadêmica das atribuições que nos anos 60 os técnicos e organismos públicos franceses utilizavam para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas. (Schneider, 1999, p. 179).

Nesse sentido, Schneider (2009) especifica claramente o conceito de pluriatividade, de forma a evitar que o simples desempenho de atividades não – agrícolas seja instantaneamente associado à mesma. Ao citar que esta não deve ser confundida com a mera participação da população rural em atividades diversas da agropecuária, podendo apenas ser encarada como a combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família, o autor atrela a efetivação de seu conceito às decisões e estratégias dos indivíduos e das famílias que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de atividades laborais. Os indivíduos poderiam assim, combinar atividades ou as exercer de forma independente, adotando novas ocupações ou mesmo abandonando outras que não mais lhe interessassem. A dinâmica da pluriatividade seria então o resultado da “interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas”. Para este autor, uma família pluriativa seria assim declarada quando pelo menos um de seus membros exercesse a combinação de atividades agrícolas com não–agrícolas.

Schneider (1999) cita que, em regiões distintas, observa – se diferentes caminhos seguidos na busca da sobrevivência das formas de agricultura familiar. Enquanto em algumas regiões se observava a clara distinção e a gradual separação e aumento da disparidade entre os grandes e pequenos agricultores, levando a estes últimos muitas vezes o abandono da atividade agrícola, em outras se

visualizava a persistência do modelo familiar de produção por intermédio da agricultura de tempo parcial e a pluriatividade. Schneider (2007, p. 1-2), reforça as suas menções sustentando que a pluriatividade tende a se intensificar quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados.

De acordo com Schneider (2003, p. 100 – 101) pluriatividade se refere a:

situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.

Schneider acreditava ainda que a prática das atividades pluriativas seria benéfica quando realizada pelos filhos e jovens integrantes da família de pequenos produtores, sendo uma ameaça à continuidade da produção agrícola familiar quando exercida pelo chefe da unidade produtiva. (CARNEIRO, M. J., 2005, p. 139-166).

Schneider (2005, apud TEIXEIRA, 2009, p. 35 - 36) e Graziano (1999, apud TEIXEIRA, 2009, p. 35 - 36), ao buscar entender o significado da pluriatividade, estabelecem que:

É possível então reconhecer duas principais vertentes de interpretação sobre o debate da pluriatividade nesta última década no país. Uma está associada às dinâmicas recentes de mudança no perfil sócio – econômico proveniente da diversificação das atividades econômicas

produtivas, identificadas como um “novo rural”, ou um “transbordamento do urbano sobre o rural” (Graziano da Silva, 1999). E a outra, associada a uma prática inerente às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas, mas que está ancorada num ambiente socioeconômico específico, isto é, decorrente da crise da modernização da agricultura; da ampliação de alternativas de emprego ou ocupação oriundas de um estreitamento entre as relações campo-cidade (Schneider, 2005). A diferença entre ambas as interpretações está na ênfase dada às práticas agrícolas e não-agrícolas. A primeira evidencia mais a redução do peso da atividade agrícola para a manutenção das famílias rurais, com até mesmo uma tendência de substituí-la, a longo prazo, pela ocupação não - agrícola. Enquanto a outra realça que a pluriatividade não pode ser entendida como um fenômeno transitório ou conjuntural.

De acordo com Carneiro (2005), os termos pluriatividade, novo rural, ruralidade e ruralidade contemporânea, dentre outros, vêm sendo usados para expressar o aumento das atividades não – agrícolas e a confrontação de novas identidades sociais no meio rural, além da crise de reprodução da agricultura de base familiar. O contexto da pluriatividade pode ser definido sob a ótica de duas vertentes distintas, sendo que a primeira delas enfatiza um eventual conflito que estaria ocorrendo entre a diversificação das atividades econômicas, que concorreriam com as atividades agrícolas, havendo a possibilidade inclusive de suplantação das últimas pelas primeiras em algumas regiões do Brasil. A outra vertente defende que a pluriatividade seria um mecanismo de manutenção das famílias agrícolas e da agricultura por elas desenvolvida, não representando uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola, podendo ser generalizada para toda e qualquer situação.

Schneider (1999, p. 181) menciona que a ideia de transitoriedade da agricultura de tempo parcial e conseqüentemente da pluriatividade se baseia em características do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tal ideia se sustenta na tese de que, tanto a agricultura de tempo parcial quanto a pluriatividade estariam fadadas à proletarização e ao aburguesamento, pois não se sustentariam ao longo do tempo, tendendo a serem substituídas por atividades não-agrícolas. O presente estudo se alinha à visão de que a pluriatividade é um mecanismo de manutenção das famílias agrícolas e da agricultura por elas desenvolvida, sem porém ignorar a importância da presença de oportunidades no meio próximo para o uso da pluriatividade com tal propósito.

Na opinião de Carneiro (2005), o contexto da pluriatividade dentro do Brasil deveria ter como base os agricultores da região Sul do país, pois neles se encontraria o mais concreto exemplo de agricultores familiares, que teriam grande facilidade de adaptação aos recursos locais onde quer que se implantassem. A aplicação da noção europeia de pluriatividade é defendida por Carneiro (2005) como medida que poderia impedir que os seus significados se diluíssem nas descrições de cada caso. O exercício de múltiplas atividades é historicamente concebido como parte da cultura do camponês e se observarmos por este foco, teríamos a pluriatividade como algo já inerente à cultura do pequeno agricultor, não como fenômeno particular e estranho à lógica de reprodução social camponesa. Esta noção se associa ao conteúdo especificamente referente ao contexto histórico da pluriatividade na região Sul do país o que, no entanto, não representa a sua inaplicabilidade a outros contextos, guardadas as devidas peculiaridades.

O debate sobre o surgimento da pluriatividade e do seu papel na agricultura familiar, segundo Teixeira (2009), também remonta à questão da construção de

novas formas de reprodução social por parte da multifuncionalidade. A multifuncionalidade teria uma recente aplicação na realidade da agricultura brasileira, estimulada a partir do estudo de pesquisadores franco – brasileiros em 2003 e voltada para o aumento da produção de alimentos direcionado à questão da segurança alimentar, aliado ao aumento nas exportações para combater a pobreza rural. Teixeira expõe o conceito de multifuncionalidade e traz à tona a sua função com os seguintes dizeres:

“Além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como a conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir à viabilidade de muitas áreas rurais”. Nesta mesma direção, o documento do Governo da Noruega (Norway, 1999) ressalta que, além da provisão de bens privados (alimentos e fibras, agro turismo e outros comerciais), à agricultura associa-se a provisão de um conjunto de bens públicos que incluiria a segurança alimentar, a qualidade dos alimentos e a herança cultural” (TEIXEIRA, 2009, p. 21).

A prática da pluriatividade passou por uma fase inicial de contestação, tornando – se aceita e incentivada como algo necessário posteriormente. Alguns autores também acreditam que a pluriatividade represente a mercantilização do agricultor familiar, corroborando com as ideias de Lênin, já que o mesmo defendia que o fim da agricultura familiar se traduziria na transformação do agricultor em burguesia ou proletariado.

O processo de mercantilização atribui valores mercantis às interações humanas e materiais que se reproduzem no meio das comunidades rurais, se

estendendo a um vasto conjunto de esferas da vida econômica e social e regulando o conjunto de estratégias desenvolvidas pelos agricultores. A mercantilização traria, portanto, alterações no trabalho agrícola e também no processo de reprodução das unidades familiares como um todo (NIEDERLE e SCHNEIDER, 2007, p. 4).

O meio rural, segundo Azambuja (2006), também tem apresentado uma tendência a se desvirtuar do modelo denominado “modernização conservadora”, no qual houve concentração de propriedade de terra e de renda e provocou o êxodo rural em massa, deteriorando inclusive a qualidade de vida no campo e nas cidades.

Considerando as conclusões tiradas a partir dos estudos de Azambuja (2006) no município de Osório/RS uma análise em conformidade com as tendências atuais leva a conclusões que apontam a extrema importância que representa a renda das atividades não agrícolas para os agricultores familiares, muitas vezes complementar à renda agrícola e obtida através do exercício da pluriatividade e esta importância parece ser inversamente proporcional às condições e à infra-estrutura interna de produção, sendo que para os agricultores familiares classificados pelo autor como de sobrevivência, as rendas não - agrícolas corresponderam a 76% da renda bruta total anual. O trabalho também concluiu que as rendas não – agrícolas (RANA's) teriam distintos significados, conforme o nível de vida e a faixa salarial de cada produtor, indicando que a reprodução social se atrelava à estratégias que tinham como fim desde a sobrevivência até as melhorias das condições de vida e de exploração da atividade agrícola familiar.

O conceito de pluriatividade adotado neste estudo é aquele utilizado por Schneider (2003) e, conforme já citado anteriormente, refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e

produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ressalta-se que sua ótica de análise se sustenta na interpretação da pluriatividade como uma prática inerente às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas, mas que está ancorada num ambiente socioeconômico específico, isto é, decorrente da crise da modernização da agricultura, da ampliação de alternativas de emprego ou mesmo das ocupações oriundas de um estreitamento entre as relações campo-cidade.

Ao focarmos nos motivos que levam à pluriatividade, provenientes do ambiente interno das famílias, podemos dizer que esta é resultado das estratégias individuais e coletivas que buscam a sua reprodução material, cultural e moral. Estas estratégias não possuem uma definição pré-concebida, mas podem ser melhor analisadas individualmente ao separarmos as unidades familiares em unidades de produção e grupo doméstico (SCHNEIDER, 2001).

A alocação do trabalho dentro das famílias se daria tanto em função do valor das rendas não agropecuárias e do tempo de trabalho disponíveis, quanto das suas composições demográficas. As estratégias adotadas terão como determinantes o contexto vivenciado pelas famílias, considerando as suas relações sociais, econômicas e culturais. Estas terão como objetivo a viabilização dos interesses pessoais e coletivos das famílias, ocasionando condições propícias à reprodução social (SCHNEIDER, 2001).

O próprio Schneider (2001) situa três níveis de análise distintos para a pluriatividade:

- 1) O autor se refere ao primeiro nível de análise como sendo aquele que interpreta a pluriatividade como um fenômeno que externaliza as consequências de tipos distintos de economias regionais ou locais, sendo estas últimas as ferramentas

que fomentam ou inibem o desenvolvimento da pluriatividade.

2) O segundo nível de análise envolve as decisões familiares, que constituem um elemento crucial para o entendimento do uso da pluriatividade, já que a alocação dos recursos familiares para determinados gastos ou para investimentos em um ou outro setor são responsáveis pelos resultados que determinarão o sucesso ou o fracasso de investimentos que muitas vezes são responsáveis pela manutenção dos núcleos familiares rurais nas posições que ocupam.

3) Um último nível de análise se encarregaria de enxergar a pluriatividade como resultado das transformações sociais e econômicas em vigor nos espaços rurais. Esta então engloba características regionais ligadas às transformações que vem sofrendo a dinâmica familiar e à fatores relativamente recentes no meio rural, também frutos de mudanças que vêm acontecendo em distintos graus para cada cultura e sociedade, como a disponibilidade de emprego não-agrícola no campo em certos locais, para agregar sentido ao uso da pluriatividade.

Quando consideramos os assentamentos de reforma agrária temos que relevar que o ensejo pela obtenção de terras e pelo estabelecimento em lotes nas áreas rurais não se restringe à sua aquisição e compreende também o sucesso proveniente dos esforços em cultivar tais áreas. A análise deste sucesso está focada na criação de renda e conseqüente obtenção de melhor infra-estrutura, satisfação pessoal e condições de vida nos assentamentos, que seriam ingredientes para se estabelecer um cenário propício à futura continuidade da produção agrícola nestes locais por parte das famílias envolvidas e sua conseqüente reprodução social.

Desse modo, o presente trabalho busca analisar o uso da pluriatividade pelos assentados sob a ótica da autora Maria José Carneiro, já que se preocupa em pesquisar a sua contribuição para que se crie condições propícias à reprodução

social das famílias dos assentamentos. Entretanto, assim como Schneider, procura não ignorar a influência dos demais fatores que influenciam a sua interpretação pautada em outros níveis de análise que se relacionem com a tomada de decisões pelos atores sociais da agricultura familiar, no caso as próprias famílias agrícolas. As necessidades levam então, a estratégias condizentes com as oportunidades disponíveis.

2.2.3. Políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar e à pluriatividade: os exemplos do Brasil e da União Europeia.

A importância da pluriatividade para as políticas públicas é um fato relevante, por promover o desenvolvimento rural sustentável devido às diversas razões descritas abaixo, conforme citado por Nascimento (2008):

- a) a pluriatividade representa uma alternativa às regras produtivas impostas pela modernização agrícola, sendo uma opção de diversificação produtiva, ocupacional e de geração de ingressos para os agricultores e suas famílias.
- b) propicia a capacidade de manutenção dos grupos de pessoas sujeitas à migração do campo para as cidades no meio rural, além de oferecer àqueles que não desejem desempenhar atividades não-agrícolas, a possibilidade de permanecer no campo.
- c) a aplicação das práticas pluriativas nas políticas fundiárias dos assentamentos de reforma agrária promove a absorção da mão – de – obra excedente, neles presente e que não é empregada na atividade agrícola.
- d) gera uma maior valorização das atividades não-agrícolas, geralmente desempenhadas por mulheres e jovens, contribuindo por valorizar e afirmar os seus

devidos direitos.

e) estimula a preservação ambiental, no sentido de se promover atividades que não agridam o meio ambiente por parte da população local, e que ao mesmo tempo sejam viáveis a esta, como a coleta de produtos da biodiversidade florestal, o turismo ecológico, rural e de aventura.

f) estabelece um elo entre as políticas agrícolas, como a concessão de crédito, assistência técnica, sanitária e de abastecimento e as políticas de desenvolvimento rural, como o beneficiamento e transformação da produção, a geração de empregos não agrícolas, a habitação rural, o artesanato, a preservação ambiental, etc. Este fator serviria para, mais do que separar os conceitos de agricultura familiar e agronegócio, promover a interação entre os mesmos, pois possibilitaria aos agricultores familiares condições de participar mais ativamente do mercado do agronegócio nacional.

g) traz a possibilidade de diversificação econômica e a geração das chamadas economias de escopo, principalmente nas localidades que não absorveram o desenvolvimento econômico dentro dos padrões da agricultura moderna⁴. Além disso, a pluriatividade resgata as características históricas dos agricultores familiares. Um exemplo disso são os produtores artesanais que produzem, transportam e vendem produtos típicos de certas regiões.

Conforme observa Schneider (1999, p. 183), atualmente a busca por atividades não – agrícolas por parte dos agricultores pode refletir inclusive a pretensão de obtenção de benefícios e a realização de atividades com fins de auto – satisfação por parte de famílias que não necessariamente necessitam exercer a pluriatividade para garantir a sua manutenção do ponto de vista econômico. As

4 A economia de escopo, de acordo com Gonçalves (2000), é aquela que se refere aos ganhos com a produção de diferentes itens na mesma fábrica, quando a diferenciação e a segmentação de mercado são insuficientes e a diversificação acaba por ser a melhor opção.

fontes de renda neste caso serviriam simplesmente para atender a anseios como a adoção de estilos de vida específicos. Neste último caso, não teríamos a concretização do conceito de pluriatividade almejado, pois o intuito das atividades não se encontraria alicerçado na necessidade de desenvolvimento e reprodução social, mas sim em pretensões particulares dos indivíduos.

A pluriatividade também se traduz em benefícios para a agricultura familiar, que acabam acontecendo por intermédio de práticas que envolvem tanto o escoamento da produção quanto o redirecionamento de recursos para os lotes dos assentamentos. Tal fato é melhor abordado no item 2.3.2 desta dissertação.

De acordo com Nascimento (2008) um importante elemento de sustentação das práticas pluriativas na Europa foi a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, que serviu para amenizar as consequências predatórias que o capitalismo teria sobre diversas propriedades rurais na região, preservando as unidades produtivas e o vínculo dos produtores com a atividade agrícola e levando inclusive à continuidade das condições indispensáveis ao surgimento e à manutenção da pluriatividade. A Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (UE), firmada no tratado de Roma em 1957, foi orquestrada visando à segurança alimentar e a exploração familiar. Sua primeira fase acabou por beneficiar o surgimento da pluriatividade de forma não planejada, criando condições para que esta ocorresse, através da política de preservação da estrutura agrária preexistente (preservando inclusive os produtores ineficientes), política de modernização das unidades produtivas, política de geração de ocupação e emprego não-agrícolas e políticas especiais para as áreas desfavorecidas. A garantia de preços comuns elevados, a preservação da atividade agrícola e a criação de ocupações não-agrícolas foram imprescindíveis para a existência da pluriatividade. Tais políticas não foram capazes

de impedir a queda na mão – de - obra ocupada na agricultura, mas promoveram sua significativa desaceleração.

Entretanto, a renda dos produtores continuava baixa e à época o grande número destes foi considerado a causa de tal fato. Ainda segundo Nascimento (2008), as políticas do chamado Plano Mansholt, elaborado em 1967, deveriam adquirir um direcionamento no sentido de aumentar e modernizar os estabelecimentos, diminuindo inclusive o seu número total. Isto de fato não aconteceu, por causa da problemática do êxodo rural, já intensa desde então. Todavia, o citado plano logrou êxito na modernização e qualificação da produção agrícola, na realocação das atividades para os produtores mais jovens e na expansão da oferta de empregos não – agrícolas. Para as regiões mais carentes, recursos diretos eram direcionados, a fim de intensificar as compensações necessárias. Com o tempo, surgiu uma tendência a se criar uma dependência dos produtores em relação às políticas e aos incentivos agrícolas.

De acordo com Nascimento (2008) a segunda fase do PAC, denominada Pós – Reforma, se preocupou em reduzir a produção de excedentes e os gastos com o forte aparato social. No entanto, uma análise mais profunda do contexto de incentivo à pluriatividade levou à percepção de que o crescimento da mesma só seria mantido e fomentado com a continuidade dos incentivos à atividade agrícola, principalmente aqueles voltados aos pequenos produtores. Os recursos destinados aos subsídios direcionados para as grandes propriedades eram maiores do que para as pequenas, porém estas últimas também obtiveram uma resposta bem positiva a estes, que mantinham a sua competitividade.

A retirada destes recursos comprometeria a continuidade dos pequenos produtores na atividade agrícola, o que conseqüentemente ocasionaria uma

diminuição dos níveis de pluriatividade praticados, já que a principal responsável pelo seu incremento seria o aumento da prática de atividades agropecuárias tendo, todavia, grande importância os incentivos às atividades não – agrícolas. Quando consideradas as políticas de manutenção de preços, verificava – se uma importância ainda maior para a manutenção da competitividade, já que a retirada de tais políticas afetaria gravemente não só os pequenos produtores, mas também os grandes (NASCIMENTO, 2008).

Em nosso país, entretanto, as políticas adotadas vinham definindo um cenário interno bem menos animador. Ao dissertar sobre as políticas agrícolas implantadas no Brasil, Nascimento (2008), tece diversos comentários sobre a histórica exclusão social da parcela mais pobre da população brasileira, mencionando inicialmente o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que priorizava claramente a modernização da agricultura, especialmente calcada em novas tecnologias a serem obtidas através de recursos subsidiados.

Os agricultores que possuíam maior potencial e infra–estrutura de acesso aos recursos do SNCR foram os mais favorecidos pelas concessões de crédito, beneficiando as transações de maior volume e menor custo administrativo. Tal fato significou a exclusão de 80% do total de produtores rurais em relação ao crédito subsidiado disponível, correspondentes em sua maioria à parcela de pequenos produtores, marginalizados e cuja porcentagem de apenas 20% tinha acesso aos recursos do SNCR. Do mesmo modo, havia uma explícita concentração de crédito em regiões com uma agricultura mais desenvolvida, tendo – se a região Sul como a maior receptora de tais recursos (53,4% dos mesmos, embora detenha apenas 31,6% do Valor Bruto da Produção Total – VBP total) (NASCIMENTO, 2008).

Evidenciou – se no Brasil, na primeira metade da década de 1970, um expressivo decréscimo do número de estabelecimentos, especialmente aqueles com menos de 10 hectares, concomitante a uma concentração de terras nas mãos dos médios e grandes proprietários, que adquiriram terras mediante compra, em face de uma economia inflacionária, utilizando a terra como ativo de valorização (NASCIMENTO, 2008, p. 59 - 77).

Até a primeira metade da década de 1990 não havia uma política específica que provesse a agricultura familiar com recursos advindos de financiamento e por esse motivo, mediante a pressão de entidades representativas do governo federal, foi lançado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que acabou por dar continuidade a uma política de incentivo ao uso de tecnologia e de beneficiamento a uma parcela distinta dos agricultores familiares, mais especificamente representada por aqueles que tinham condições para assumir uma situação de transição de uma agricultura desprovida de recursos e tecnologia para uma relativamente tecnificada e modernizada. Os agricultores familiares denominados “periféricos”, ou seja, dotados de menos recursos, ficaram à mercê da sua ausência para o financiamento de suas atividades. O PRONAF, assim como o SNCR, repetiu a conduta de fornecer o maior montante de recursos de financiamento para as regiões Sul e Sudeste, deixando a região Nordeste, detentora aproximadamente da metade dos agricultores que nele se enquadravam, com apenas 22% do total dos recursos nacionais (NASCIMENTO, 2008, p. 59 – 77).

Segundo Nascimento (2008), pode-se concluir que o PRONAF, da forma como foi concebido à época de sua implantação, por beneficiar de forma seletiva aqueles agricultores que conseguiam sobreviver e se reproduzir numa única

atividade econômica, poderia ser considerado um programa que não traz estímulos à pluriatividade, mas pelo contrário, é propenso a sua inibição.

As considerações proferidas no parágrafo anterior se tornam mais visíveis ao fazermos um breve apanhado de informações a respeito do histórico do PRONAF. Conforme cita Balestrin (2010), o Programa mencionado foi formulado em 1995 e oficializado em 1996, de forma a destinar o crédito aos agricultores enquadrados como familiares o que, no entanto, não resolveu o problema do direcionamento dos financiamentos aos agricultores com mais recursos e, conseqüentemente, mais aptos a obter empréstimos. Inicialmente os “agricultores familiares” contemplados pelo PRONAF foram enquadrados em seis grupos distintos (A, B, C, A/C, D e E), sendo que os grupos A, B, C e A/C eram compostos por agricultores com menor renda, que era crescente como critério de enquadramento do grupo “A” para o “E”. Posteriormente, os grupos C, D e E foram enquadrados em um único grupo, cujo integrante era simplesmente denominado de “agricultor familiar”. Este grupo agregava integrantes com propriedades de até 04 módulos fiscais e o máximo 110.000 reais de renda bruta anual familiar.

Balestrin (2010) aponta dados confirmando que, até 2004, persistia a concentração dos recursos destinados aos grupos C, D e E, que respondiam respectivamente “por 25%, 37% e 12% do montante financiado e 39%, 22% e 2% dos contratos operacionalizados”. O grupo A, de menor renda, “correspondeu a 8% dos recursos do PRONAF concedidos em 2004, ensejando uma participação de 2% do total de contratos”. De todos os grupos, o B foi o mais marginalizado, correspondendo a 24% dos contratos e apenas 7% dos recursos. A partir destes dados conclui – se que os extintos grupos C, D e E concentravam a grande parte da destinação total dos financiamentos em detrimento dos demais grupos. A partir da

detecção deste problema, houve uma maior preocupação com o direcionamento do Programa aos agricultores de menor renda e, já em 2009, constatava – se uma melhora na divisão dos benefícios. A partir deste ano, os extintos grupos C, D e E, quando somados, “correspondem a 48% dos recursos e 46% dos contratos”. O grupo B, por sua vez, passou neste ano a corresponder a 42% dos contratos e 17% dos recursos, uma melhoria notável, mas ainda carente de incrementos e continuidade.

Quanto às regiões do país, ao analisarmos os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), constata – se a concentração do direcionamento de recursos para o Sul e o Sudeste, apresentando uma disparidade em relação às demais, em detrimento do Nordeste, por exemplo, que é a mais carente. Tal situação se deve provavelmente à maior participação sulista junto ao PRONAF, ocasionada pelo seu maior conhecimento e interação acerca deste. Para se ter uma ideia da diferença no direcionamento dos recursos, a Região Sul, segundo o Censo Agropecuário de 2006 foi responsável por até então receber 38,46% do crédito concedido, a Região Sudeste 19,73%, a Região Centro-Oeste 6,29%, a Região Nordeste 25,96% e a Região Norte apenas 9,55%.

Podemos citar como um forte exemplo de políticas recentes e que assumiram um caráter inovador, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012, que reúne três objetivos principais, no caso o aumento da produção de alimentos, o acréscimo na renda gerada no campo e a organização econômica dos agricultores familiares, assentados de reforma agrária e comunidades tradicionais. O crescimento da produção de alimentos, aliado à estabilidade dos preços dos produtos agrícolas e ao fortalecimento da agricultura familiar são fundamentais para o desenvolvimento do país de forma estável e que priorize a erradicação da miséria. Aliado a este Plano

estão mais três pilares: o plano Brasil sem Miséria, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM – AF). (BRASIL, 2011).

O Plano Safra da Agricultura Familiar, segundo Wesz Junior e Grisa (2012), completou dez anos de vigência em Julho de 2012, trazendo à tona a discussão sobre seus avanços e suas deficiências. Os autores relatam que, apesar da evolução no montante destinado ao crédito agrícola, em especial ao PRONAF, o referido plano continua beneficiando um perfil de agricultor familiar capitalizado, situado na região Sul e produtor de commodities. Segundo os mesmos, é evidente não só a necessidade de inclusão dos produtores familiares menos favorecidos, como também a de equalização da dualidade da agricultura brasileira, representada de um lado pelo seu próspero agronegócio e de outro pelo desprivilegiado setor da agricultura familiar, sendo fundamental para isso um melhor direcionamento do crédito, associado a políticas efetivas de reforma agrária.

Além disso, os programas que incluem a promoção de atividades não-agropecuárias e da pluriatividade em suas metas de forma mais explícita são poucos se consideramos o universo de ações hoje vigentes. Um exemplo seria o Programa “Terra Sol”, do INCRA, a ser abordado de forma mais detalhada posteriormente neste trabalho. A ocupação não-agrícola deveria então ser incluída como um fator chave nas políticas formuladas, garantindo a continuidade do sucesso da agricultura familiar e o crescimento dos setores não-agrícolas da economia no meio rural através da pluriatividade.

2.2.4. As dinâmicas econômicas e regionais de surgimento da pluriatividade:

A ótica de Nascimento (2006) sustenta que a pluriatividade pode ser encontrada ao longo de todo o território nacional, tendo o seu surgimento uma base específica, variável com fatores que localmente ocasionaram situações propícias ao seu advento. Ainda segundo Nascimento (2006) a pluriatividade não surge de forma rápida e automática como uma reação natural ao progresso técnico por parte das famílias do meio rural, mas é muito mais um fruto dos incentivos proporcionados pelas políticas públicas direcionadas ao seu aparecimento. Em um primeiro momento o surgimento de oportunidades fora do setor agrícola levaria à pluriatividade, mas posteriormente esta somente seria perpetuada se os produtores conseguissem sobreviver desempenhando a atividade agrícola. O autor conclui que não é a localização geográfica o fator preponderante para o surgimento e a manutenção da pluriatividade e sim a política vigente.

Em outra publicação, Nascimento (2007) defende que a pluriatividade sofre expansão em regiões mais carentes como o meio rural no Nordeste do país. Observa – se que é apenas nessa região que se vislumbra um real crescimento das taxas de pluriatividade e que as mesmas se devem ao elevado grau de pobreza dos agricultores familiares, que se vêem forçados a buscar outras atividades em centros urbanos próximos, mas também com condições precárias, obtendo assim ganhos pouco significativos no desempenho de diversas atividades e perpetuando modelos de agricultura de subsistência, onde a pluriatividade e a pobreza andam de mãos dadas.

Na visão do parágrafo anterior, as áreas urbanas com maiores recursos não trariam incentivos a longo prazo aos agricultores familiares, que acabariam por

abandonar totalmente as atividades agrícolas para se dedicar a ocupações no meio urbano. Entretanto, uma diferente visão é apresentada por outros autores, como é o caso do estudo realizado por Passos e Silva (2009) que apontam um ligeiro aumento na proporção de famílias pluriativas ao compararmos os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's) de 1995 e 2005, atribuindo este aumento ao maior número de domicílios agrícolas em áreas urbanas observadas e também ao aumento dos domicílios rurais pluriativos.

Neste mesmo estudo, as autoras citam Elias (2006), que defende que as cidades do agronegócio no Brasil vêm se desenvolvendo com base nas atividades agrícolas e agroindustriais circundantes, gerando assim uma pluriatividade de base agrária, em atendimento à crescente demanda por serviços e atividades não – agrícolas geradas pela modernização agrícola por um lado e por outro de uma clássica subordinação do agricultor carente de tecnologia.

Graziano da Silva (1999) observa uma invasão do urbano pelo rural e do rural pelo urbano, nos levando a inferir que as zonas de interseção entre os dois meios desempenham um importante papel no surgimento da pluriatividade. Uma visão complementar à de Graziano da Silva pode ser citada a partir do ponto de vista de Helfand e Jonasson (2009), cujo trabalho indica a importância da localização geográfica na geração de oportunidades de empregos não agrícolas para a população residente no meio rural. A partir de dados do censo e da PNAD realizados no Brasil, estes autores puderam chegar a diversas e importantes conclusões, que sustentam a ideia de que a proximidade aos centros urbanos e conseqüentemente aos recursos por estes proporcionados trariam maiores oportunidades de emprego não agrícola à população local e conseqüentemente, gerariam maiores chances de se promover a prática da pluriatividade para a mesma.

Segundo Helfand e Jonasson (2009), alguns dados apresentados pelos pesquisadores demonstravam claramente que, quanto mais remota e distante era uma área rural, mais propícia à pobreza esta área estaria. Um claro exemplo disso foi mencionado em relação ao Brasil, onde foi apontada uma porcentagem acima de 70% de pobreza rural nas regiões menos urbanizadas do Norte e do Nordeste e abaixo de 45% em outras três macrorregiões, no caso o Sul, Sudeste e Centro – Oeste. Os níveis de pobreza eram notavelmente maiores à medida em que se distanciava das áreas urbanas, aumentando de 42% nas extensões de áreas urbanas para 62% em áreas compostas exclusivamente de aglomerações.

Santos Filho (2006), que procurou partir da premissa de que os segmentos rurais localizados mais próximos ou favoravelmente ligados aos centros urbano - industriais reuniam melhores condições para se desenvolver, observou que alguns autores como Accarini (1987), constataram haver uma correlação pouco conclusiva entre a localização próxima a centros urbano – industriais e os padrões de eficiência mais elevados do meio agrícola nos Estados Unidos o que, todavia, é contrariado pelo exemplo brasileiro, no qual o processo de urbanização do estado de São Paulo gerou impactos positivos sobre a produtividade do trabalho rural e facilitou o fluxo de recursos, a absorção de mão – de – obra e a modernização tecnológica na agricultura.

Os trabalhos que defendem a ideia da influência positiva do meio urbano sobre o rural corroboram com a opinião de Graziano da Silva e Del Grossi (2002), ao citar que o desenvolvimento agrícola local tem pouca influência na economia e na geração de empregos rurais não agrícolas se comparado ao impacto direto gerado pelo tamanho das cidades e o grau de urbanização de uma dada região. Outros autores, como Ferreira e Lanjouw (2001), também apontam que a proximidade a

centros urbanos é um importante determinante na geração de empregos rurais não agrícolas. As atividades e os empregos desta natureza eram muito mais prevalentes em áreas próximas a grandes centros urbanos (aproximadamente 50%) do que em áreas remotas e distantes de tais centros (aproximadamente 15%). Somado a isso, os autores ainda explicitam que a região Nordeste do Brasil é a que possui a menor porcentagem de atividades no setor não – agrícola, com apenas 25% da força de trabalho a ele direcionada.

Outro aspecto marcante do trabalho rural não agrícola, segundo Graziano da Silva e Del Grossi (2002), são as atividades desenvolvidas, sendo as cinco principais a manufatura, o comércio, os serviços domésticos, a educação e a construção, que somadas constituíam, segundo os dados apresentados pelos autores, quase 50% da força de trabalho não – agrícola. Os mesmos autores também concluíram haver forte tendência à individualização, masculinização e envelhecimento dos trabalhadores que se dedicam às atividades agrícolas. Talvez a conclusão mais importante seja a de que os fatores locais de uma dada região afetam decisivamente na escolha entre o trabalho agrícola ou o não-agrícola no meio rural e que as condições econômicas de cada região influem mais nos níveis de oferta de emprego do que nos salários propriamente ditos.

Graziano da Silva e Del Grossi (2002) apresentam como proposta cinco dinâmicas que impulsionam a geração da oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário, desprovidas de caráter excludente entre si e mais três específicas para a realidade brasileira. São elas:

- 1) As atividades econômicas derivadas da produção de bens e serviços agropecuários ou de sua comercialização, processamento e transporte, bem

como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos.

- 2) Atividades derivadas do consumo final da população rural.
- 3) Atividades provenientes da mão – de – obra excedente do setor camponês, que incluem, por exemplo, o trabalho em domicílio e os trabalhos complementares.
- 4) O consumo final por parte da população urbana, de serviços não – agrícolas, mas que podem ser usufruídos dentro das unidades de produção rurais.
- 5) Serviços Públicos e transferências de recursos sociais.
- 6) Demanda da população de alta renda por áreas de lazer e segunda residência.
- 7) Demanda de áreas residenciais por parte da população de baixa renda.
- 8) Demanda por terras não – agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviço.

A partir da análise de todos os pontos de vista apresentados, fica claro que a geração de renda e ocupações não-agrícolas aumenta as chances de prática da pluriatividade, porém como esta somente poderá ocorrer a partir da conciliação com o exercício da atividade agropecuária, fica também evidenciado que a sua concretização depende diretamente da viabilidade desta última. A disparidade entre as oportunidades de renda fora e dentro dos estabelecimentos não pode ser tão desfavorável à agropecuária a ponto de torná-la algo altamente indesejável e desprovido de possibilidades de retorno financeiro.

2.3. RELEVÂNCIA DA PESQUISA

2.3.1. A sobrevivência da agricultura familiar diante do cenário agrário e do agronegócio brasileiro.

A fim de obtermos uma visão mais clara da problemática do agricultor familiar no Brasil e de como a pluriatividade pode representar a este tipo de produtor uma oportunidade de melhores perspectivas, foi realizada pesquisa de campo. Os estabelecimentos que constituem o foco dessa pesquisa, localizados em assentamentos de reforma agrária, refletem a tentativa de correção das disparidades de distribuição de terra existentes em nosso país, uma das principais causas da exclusão destes produtores.

Desde o princípio de sua exploração, as terras brasileiras foram destinadas sempre às culturas voltadas para exportação de um único produto, cultivado em grandes propriedades e perante mão – de – obra escrava, estas últimas embriões dos latifúndios modernos (BENATTI, 2009, p. 211 – 238).

Quando tratamos do cerrado brasileiro, cuja expansão agrícola foi marcada pelo predomínio da produção em grande escala e com significativa participação tecnológica, nos deparamos com um cenário no qual a agricultura familiar foi deixada de lado, sendo priorizada a de grande escala (RESENDE, 2003, p. 175 e 176).

Assim como a desigual distribuição da terra em nosso país, a tecnificação da produção em grande escala também possui antecedentes históricos, cuja origem ocorreu primariamente nos países mais desenvolvidos. Davis e Goldberg (1957), estudiosos das origens do agronegócio, observam que a gênese da evolução do

agronegócio teve como berço os incrementos tecnológicos relativos a máquinas e técnicas inovadoras de produção.

O progresso tecnológico passou a ser tão primordial para a manutenção dos agricultores na atividade agrícola que esta exigência se tornou uma necessidade cíclica que acompanhava o ritmo das inovações. Daí surge a ideia do “treadmill”, uma teoria proposta por Cochrane (1958), citado por Berdegú (2002), que sustentava que a existência de um grande número de produtores produzindo a mesma “commodity” não diferenciada, faria com que tais produtores tivessem o papel de tomadores de preços. Tais preços seriam determinados pela lei da oferta e da demanda, sendo que a oferta seria uma função da produção média de todos os produtores envolvidos em um determinado mercado. Somente aqueles produtores que adotassem precocemente as tecnologias de inovação teriam a oportunidade de obter lucros fugazes até que o preço das commodities não caísse em consequência do aumento da produtividade ocasionado pela adoção da inovação tecnológica por parte da maioria dos produtores. Este comportamento seria cíclico, voltando a ocorrer sempre que uma nova tecnologia atingisse o mercado, acabando por excluir deste, aqueles produtores que demorassem a adotar as novas tecnologias, concentrando também os recursos nas mãos daqueles que lideravam o uso das inovações. (BERDEGUÉ, J. A.; 2002, p. 5).

Segundo Del Grossi e Graziano (2002), a pluriatividade não pode ser encarada como um sinal de decadência da agricultura familiar, devendo em contrapartida ser vista como uma alternativa com fins de gerar possibilidades de inserção destes produtores em novos mercados consumidores que se abrem, apresentando assim uma fuga ao aspecto destrutivo do “*treadmil*”. Os investimentos no setor agrícola familiar são inegavelmente necessários e tudo que contribua para a

persistência deste sistema produtivo deve ser fomentado, já que no caso do Brasil a agricultura familiar chega a representar 10% do PIB nacional e aproximadamente um terço do total do PIB oriundo do agronegócio brasileiro, de acordo com Guilhotto et. al. (2007).

Do mesmo modo, Sauer (2008), observa a importância de fatores como sustentabilidade e manutenção da estrutura familiar nas pequenas propriedades, se valendo para isso do argumento de que, nos países de primeiro mundo, são as pequenas propriedades que movem a economia e sendo assim estas deveriam também se inserir no relacionamento com outros setores, promovendo como resultado final um aumento da produção de alimentos pelo uso mais intensivo da terra. Todavia, para o sucesso das políticas, tanto de reforma agrária quanto de pluriatividade, os investimentos em infraestrutura são essenciais.

2.3.2. As diversas faces e funções da pluriatividade:

Segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2002), A Revolução Verde ao ser implantada no Brasil a partir da década de 1950 através de incentivos governamentais, promoveu os avanços tecnológicos conhecidos que geraram um grande movimento de êxodo rural naquela época. Notou-se então uma acentuada queda dos preços dos produtos agropecuários, a elevação dos custos do trabalho e do crédito e a redução do ritmo de inovação neste setor, diminuindo a renda auferida das atividades agropecuárias. Uma forte tendência então começou a surgir a partir do empreendedorismo ligado à transformação de atividades anteriormente encaradas como simples passatempos que às vezes traziam um retorno financeiro pouco significativo em atividades com caráter empresarial. Estas se constituíam em

uma boa saída para agregar renda às atividades ligadas ao meio rural e gerar empregos, pois englobavam não só a produção de produtos agropecuários, mas também toda uma rede de serviços que envolviam o próprio meio rural, as indústrias e os setores de distribuição e atendimento.

Del Grossi e Graziano da Silva (2002) citam que, entre as “novas atividades” com tendência a serem adotadas no meio rural, destacam-se a piscicultura, as agroindústrias rurais, a criação de aves nobres, a ranicultura, a criação de animais exóticos para corte, a produção de alimentos orgânicos, o plantio de legumes e verduras, a atividade de floricultura e mudas, fruticultura de mesa, produção de sucos naturais, reprodução de plantas, cultivo de cogumelos, complexos hípicas, leilões, exposições agropecuárias, festas de rodeio e educação, lazer e turismo rurais.

Schneider e Conterato (2005) ressaltam que alguns estudiosos argumentavam que a pluriatividade estaria presente mesmo em situações onde não se observasse a integração intersetorial, sendo então, neste caso, denominada de pluriatividade agrária. A pluriatividade de base agrária seria diferenciada da pluriatividade intersetorial por “utilizar fatores, meios de produção e outros recursos existentes no próprio estabelecimento agropecuário”. Entretanto, este conceito ainda é pouco difundido e estudado no Brasil. Cabe lembrar que a pluriatividade intersetorial é aquela que carrega consigo o seu clássico conceito, concebido como a situação na qual os integrantes de uma mesma família conciliam ocupações agrícolas e não-agrícolas vinculadas à outros setores e ramos da economia. Esta última, ao contrário da primeira, dependeria da existência de ambientes nos quais houvesse a possibilidade de integração intersetorial entre os mercados de trabalho agrícola e não-agrícola.

O agricultor familiar, de modo geral, adere às novas tendências obtendo geralmente êxito na diversificação de suas atividades. Tal êxito acontece mesmo nos locais onde a agricultura tem passado por sérias crises e tem como um dos componentes a inserção de recursos provenientes do meio urbano. No entanto, cabe ressaltar que na discussão que suscita a real contribuição da pluriatividade para a prosperidade da agricultura familiar, temos duas vertentes distintas de opinião, citadas por Teixeira (2009), conforme podemos observar:

“É possível assim distinguir duas teses de polarização sobre esse debate: (a) a do Graziano da Silva (1999), que ressalta a importância da criação de empregos não agrícolas em zonas rurais como estratégia mais adequada para reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar sua renda; (b) a tese do Guanziroli, et.alii (2001) que argumentam que “mais do que nunca, é necessário ampliar o apoio fundiário e agrícola, aos produtores familiares, de modo que suas famílias não sejam obrigadas a buscar formas alternativas precárias de sobrevivência (...)”.

Pois, para os autores, os dados de uma pesquisa de campo, realizada no âmbito do convênio FAO/INCRA, envolvendo as cinco regiões, revelam que as rendas obtidas fora da unidade familiar tendem a diminuir quando os produtores familiares contam com apoio suficiente” (TEIXEIRA, 2009, p. 51-52).

Ao estudar o comportamento das diversas ocupações não agrícolas no meio rural, a mesma autora cita o fato de que as famílias que possuem atividades múltiplas terem melhores rendas do que aquelas que se sustentam apenas com a renda agrícola. As ocupações não agrícolas no meio rural, de um modo geral, podem ser classificadas como de baixa qualificação. Mesmo assim, a média das rendas

não-agrícolas supera a das agrícolas. Ao levantar dados a respeito das rendas agrícolas e não-agrícolas para a reprodução social das famílias rurais, o estudo realizado por Teixeira (2009) aponta que as famílias agrícolas entrevistadas declararam ganhar 42% a menos de salário do que as pluriativas. Ao considerarmos a renda domiciliar per capita, observa – se que a renda das famílias pluriativas supera em torno de 30,7% a das famílias monoativas. As famílias pluriativas, de um modo geral, dependem mais de rendimentos que não provenham de sua ocupação principal do que as monoativas.

Conforme se pode concluir com base nos dados apresentados no estudo de Teixeira (2009), a pluriatividade não apenas aumenta e diversifica a renda das famílias, mas também possibilita uma maior estabilidade da renda familiar. Apesar de haver uma maior contribuição real da renda não–agrícola nas famílias pluriativas, estas declaram a atividade agrícola como sendo a sua principal atividade. O emprego da renda proveniente das atividades não agrícolas se destina geralmente aos gastos da casa e também à continuidade da lavoura.

Schneider (1999) defende que a expressão máxima da pluriatividade ocorre nos espaços periurbanos, com uma população relativamente densa, onde se encontram condições para a superação da monofuncionalidade, tendo em vista existirem uma pluri funcionalidade do uso do solo e uma pluriatividade das relações de trabalho.

A chave do “desenvolvimento rural” está, segundo Kageyama (2008), numa mudança do uso da terra, cujos efeitos podem ser analisados a partir de premissas que indicam que a modernização agrícola sempre incide reduzindo o nível de emprego desta natureza e por este motivo deve-se coibir o abandono do campo. A função primordial produtiva passa a ser perdida pelo espaço rural e a diversificação

das fontes de renda contribui para o fortalecimento da produção familiar, por intermédio do reforço da pluriatividade.

Esse aspecto de contribuição da pluriatividade para a produção familiar é reforçado por alguns autores, como é o caso de Wanderley (2000), que faz referência à reconstrução da identidade profissional dos agricultores, que sofre profundas transformações alicerçadas no alcance da competência e também na capacidade de ocupação dos espaços não-agrícolas em expansão no meio rural. A diversidade de estratégias adotadas passa a caracterizar o perfil dos agricultores que buscam se inserir no competitivo mercado moderno e assim estes acabam por se tornar polivalentes e pluriativos, sendo capazes de estender suas atividades para outros ramos que incluem ou não o setor agropecuário, de forma a ampliar a sua renda.

Dentre as estratégias mais comumente adotadas se situa a comercialização dos próprios produtos produzidos, o que levaria o produtor a desenvolver uma competência gerencial que abrangeria uma gama de diversas atividades. Além do incremento de renda gerado, há o claro interesse na busca pela diversificação das atividades desenvolvidas por parte das famílias pluriativas, posição defendida por Schneider et. al. (2007), tendo em vista os benefícios financeiros e a maior segurança trazida pela soma das rendas de diversas ocupações.

Nunes (2009) cita que a pluriatividade pode também ser utilizada pelos agricultores familiares como um ajuste ou adaptação, tanto no complemento de renda visando garantir suas condições de sobrevivência, como para obter fundos que possibilitem a eles investir na propriedade e na atividade agrícola, opinião com a qual corroboram os autores Van der Ploeg (2008) e Wanderley (2000).

Um estudo feito por Nunes (2009, p. 248-249) na região do polo Assu-Mossoró, situado no estado do Rio Grande do Norte, demonstrou que a maior parte da renda obtida das atividades não-agrícolas era empregada no complemento de renda para o sustento da família ou para investimentos na propriedade. O mesmo autor observou que os maiores percentuais de renda não-agrícola destinada a investimentos nas propriedades eram feitos pelas famílias com as dinâmicas mais exógenas⁵, com os três municípios investigados mostrando os seguintes valores: Alto do Rodrigues (35,48%), Baraúna (9,68%) e Serra do Mel (1,40%). Já para a destinação da mesma renda voltada para a complementação e o sustento da família, quanto mais endógena a família era, maior o seu percentual, tendo o Alto do Rodrigues obtido 25,1%, Baraúna 64,52% e Serra do Mel 71,43%.

Quando se menciona o uso da pluriatividade voltado para a obtenção e o redirecionamento da renda não-agropecuária para utilização nas atividades agropecuárias, cabe mencionar que nem sempre a manutenção destas últimas tem como fim a obtenção de produtividade e conseqüente retorno financeiro. A atividade agrícola, segundo Carneiro (1999), pode ser secundarizada caso o interesse pelas atividades não-agrícolas a suplante, devido à falta de rentabilidade ou ausência de meios que a tornem compensatória do ponto de vista econômico.

Mesmo diante da secundarização da atividade agrícola, Carneiro (1999) afirma que os agricultores familiares tendem a adotar estratégias através da pluriatividade para preservar a sua prática, tendo como principal objetivo a preservação do patrimônio familiar e da identidade com o trabalho agrícola desempenhado através do uso deste patrimônio. A autora sustenta ainda que, caso

5 Os termos exógeno e endógeno são utilizados pelo autor para caracterizar como exógenas as dinâmicas mais ligadas às características do processo de modernização e à Revolução Verde e endógenas as dinâmicas pautadas no aprendizado baseado na experiência de vida, com eventual uso de fatores externos, de forma a combinar o meio natural e a cultura com relativa autonomia.

esta identidade esteja ligada à figura dos membros da geração mais velha, o eventual falecimento destes indivíduos ocasionaria uma tendência ao abandono da atividade produtiva, acompanhado da fragmentação da propriedade familiar, assim como dos laços nela estabelecidos.

2.3.3. A relevância das atividades não-agropecuárias e da pluriatividade no

Brasil:

França Silva e Gomes da Silva (2007) consideram que as atividades não – agropecuárias promovem e incrementam o bem – estar e a qualidade de vida rural, ajudando a reduzir o desemprego e a estacionalidade das ocupações, diminuir a pressão sobre a migração rural – urbana e permitir o acesso a bens, alimentos e serviços.

Analisando-se os estudos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), que considerou dados referentes ao período de 2001 a 2005, visualiza – se uma situação na qual existe um evidente crescimento do número de domicílios nos quais todos os membros se ocupam de atividades não-agropecuárias, sendo que este corresponde a um aumento anual de 7,1% ao ano na categoria dos ocupados por conta própria e 5,3% na categoria dos empregados. O crescimento das atividades não-agropecuárias foi mais expressivo que o da pluriatividade, que apresentou taxas de aumento de 1,7% ao ano na categoria dos ocupados por conta própria e 4,2 % ao ano na categoria dos empregados e do que das atividades agrícolas, que esboçaram um aumento de 1,7 % na categoria dos empregados assalariados e uma redução de 2,4% ao ano na categoria dos conta-própria. Um fato que merece observação é a presença de algumas famílias pluriativas que adotam a pluriatividade como uma estratégia para

passar, em longo prazo, das ocupações agropecuárias para as não-agropecuárias (SCHNEIDER, 2007).

Ao analisarmos as rendas pela ótica dos tipos de atividade, podemos concluir que existem famílias que vivem exclusivamente da agricultura e da pecuária e que, entre estas, as rendas agrícolas representam mais de 80% do total. As famílias pluriativas apresentam, em relação às suas fontes de renda, uma média maior do que 50% do total advindo de atividades agrícolas. Apesar da dependência destas famílias em relação à renda agrícola ainda ser grande, a pluriatividade se mostra extremamente benéfica ao conferir rendas mais elevadas e diversificadas às famílias, evitando exposições extremas à fragilidade típica da atividade agrícola, sujeita a situações de risco, choques e vulnerabilidades. As famílias que diversificam suas atividades tendem assim, a ter aumentos em suas rendas, além de uma maior estabilidade (SCHNEIDER, 2007).

Ao considerarmos a evolução da renda familiar no meio rural em nosso país, cabe demonstrar os dados explicitados por Del Grossi (2010), referentes à renda média mensal familiar agrícola e não-agrícola, segundo o tipo de família, classificada de acordo com a atividade desempenhada como “agricultura familiar”, “agricultura patronal”, “não-agrícolas rurais” e “assalariados rurais”. Estes demonstraram ser a renda não-agrícola, independente do tipo de família observada, a que mais cresce. Em todas as situações, o crescimento da renda média não-agrícola foi superior ao da agrícola, conforme indicado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Renda média mensal familiar agrícola e não-agrícola, segundo o tipo de família – Brasil (em R\$ de Setembro de 2009)

Tipo de famílias	Renda média agrícola			Renda média não-agrícola			Renda média familiar		
	2003	2009	Diferença (%)	2003	2009	Diferença (%)	2003	2009	Diferença (%)
Agricultura Familiar	620	727	17,3	239	341	42,7	1138	1499	31,7
Agricultura Patronal	7528	7249	-3,7	1213	1513	24,7	9737	10477	7,6
Não-agrícolas Rurais	0	0	-	978	1712	19,8	1230	1526	24,1
Assalariados Rurais	322	396	23,0	317	460	45,1	793	1094	38,0

Fonte: Del Grossi, M. E, 2010.

Nota: (1) Foram incluídas as famílias de empregadores e conta própria não-agrícolas com residência rural.

(2) Foram incluídas as famílias agrícolas e pluriativas (rurais e urbanas) e não-agrícolas com residência rural. Observação: foram excluídas as famílias rurais dos estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR, captadas somente a partir de 2004. Valores corrigidos pelo INPC.

Para que a pluriatividade seja benéfica ao desenvolvimento rural, ela não deve se restringir apenas a benefícios diretos como o aumento da renda, emprego e redução da vulnerabilidade, tendo também de contribuir para o surgimento de mecanismos de inclusão social, se associando à redução da pobreza e combate às desigualdades, ao decréscimo das taxas de êxodo rural e à promoção de mudanças na gestão interna das unidades familiares, de forma a não provocar o desinteresse pela atividade agrícola e a residência no meio rural. Quando tocamos no assunto êxodo rural, abordando o seu histórico em nosso país, nos deparamos com um cenário que remonta à década de 1940, a partir da qual, segundo Abramovay (1999), mais de um terço da população passou a migrar em direção às cidades, o que de início representou melhorias para estes migrantes, cuja maior parte da mão – de – obra era absorvida, mas que, principalmente a partir da década de 1980, passou a constituir um grave problema social. A partir desta, começaram a se esgotar os

mecanismos de crescimento rápido da economia, ocorrendo também um bloqueio da mobilidade que assegurava a incorporação de massas crescentes de trabalhadores.

A evolução da pluriatividade em diversas localidades analisadas por Teixeira (2009) provou que a provisão de melhores condições de renda e as interações sociais firmadas são importantes fatores que seguram os habitantes no meio rural, evitando o seu êxodo. A pesquisa de Teixeira, no município de Nova Friburgo, constatou que a atividade agrícola ainda é a mais praticada pelos responsáveis das unidades entrevistadas correspondendo à principal ocupação de 72,7% dos responsáveis dos estabelecimentos monoativos e 69,2% dos estabelecimentos pluriativos. Foi observado que os jovens, entretanto, passaram a priorizar a realização das atividades não agrícolas quase sempre ligadas ao turismo na região e à demanda de serviços gerais e construção civil por ele ocasionada.

Entre os motivos mais importantes para a substituição da renda proveniente das atividades agrícolas por aquela oriunda das não agrícolas, podemos citar a sua autonomia de utilização, que conferia aos jovens o poder de decisão sobre o montante recebido. Outro fator que contribuiu para a predileção dos jovens pelo trabalho não agrícola foi a diminuição das áreas agricultáveis disponíveis, em virtude de sua fragmentação proveniente da partilha por herança nas famílias (TEIXEIRA, 2009).

Apesar da situação encontrada por Teixeira (2009) na região de Nova Friburgo, também ficou constatado que os jovens ali situados não possuíam rejeição pela vida no campo. Pelo contrário, se evidenciou a predileção por continuar habitando o espaço onde antes residiam, e os motivos para tal escolha se relacionavam principalmente à intensificação da vida social no local e ao maior provimento de recursos de infraestrutura no meio rural. Estes atrativos se

demonstraram suficientemente influentes em segurar a população jovem no meio rural, que ao praticar a pluriatividade tinham maiores chances de nele permanecer residindo, o que, por conseguinte, prevenia o envelhecimento e a masculinização da população rural.

Segundo Schneider (2007), a pluriatividade também contribui para reduzir as migrações campo – cidade, diversificar a economia local, desenvolver os territórios rurais e estimular mudanças nas relações de poder e gênero. Observa-se que o caráter de geração de oportunidades por parte da pluriatividade pode também contribuir para um melhor ambiente social, dotado de melhor qualidade de vida e atratividade para os jovens. As estratégias de reprodução social traçadas pelas famílias pluriativas devem ser amparadas pela atratividade exercida por parte do meio social, já que a inclusão e o relacionamento social são tão essenciais ao suprimento das necessidades humanas quanto a própria renda, moradia ou alimentação.

2.3.4 – As vantagens da valorização dos modos camponês e familiar de produção:

Nos países mais desenvolvidos, principalmente na Europa, já visualiza – se uma estabilidade no que diz respeito à persistência da classe camponesa⁶ em sua atividade, com o diferencial de status e respeito social, tendo a sua função e importância reconhecidas como algo primordial.

Van Der Ploeg (2006) enfatiza o renascimento do interesse pela agricultura

6 O autor utiliza o termo “camponês” e outros afins, como “classe camponesa” a fim de resgatar este termo nos estudos rurais e no discurso político. A partir de uma contraposição dualista, expõe os contrastes entre as classes de “fazendeiros capitalistas” e de “camponeses”, correspondendo os primeiros à categoria de agricultura capitalista e os segundos à agricultura familiar.

familiar na Europa, diante dos processos de transição atualmente vigentes no meio rural europeu, em um cenário no qual a forma camponesa de produção se mostra mais atrativa do ponto de vista operacional e, em uma análise mais acurada, também do ponto de vista econômico. Entende – se que recampenização, segundo definido pelo autor, seja a retomada do “modo camponês de produção”, recriando uma autonomia frente ao mercado que traz consigo novas formas de desenvolvimento da atividade agrícola, permeadas de maior rentabilidade, valor agregado e oportunidades de emprego.

Até meados da década de 1960, os modos prevaletentes de produção agrícola se resumiam à produção capitalista e à familiar, quando então começou a surgir o conceito de produção empresarial na agricultura. O modo de produção empresarial tem suas origens calcadas na modernização massiva iniciada nas décadas de 60 e 70 em todo o mundo. Houve com tal modernização, o aumento de escala e de intensidade nos processos produtivos, associados a um abrupto e multifacetado processo de mercantilização e reestruturação da produção. Este processo implicou o aumento da escala produtiva e a diminuição da oferta de trabalho agrícola, associada à intensificação da produção por intermédio do uso de inovações tecnológicas que dispensavam o uso da mão-de-obra. A recampenização, ao contrário da adoção do modo empresarial de produção, gera a retomada do modo camponês de produção e a diversificação nos seus diferentes processos, gerando uma interface entre eles. (VAN DER PLOEG, 2006).

O que ocorre no modo de produção camponês, segundo Van der Ploeg (2006) é uma baixa tendência à mercantilização. A fim de que consiga sobreviver, o camponês trava “um processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos auto-controlada, sendo a terra e a natureza viva

suas partes essenciais”. O camponês pratica a co-produção, baseando – se em recursos que não são encontrados no mercado para um adequado funcionamento econômico. Aí estabelece uma independência em relação ao mercado de insumos e se vincula a diversos mercados de produtos. Dessa maneira a coprodução se articula com os mercados e enquanto uma parte da produção é vendida, outra pode ser consumida diretamente pela família camponesa e uma terceira pode ser utilizada para alimentar o próximo ciclo produtivo. O mais importante para se moldar o processo produtivo é o fazer de modo que este viabilize a sua sobrevivência e ampliação.

O grande desafio para os camponeses, conforme sustenta Van der Ploeg (2006) é manter um alto nível nos resultados obtidos sem que haja uma deterioração dos recursos utilizados. A base de recursos da atividade camponesa é constituída por abundante mão-de-obra e escassez de objetos de trabalho (terra, animais, etc.). Desse modo, a produção camponesa tende a ser intensiva e este fato leva à agregação dos recursos sociais e materiais na forma de uma unidade orgânica, como se fossem um todo, sendo estes diretamente possuídos e controlados por aqueles envolvidos no processo de trabalho.

Os níveis de intensidade deste trabalho dependem criticamente da quantidade e da qualidade do mesmo. Desse modo, os investimentos em mão-de-obra visam principalmente à capacidade técnica dos agricultores e a unidade de produção camponesa se relaciona com o mercado de forma específica, sendo cada ciclo de produção construído a partir de recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores (VAN DER PLOEG, 2006).

Van der Ploeg (2006) cita que o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos. A

criação de valor agregado, na comunidade camponesa, só acontece através do crescimento de dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e o dos atores individuais engajados no processo de produção. As interações entre os indivíduos, dotadas de altos níveis de capital social, assim como com os elementos do meio em que vivem são altas, de forma que os camponeses não tendem a arriscar os laços estabelecidos em nome da mera obtenção de lucro, preferindo buscar formas alternativas de incremento de renda do que simplesmente praticar formas de produção predatórias, dotadas de potenciais elementos de injúria à ordem anteriormente estabelecida (VAN DER PLOEG, 2006).

A utilização do capital social pode ser de grande valia na obtenção de vantagens em um modo específico de produção. Araújo et. al. (2007) define o capital social como “um conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social”. De acordo com Slangen, L.H.G. e Loucks, L. A (2008, p.87), uma diversidade de ligações sociais é necessária para se gerar um ótimo nível de capital social, a partir do qual a confiança e o compromisso são criados. O capital social só é gerado quando uma rede de relacionamentos tem a capacidade de criar padrões de comportamento e também um canal de fluxo de informações através do qual as transações confiáveis são facilitadas.

Na visão de Kageyama (2008), o capital social elevado, característico das áreas rurais, estimula o crescimento do emprego quando somado à maior capacidade de autoajuda e ao papel ativo dos atores locais em redes internas e externas. Os fatores ligados à dimensão cultural e identidade tiveram forte influência no dinamismo diferenciado das áreas rurais. O capital social pode ser definido como

o produto de interações sociais com potencial para contribuir para o bem – estar social, cívico ou econômico de uma comunidade com interesses comuns.

A dependência dos recursos e fatores externos na agricultura camponesa também é muito baixa quando comparada à agricultura empresarial e este é um dos motivos que mais beneficiam esta última forma de produção. No modo camponês de produção, o aumento e a intensificação da mesma ocorrem com os recursos disponíveis no estabelecimento, que com o passar do tempo podem ser criados no interior desta ou obtidos com os resultados do processo de trabalho (VAN DER PLOEG, 2006).

Segundo Van der Ploeg (2006), na agricultura camponesa há o desenvolvimento de uma intensificação contínua, enquanto na agricultura capitalista e na empresarial o que ocorre é um aumento de escala na produção. Além disso, quando falamos de fatores que vão além dos recursos externos, podemos dizer que no modo empresarial de produção, o crescimento depende de fatores relativos à unidade produtiva somados aos mencionados fatores externos. Devido ao desligamento em relação aos fatores externos, a independência e desmercantilização da produção camponesa é muito maior do que da produção empresarial e por isso esta última forma apresenta maior valor agregado em sua produção (VAN DER PLOEG, 2006).

O controle da comercialização de produtos agrícolas por parte de grandes corporações tem forçado os agricultores a diversificar suas atividades, produzindo novos produtos e serviços, se distanciando do mercado de insumos de forma a reconectar a agricultura com a natureza, exercendo a pluriatividade, estabelecendo novas formas de cooperação local e reintroduzindo o artesanato. O exercício de

tarefas que visam à recampanização representa um embate contra o aparato estatal e o impacto do agronegócio (VAN DER PLOEG, 2006).

Carneiro (1998) indica que as regiões desfavoráveis ao cultivo de formas intensificadas de agricultura se apresentam como um terreno fértil para a prática de atividades não agrícolas e estas últimas acontecem com o propósito de sucumbir a marginalização dos pequenos produtores. A autora cita o exemplo da França, onde as manifestações incipientes de adoção de atividades não agrícolas, ocorridas na década de 1960, eram inicialmente entendidas como algo não desejável do ponto de vista do sindicalismo dominante à época. Entretanto, estas passaram a ser mais bem entendidas posteriormente, sendo inclusive desejadas a partir do momento em que passaram a ser associadas a uma concepção de resistência à política de modernização agrícola.

Carneiro (1998) se refere ao papel das atividades não agrícolas como um fator que provoca a dinamização das unidades produtivas que se encontravam marginalizadas, aumentando assim a rentabilidade da atividade agrícola, citando como exemplo os agricultores que trabalham o produto bruto, o diferenciando de forma a transformá-lo em outro produto final de maior valor. Um claro exemplo é a fabricação de queijos, que agrega valor a um produto de baixo valor de mercado, no caso o leite.

A contraposição de conceitos entre o que denominamos “agricultura camponesa” e o que denominamos “agricultura familiar” abrange as diferenças relativas ao uso de recursos técnicos com vistas à sua integração no mercado, à busca da resposta positiva em relação às políticas governamentais e à resistência ante as adversidades impostas pelo processo de expansão do capitalismo de acordo com os posicionamentos sustentados por Fernandes (2002) e Abramovay (1992).

Entretanto, ambas as categorias, conforme também já foi mencionado, se diferem do modo empresarial de gestão por terem a família como elemento básico de gestão financeira.

Carneiro (1999), ao apontar a família como unidade de análise escolhida, indica que, enquanto a família camponesa tem como principal objetivo a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola, garantindo a reprodução social estruturalmente ameaçada, a família agrícola “rurbana” se distingue da primeira por orientar sua produção com vistas à obtenção de melhorias na qualidade de vida, embora consiga manter os valores ligados à suas origens e as suas conexões com a localidade particular, conservando assim, em alguns casos, alguns aspectos da cultura camponesa.

De acordo com Carmo (1998), o gerenciamento em uma exploração familiar também tem a família como determinante do emprego dos recursos monetários auferidos e do montante de trabalho disponível na unidade familiar. Ao contrário dos empresários, os agricultores familiares consideram os projetos relacionados à sua família como determinantes da destinação do dinheiro que arrecadam com a agricultura, em detrimento do lucro.

A sobrevivência da agricultura familiar, quando esta não se encontra condicionada à contratos de integração firmados com indústrias ou à aquisição de sua produção por parte de atravessadores, depende da aquisição de conhecimentos envolvendo o processo produtivo e gerencial de sua atividade. As restrições de acesso ao mercado nem sempre derivam das economias de escala, mas muitas vezes as barreiras encontradas são consequência da imposição de novos padrões nele presentes (BUAINAIN et. al., 2007).

A diferenciação é vista como uma das grandes vantagens presentes na

agricultura familiar, podendo esta ser facilmente direcionada para nichos específicos de mercado, ou também para formas peculiares de produção, como a orgânica ou a artesanal. O que irá determinar o sucesso ou o fracasso nesses tipos específicos de atividade é a detenção por parte dos produtores de conhecimentos e habilidades nas áreas de gestão, tecnologias de produtos e processos e *marketing*. A referida diferenciação dos produtos, quando efetuada de maneira correta, se prestará a inserir a agricultura familiar em mercados cada vez mais exigentes (BUAINAIN et. al., 2007).

Entretanto, conforme afirmam Buainain et. al. (2007), a diversificação e a produção para o autoconsumo refletem condições adversas enfrentadas pelos próprios agricultores familiares. Segundo estes, quando as diversas restrições enfrentadas pelos agricultores familiares eram amenizadas, estes passavam a reformular suas estratégias, de forma a se inserirem mais ativamente no mercado, focando a produção em produtos dotados de maior valor agregado, o que conseqüentemente traria maior grau de especialização à produção. Ao adotar um maior grau de especialização, a agricultura familiar se expõe a taxas de riscos mais elevados, mas em alguns casos esta prática pode representar a possibilidade de maiores ganhos aos produtores familiares. Eventuais fugas ao padrão de diversificação da agricultura familiar, conforme exposto, nem sempre significariam a “fragilização dos produtores ou um desvirtuamento perverso da agricultura familiar” (BUAINAIN et. al., 2007).

Buainain et. al. (2007), ao traçar o perfil clássico de produção dos agricultores familiares conclui que este é composto por um “ou dois produtos comerciais, que fazem em torno de 70% de sua renda total”, sendo que os outros 30% da produção seriam geralmente compostos por uma gama diversa de outros produtos, destinados

à subsistência ou à venda. Este autor, por fim, defende o uso da diversificação como importante estratégia de prevenção ao risco, mas também defende que certo grau de especialização pode ser utilizado para que se internalize algumas economias de escala, de forma a se obter maiores ganhos financeiros.

No que diz respeito às perspectivas quanto ao uso e desempenho da forma familiar de produção, Moreira (1995, p. 189) disserta sobre a competitividade, tecnologia e integração social na agricultura familiar e nos assentamentos rurais, estabelecendo que:

Na agricultura familiar com trabalho próprio, está presente uma situação de autonomia e independência associada ao econômico e ao cultural que, no entanto, conforma-se como uma subordinação aos mercados e indiretamente aos capitais hegemônicos desses mercados. A subordinação cultural é também difusa e mutante, como é todo o campo das significações sociais. [...] A nova ordem capitalista internacional, no contexto do desenvolvimento sustentável, pode abrir espaço para uma revalorização da sustentabilidade associada ao saber e ao fazer “camponês”, ao conhecimento e à técnica “camponesa”. Ao incorporar este saber/fazer à sustentabilidade ambiental, o processo poderia até ampliar o espaço da agricultura familiar no contexto da competição intercapitalista e da sociedade.

A busca pela preservação ambiental através da adoção de formas sustentáveis⁷ de produção de desenvolvimento é outro forte motivo para a mudança de padrões na agricultura moderna, com vistas à superação dos problemas associados ao meio-ambiente, sendo esta ideia inclusive amparada pelos países

7 O sustentável seria um desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais, origem do futuro comum de uma humanidade que pretende tornar os impactos econômicos sobre o meio ambiente coisa do passado (CARMO, 1998, p. 219)

capitalistas líderes. Esta abre espaço para o emprego de mudanças na forma produtiva da agricultura, com vistas à alteração do padrão tecnológico utilizado atualmente. A grande dúvida acerca da questão é se os novos padrões sustentáveis a serem adotados na agricultura a deixariam em condições de competir com a agricultura convencional da Revolução Verde (CARMO, 1998).

Conforme exposto, a natureza da agricultura familiar confere à esta certo grau de independência e imunidade em relação ao mercado o que, todavia, não é total. A garantia da perseverança desta forma de produção depende de estratégias de gerenciamento familiar. Dessa maneira, a pluriatividade pode ser utilizada como uma das estratégias de resgate e reprodução do modo produtivo familiar, gerando às famílias mais benefícios e incentivos para que continuem na atividade agrícola, através de formas sustentáveis de produção agropecuária associadas à outras, em grande parte ligadas ao modo artesanal ou “camponês”, incorporando também maior lucro na venda de seus produtos.

2.3.5 – A pluriatividade como precursora da reprodução social e de oportunidades para os jovens no meio rural.

As estratégias de continuidade e reprodução social traçadas pela agricultura familiar tendem a preservar o modo familiar de produção e esta tendência é muitas vezes fruto das decisões do próprio chefe do lar. O grande paradoxo que envolve a questão da pluriatividade parece ser a interferência positiva desta na continuidade da agricultura familiar, acabando por contribuir para a mesma ao invés de provocar sua extinção.

Segundo Mattei (2007) a análise das unidades de produção passa a ser cada vez mais focada nas famílias, pois com o advento da pluriatividade as decisões a respeito da exploração agrícola passam a ser tomadas em um âmbito maior. Além disso, as próprias famílias agrícolas sofrem mudanças com este processo, que geram alterações no seu relacionamento com o setor agrícola, que por sua vez perde o poder de exclusividade na determinação das articulações praticadas por estas famílias, no que diz respeito a todos os aspectos. A família agrícola passa a ser uma unidade plurissetorial, cuja lógica de funcionamento não é mais definida pela produção agrícola. Entende-se então que, tanto as atividades agropecuárias quanto as não-agropecuárias, são cada vez mais elementos cruciais para definir o futuro do sucesso e da sobrevivência da agricultura familiar.

O que se percebe é que os filhos dos agricultores são muitas vezes incentivados pelos pais, principalmente pelo pai, a adotarem a agricultura como profissão. Abramovay et. al. (1998), apresenta dados relativos a um estudo de caso realizado no oeste de Santa Catarina indicando que, dos agricultores entrevistados, aproximadamente 52% tiveram influência dos pais na escolha da carreira de agricultor. No entanto, o cenário atual revela certo repúdio por uma parcela dos jovens em relação à vida e ao trabalho no campo. O mesmo autor, em breve texto menciona que dados também relativos ao Oeste catarinense revelaram a pretensão de aproximadamente um terço dos jovens do sexo masculino e dois terços das moças em abandonar as atividades ligadas ao campo, revelando também que quem ficava no meio rural praticando a atividade agropecuária eram principalmente aqueles jovens que não haviam concluído muitos anos de escolaridade.

Abramovay (2005) defende ainda que uma política efetiva de desenvolvimento rural não deve contemplar somente a agricultura, já que os jovens

produtores tenderão a ser cada vez mais pluriativos. A melhor maneira de se manter os jovens ligados ao meio rural e fazer com que estes optem por tal meio para viver é estimulando políticas inovadoras e atrativas. Estas políticas deveriam contemplar não só o trabalho no meio rural, mas também a qualidade de vida e a agregação de boas condições neste, de forma a espantar a pobreza e a monotonia da vida interiorana.

O incremento da pluriatividade pode também ajudar a resolver a questão da sucessão hereditária das terras. Sacco dos Anjos et. al. (2006) ao expor os dados relativos a quatro municípios distintos no Rio Grande do Sul, indicaram que as famílias pluriativas possuem maior perspectiva de indicação de sucessores potenciais para herdar as terras e conseqüentemente administrar a atividade agropecuária do que aquelas que não desenvolvem a pluriatividade. Sacco dos Anjos et. al. (2006), compartilham da opinião de Abramovay e reiteram que a atividade agrícola vem sendo cada vez mais objeto de escolha apenas dos indivíduos com menor grau de escolaridade, aos quais segundo análise própria não resta outra alternativa, principalmente para aqueles do sexo masculino e dessa forma tece o seguinte comentário em relação à pluriatividade:

O exercício da pluriatividade, ao que tudo indica, pode representar uma oportunidade não apenas para incrementar o nível de ingresso econômico familiar e diversificar as fontes de renda, mas para expandir o universo das relações sociais a que se acham submetidos agricultores e seus familiares que, em boa medida, acham-se à mercê dos caprichos da natureza e do estado de humor dos mercados. Não obstante a incorporação de tecnologias modernas e da profissionalização que incidiu sobre certos ramos produtivos, a agricultura segue sendo vista como atividade que não goza do reconhecimento esperado por parte da

sociedade, a qual é invariavelmente tida como ocupação desenvolvida por trabalhadores desqualificados e com escasso nível de instrução e escolaridade (SACCO DOS ANJOS et. al. 2006, p. 12).

2.3.6 – O impacto dos aspectos agrários e sócio-econômicos do Distrito Federal sobre a agropecuária e a pluriatividade:

O espaço rural no Distrito Federal foi inicialmente planejado para ser exclusivamente agrícola, contrapondo – se à realidade urbana e à dinâmica de suas atividades. Desde a sua criação, o DF sofreu um processo de valorização de suas terras, que teve como origem a inflação e o insuficiente mercado de capitais vigente até então, desviando do foco inicial a real utilização espacial planejada e fazendo com que as áreas inicialmente destinadas de forma exclusiva às atividades rurais se transformassem em uma área de utilização complexa, que incluía a realização de atividades metropolitanas e não-agrícolas (BOTELHO FILHO, 2001, p. 5 - 7).

De acordo com Pébayle (1971, p. 40 - 42), a ideia da criação de Brasília seguia princípios que buscavam a supressão da propriedade fundiária e observavam o ponto de vista social, tendo como objetivo principal o abastecimento da população urbana. Prova disso é que a legislação local previa que todas as terras não compreendidas no Plano Piloto ou na área Cívico – Administrativa deveriam ser desapropriadas e redistribuídas em lotes sob a forma de concessões de trinta anos a famílias que desempenhassem atividades agrícolas.

Ainda de acordo com Pébayle (1971, p. 42 – 60) mais atualmente, com a expansão do meio urbano, uma zona rural não idealizada previamente se formou, ocasionando uma dualidade na qual os núcleos rurais próximos ao Plano Piloto tendem a se desenvolver e aqueles mais isolados evoluem lentamente, indicando a

importância do “transbordamento urbano” no desenvolvimento. Esses elementos urbanos trazem invasores com distintas intenções, tanto de especulação imobiliária quanto da prática da agricultura propriamente dita.

Segundo Botelho Filho (2001), Brasília foi planejada para que nela não houvesse a propriedade individual do solo e as terras do Distrito Federal seriam então arrendadas, facilitando assim o desenvolvimento da produção agrícola, pois o capital detido pelos produtores não seria desviado para a aquisição de terras e poderia ser plenamente empregado na aquisição de máquinas, insumos e demais itens necessários à produção de alimentos. Assim, o espaço rural foi idealizado para que a produção agrícola se desse de modo a ocupar círculos em torno do Plano Piloto, sob a denominação de cinturão verde, a fim de abastecer e proteger a metrópole, fazendo com que o conceito de espaço rural fosse igualado ao de espaço agrícola. Entretanto, a posse individual das terras cedidas para uso agrícola através de contratos de arrendamento ou concessão de uso vem sendo cada vez mais cobiçada pelos seus ocupantes, que a partir do momento em que detivessem tal posse seriam contemplados com enormes lucros imobiliários. Desta maneira, o foco do espaço rural passou a ser a especulação imobiliária, prejudicando intensamente a utilização das terras para fins agrícolas, em especial quando esta utilização envolvia a forma familiar de agricultura, já que somente atividades com alta lucratividade e dependentes de grandes investimentos poderiam concorrer com a especulação das terras.

Assim, a agricultura de caráter familiar se mostra pouco presente no Distrito Federal, quando comparada à realidade nacional. De acordo com Botelho Filho (2001), a porcentagem dos estabelecimentos em Brasília explorados com mão – de – obra familiar é de apenas 21,3%, enquanto a proporção nacional é de 79,9%. No

mesmo sentido, os estabelecimentos que têm somente mão – de – obra familiar englobam apenas 11,2% do pessoal ocupado na agricultura do Distrito Federal, enquanto a nível nacional a mesma proporção corresponde a 64,8% do pessoal em tal atividade.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) apontam o Distrito Federal como detentor de 1824 estabelecimentos familiares, que correspondem a uma área de 10867 ha. Em contrapartida, o número de estabelecimentos não familiares constatados no DF foi de 2131, que somados totalizavam 240453 ha. Esta realidade aponta que, embora o número de estabelecimentos não familiares seja aproximadamente 10% maior do que o de familiares, o tamanho da soma dos primeiros chega a ser por volta de 22 vezes maior do que o dos últimos. Tais dados indicam o insucesso da ideia do “cinturão verde”, cujo propósito seria o abastecimento regional e a utilização das terras para fins agrícolas.

Balsadi (2007, p.99), ao situar os dados do Distrito Federal, destaca que:

...quanto aos estados componentes da região Centro-Oeste, o Novo Retrato da Agricultura Familiar mostrou os seguintes resultados: no Distrito Federal, a agricultura familiar respondeu por apenas 25,8% dos estabelecimentos agropecuários, 8,0% da área total e 6,3% do valor da produção.

Estudos demonstram que a porcentagem de estabelecimentos familiares no Distrito Federal se situa entre 25 a 30% do número total e que há uma grande quantidade destes com menos de 05 hectares. Somado a este fator, a proximidade com o meio urbano de Brasília, cuja renda per capita é uma das mais altas do país tornaria o cenário propício à disseminação das atividades não-agropecuárias, tanto

por oferecer baixa disponibilidade de terras cultiváveis em termos de tamanho quanto por possuir uma economia que oferece relativamente uma alta taxa de oportunidades de emprego com remunerações superiores à média nacional. Os dados do IBGE relativos ao ano de 2008 indicam claramente a grande disparidade existente entre o PIB *per capita* do Distrito Federal e dos demais estados do país. Enquanto a média nacional indica o valor de R\$ 15989,75, o Distrito Federal conta com um valor de PIB *per capita* de R\$ 45977,59, o que representa aproximadamente o triplo da média nacional (IBGE, 2010, p. 22).

O intenso crescimento da população do Distrito Federal, que fez com que esta se tornasse uma das unidades da federação com maior densidade populacional, associado ao crescimento econômico e à urbanização, gerou uma alta capacidade de absorção de mão-de-obra na qual as principais atividades desempenhadas na área rural eram as não – agrícolas. Segundo Botelho Filho (2001), em 1981, o número de empregados agrícolas era igual ao dos não agrícolas na área rural. Já em 1999, a população economicamente ativa rural destinada ao desempenho de atividades agrícolas era de apenas 18%. Tal queda reflete a perda na predominância das atividades agrícolas na área rural do DF e o papel residual dessas atividades no contexto das ocupações da área.

O Censo Agropecuário do IBGE (2006) indicou os estabelecimentos de caráter familiar em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento por tipo de atividade no DF. De um total de 1824 estabelecimentos familiares, 1647 declararam ter atividade fora do estabelecimento, sendo que 402 desempenhavam atividades agropecuárias, 1179 atividades não-agropecuárias e 66 atividades agropecuárias e não agropecuárias fora do estabelecimento. Esses dados indicam haver a adoção de atividades fora do estabelecimento por parte da maioria dos

produtores do DF, o que no mínimo indica o cenário propício para tal nesta região, principalmente no que diz respeito às atividades não-agropecuárias.

Pode-se afirmar que a agricultura no Distrito Federal tem em sua maioria caráter mercantil, utiliza altos níveis de tecnologia e uma grande intensidade de capital, sendo os investimentos realizados diversos dos demais no restante do país por proverem uma maior infra – estrutura de caráter urbano, como luz, asfalto, telefone, ônibus, entre outros fatores, que não afetam a formação da renda bruta do produtor mas acabam por permitir uma maior interação entre o meio rural e o urbano (BOTELHO FILHO, 2001).

O exercício de atividades metropolitanas no espaço rural faz com que este passe a ser influenciado e conduzido pelas rendas por elas pagas. Estas rendas, se direcionadas de forma estratégica, podem significar melhores condições de vida e a continuidade da escassa atividade agrícola e pecuária de caráter familiar no DF, em especial nos assentamentos de reforma agrária, promovendo inclusive o resgate do uso agrícola da terra.

2.3.7 – A relevância do incentivo à associação entre agricultura familiar, pluriatividade e reforma agrária nos assentamentos:

Sauer (1998) cita que a reforma agrária deve se aliar às políticas agrícolas e sociais voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar dentro de um processo de redirecionamento do desenvolvimento que contemple a diminuição das desigualdades sociais. Além de ajudar a construir um quadro de distribuição de renda mais homogêneo, a reforma agrária supriria inúmeras carências de infra – estrutura básica do meio rural incorporando a presença satisfatória de estradas,

redes de energia elétrica, saneamento básico e serviços de saúde em um processo de interiorização do desenvolvimento que resultaria na melhoria das condições de vida da população como um todo.

O ponto de vista abordado por Sauer (1998) preconiza que os projetos de assentamentos de reforma agrária trariam repercussões positivas nos municípios interioranos, para onde seriam deslocados recursos e a partir dos quais partiriam novas iniciativas econômicas. Além disso, agricultura patronal deveria ser substituída pela agricultura familiar para se formar a base de um novo desenvolvimento no campo. A parcela de população assentada teria oportunidade de exercer a agricultura familiar nas áreas ocupadas e esta forma de produção seria a mais benéfica do ponto de vista econômico e social.

Quanto à natureza da reforma agrária, esta não necessitaria, de acordo com Sauer (1998), ser essencialmente agrícola e deveria adotar como uma de suas principais estratégias a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais, de forma a deter a população carente rural em seus locais de moradia e ao mesmo tempo melhorar as suas condições de vida. Os projetos de assentamento têm demonstrado que o seu efeito tem potencial para se irradiar e se multiplicar, de forma a promover a revitalização das economias municipais e regionais, apresentando “um perfil distributivo que permite uma nova territorialidade na qual prevalece a revalorização do espaço rural”. A reorganização e a valorização do espaço rural através da interiorização do desenvolvimento trazem “melhorias das condições de vida da população com base em transformações profundas do padrão de desenvolvimento e concepção de progresso”. (SAUER, 1998, p. 90 – 91).

Já a reforma agrária defendida por Rangel (2000) deveria se incumbir de recompor a economia natural ou de estabelecer o desenvolvimento de atividades

que permitissem a sobrevivência da população migratória que acaba por sobrar nas cidades. Dentre estas atividades estariam aquelas ligadas aos serviços pessoais, artesanato, turismo e lazer, e não apenas a pequena produção agrícola de caráter familiar. Assim, a queda do preço da terra, trazida pelo crescimento do setor financeiro, contribuiria para a sua redistribuição e o seu uso voltado para fins agrícolas e não especulativos. Os investimentos em infra – estrutura urbana no meio rural fariam o papel de absorver o excedente de mão – de – obra que porventura surgisse do desemprego rural ou do tempo ocioso dos indivíduos componentes da zona rural. A infra-estrutura urbana no espaço rural determinaria o surgimento de atividades típicas do meio urbano que trariam à tona o exercício da pluriatividade, trazendo fortes opções de incremento de renda aos assentados, contribuindo para a continuidade dos Projetos de Assentamento implantados.

A preocupação em dar continuidade aos assentamentos já estabelecidos se reflete nas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, além do objetivo de expandir os assentamentos de reforma agrária em todo o país, possui como prioridade a consolidação e a emancipação daqueles já constituídos e para isso se tornar realidade era preciso que fossem asseguradas condições para a autogestão destes assentamentos, para que estes se tornassem independentes, a partir do fornecimento de infra-estrutura que proporcionasse a fruição das suas potencialidades econômicas, sociais e ambientais. A busca destes objetivos deu origem a um programa do governo brasileiro denominado “Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de assentamentos resultantes da Reforma Agrária (PAC)”. (INCRA, 2011).

Existem ainda outros importantes Programas que incentivam melhorias na produção e qualidade de vida dos assentamentos. Entre eles podemos citar o

programa “Terra Sol”, “Projetos de Assentamento em Implantação” e “Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento”. (INCRA, 2011)

Em um estudo realizado no município de João Câmara/RN, a fim de se avaliar o impacto das políticas de pluriatividade dentro do PAC para os assentamentos por ele abrangidos, constatou-se que os moradores do Assentamento Brinco de Ouro desempenhavam diversas atividades agrícolas e pecuárias, com claro destaque para a apicultura e que estes também se dedicavam a atividades não-agrícolas, como o beneficiamento e a venda do mel produzidos, a confecção de marmitas, o comércio local e até mesmo a venda do lixo produzido (FRANÇA SILVA, 2006)..

A infra-estrutura local concedida à população, assim como os outros incentivos acrescentados a esta comunidade pelo PAC, proporcionaram uma forte contribuição para a reprodução das famílias, advinda da melhoria das condições de vida e incremento da renda auferido por parte dos assentados e prova disso é que, das 82 famílias que participaram da implantação deste Programa de Assentamento, apenas uma abandonou o local, repassando o lote para terceiros (FRANÇA SILVA, 2006).

O avanço da pluriatividade no Brasil, de acordo com Alentejano (1999), também faz parte da realidade dos assentamentos rurais, ocorrendo tanto devido a cooperativas que promovem a diversificação de suas atividades internas, quanto a partir da mera combinação do trabalho externo e agrícola pelas famílias nesses locais. O autor, observando dois assentamentos distintos, situados em regiões diferentes do estado do Rio de Janeiro, constatou o predomínio de famílias pluriativas nestes espaços, que perseguiram melhores condições de vida. A partir desta percepção, e da análise de estudos semelhantes, concluiu que o desenvolvimento da pluriatividade nos assentamentos rurais demanda uma revisão

das propostas de reforma agrária vigentes, com o propósito de incluí-la na pauta das políticas públicas.

2.3.8 – A realidade dos assentamentos e a busca da sobrevivência por intermédio de um modo de produção específico:

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1995), a formação de um assentamento rural é fruto de um complexo processo de mobilização social, no qual estão envolvidos diversos agentes e a obtenção da posse da terra, assim como a sua ocupação, configuram uma vitória a favor daqueles que por ela lutaram. Todavia, esta representa apenas um começo da consolidação de um processo de inserção dos assentados na sociedade como cidadãos de plenos direitos, conquistado a partir das atividades políticas e reivindicatórias outrora praticadas.

A partir da ocupação da propriedade, ocorre a necessidade de organização do trabalho e da produção, assim como da administração dos recursos internos e externos disponíveis. A transição da primeira fase de instalação de um assentamento, a reivindicatória, para a segunda fase onde ocorrem as decisões econômicas e de relação com o mercado demanda capacitação e construção de meios e recursos gerenciais por parte dos próprios assentados. (INCRA, 1995, p. 11 - 13).

Assim como em outras áreas do nosso país, no Distrito Federal ocorreram ocupações de áreas rurais por parte dos trabalhadores sem – terra, que ocasionaram o surgimento de acampamentos nos quais as famílias ocupantes ficavam submetidas a condições de vida muito precárias. De acordo com a Secretaria de Agricultura do DF, o Distrito Federal, devido à sua pequena extensão

territorial, não dispõe de terras em quantidade abundante para a promoção de atividades agrícolas, o que se soma à falta de aptidão de grande porcentagem dos solos à exploração agrícola e também ao avanço das áreas urbanas, fruto da especulação imobiliária (DISTRITO FEDERAL, 1998).

Além disso, conforme cita Schmidt et. al. (1998), o problema da morosidade ou inexistência da emancipação dos ocupantes de assentamentos rurais, faz com que estes permaneçam inteiramente dependentes dos recursos do governo, de forma a onerar os custos operacionais do programa de reforma agrária e perpetuar a condição de ausência de posse referente ao título da terra por parte dos assentados. (SCHMIDT et. al., p. 164 – 166).

De acordo com Farias (2008) as pesquisas em assentamentos revelam que os resultados esperados pelos entes mediadores nestes locais nem sempre se efetivam, visto que neles há a ambiguidade das ações e das pretensões, gerando assim inúmeras continuidades e descontinuidades. Somado a isso, o Estado idealiza e exerce uma cobrança exclusivamente focada na produtividade dos agricultores assentados, esquecendo que a maior parte destes não busca enriquecer com suas terras, mas sim dar sobrevivência e continuidade às suas famílias.

Ao pensarmos na cobrança que existe por parte do governo e da sociedade em relação à produtividade dos assentamentos, devemos lembrar que a sua importância consiste não só no ganho econômico para a nação em si, mas também na sobrevivência e na manutenção de padrões dignos de qualidade de vida para a população destes espaços.

Schmidt et. al. (1998) relatam que, em pesquisa realizada pela FAO em 1994, constatou – se ganhos muito baixos de renda advinda da produção agrícola, tendo – se à época uma renda média familiar de 3,7 salários mínimos, dos quais 37%

representavam a “renda de autoconsumo”, enquanto os outros 26% representavam o rendimento proveniente de atividades não – agrícolas. Em contrapartida, o custo médio para assentar cada família à época era de 30 mil reais por família, o que representava dispender um salário mínimo por mês durante vinte anos para cada família assentada. Este elevado custo contrastava com a baixa média de produtividade de algumas culturas nos assentamentos, como é o caso do milho. Nestes a produtividade média era, segundo dados do autor, de 1200 Kg/ha, bem abaixo da média nacional apontada para o censo da reforma agrária realizado na época, entre os anos de 1996 e 1997, que era de 2750 Kg/ha.

Uma análise mais recente, realizada por Sparovek (2005) demonstra que as atividades produtivas nestes espaços carecem de monitoramento e acompanhamento. Este autor, por intermédio de análise de um próprio estudo desenvolvido em 2003, indicou que a agricultura familiar tenderia a predominar em municípios onde houve ações de reforma agrária, e os sistemas de produção adotados seriam aqueles voltados preferencialmente para a subsistência. Os dados nacionais apontam uma razão entre a rentabilidade da agricultura familiar e a patronal de 8,4, indicando que no conjunto de municípios onde houve reforma agrária a rentabilidade da agricultura familiar foi mais de 8 vezes àquela registrada na patronal.

Não se pode esquecer da inegável importância social dos assentamentos, já que grande parte do público atendido por estes é constituída de desempregados, muitas vezes analfabetos e que teriam alta propensão à marginalização ou à vida nas ruas como meros indigentes. Paira então a dúvida, a respeito de como seria melhor empregado o dinheiro público dos investimentos em um assentamento de reforma agrária.

Sparovek (2003) defende que, caso a solução dos problemas se resumisse à redistribuição das terras aos devidos beneficiários, estaríamos obtendo considerável êxito nos programas implantados. Todavia, os métodos de reforma agrária utilizados se resumem ao aspecto quantitativo, deixando em segundo plano importantes fatores como a “qualidade de vida, o desenvolvimento econômico dos projetos, os impactos ambientais, os benefícios regionais e a abrangência das ações na modificação e melhoria das comunidades locais do entorno das áreas formadas”. Ainda conforme o mesmo autor, as metas e o desempenho a serem alcançados nos assentamentos de reforma agrária deveriam ser mensurados a partir da avaliação de critérios qualitativos elaborados de forma participativa.

Apesar da polêmica quanto ao correto emprego dos recursos destinados aos assentamentos de reforma agrária, é inegável que as condições de vida da população beneficiária sofrem melhorias e isso pode ser constatado por dados obtidos diretamente dos assentados. Leite (2004) aponta que 62% dos assentados declararam ter ocorrido um aumento no seu poder de compra, 79% alega ter havido melhorias nas condições de moradia, foi observado que o acesso a bens duráveis como televisão e geladeira dobrou e 91% dos entrevistados consideraram ter havido melhorias nas suas condições de vida. De um modo geral, 97% dos assentados julgavam, segundo o trabalho, que os assentamentos haviam trazido melhorias de vida para a região na qual se localizavam os assentamentos.

Para muitos agricultores assentados, desprovidos de qualquer qualificação para se inserir no mercado de trabalho dos centros urbanos, a vida no campo e o cultivo da terra são bem vistos por proporcionarem sua inserção em um universo onde o conhecimento é pouco exigido e os custos de vida e de reprodução social

são menores do que nas grandes cidades, nas quais as condições mínimas de sobrevivência seriam improváveis (ALENTEJANO, 1997).

3. MÉTODO UTILIZADO

3.1. Conceitos e delimitações do espaço estudado

Para tornar possível um melhor entendimento dos conceitos utilizados, tanto na organização de ideias quanto no trabalho de campo propriamente dito, é necessária a delimitação não só conceitual, mas também temporal e metodológica dos termos utilizados, parte dela inspirada no trabalho de Teixeira (2009). Além do mais, é imprescindível situarmos o universo envolvido na pesquisa de campo, conforme a seguir:

- 1) Período de apuração: 3 a 17 de Fevereiro de 2012.
- 2) Unidade básica de amostragem: famílias rurais pertencentes a Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.
- 3) Assentamentos envolvidos na pesquisa: Assentamento Contagem (DF), Assentamento Itaúna (GO, entorno do DF) e Assentamento Fazenda Larga (DF).
- 4) Quantidade de estabelecimentos entrevistados: 65, tendo sido considerados os formulários de apenas 62, já que foram invalidados 3 deles.
- 5) Característica amostral: amostra aleatória, com no mínimo 20 estabelecimentos em cada assentamento. Para cada estabelecimento, foi realizada entrevista buscando informações a serem obtidas a partir do responsável pelo estabelecimento e, quando possível, dos demais membros de sua família que exercessem algum tipo de atividade que incluía a força de trabalho.

6) Objetivos:

- **Item I:** levantar informações sobre a composição e o trabalho familiar nos estabelecimentos, dados sócio-econômicos, laborais e pessoais acerca dos chefes dos estabelecimentos, as atividades laborais desenvolvidas pelas famílias, a percepção e perspectivas acerca de cada tipo de atividade (agropecuária e não-agropecuária) e a dinâmica das decisões pessoais e financeiras associadas aos diferentes tipos de ocupação.

- **Item II:** dados sócio-econômicos e laborais sobre os demais componentes das famílias que trabalham.

- **Item III:** opinião das famílias domiciliadas nos assentamentos a respeito do papel e da importância dos diferentes tipos de atividades exercidas.

7) Características do questionário: possibilitar a associação de dados sócio-econômicos e de renda, com aqueles referentes ao tipo de estabelecimento segundo a atividade exercida (agrícola, pluriativo ou não-agrícola) e com as percepções e decisões a serem tomadas pelas famílias diante de diversas situações, reais ou hipotéticas dentro do contexto abordado.

8) Conceito de trabalho utilizado: abrange todas aquelas atividades, mesmo não-remuneradas ou classificadas como voltadas para auto-consumo ou auto-fruição que agreguem força de trabalho dentro ou fora dos estabelecimentos.

9) Classificação das famílias de acordo com as atividades exercidas:

a) Agrícolas: famílias cujos membros exercem apenas atividades agropecuárias como ocupação.

b) Pluriativas: famílias nas quais pelo menos um membro exerce tanto ocupações agropecuárias quanto não-agropecuárias. Neste estudo, não se considerou como pluriativas as famílias nas quais pelo menos um dos

membros exercia dupla atividade agrícola na quinzena de referência. Entretanto, a venda de produtos em feiras ou outro tipo de comércio, quando associada ao desempenho de atividades agropecuárias por parte das famílias, foi classificada neste estudo como pluriatividade, por estar nele correlacionada à necessidade de obtenção de renda por parte dos agricultores familiares.

Esse enquadramento tem uma visão congruente à observação de Graziano da Silva et. al (1997) de que as feiras, o artesanato e as festas populares estariam deixando de ser meras atividades voltadas para saciar ensejos relacionados ao lazer, à religiosidade e ao valor de uso e começando a representar alternativas para a obtenção de emprego e de renda no interior do país. As culturas tradicionais passaram, nesses casos, a ter menor relevância nas decisões voltadas para a sua obtenção por parte das famílias rurais.

A venda de produtos em feiras por parte de produtores rurais é referenciada em diversos estudos, como o de Altíssimo (2002), que relata a ocorrência de vendas em tendas por parte de 30 famílias no município de Quinze de Novembro, situado no estado do Rio Grande do Sul. Este estudo cita, inclusive, casos nos quais esse tipo de venda representa a maior fonte de renda das famílias agrícolas.

c) Não-agrícolas: famílias cujos membros alegam se ocupar apenas em atividades não-agropecuárias. Esta opção não foi incluída no questionário, mas caso houvesse alguma ocorrência deste tipo de família, esta seria incluída nos dados. Os resultados esperados não contavam com a real possibilidade de auto-declaração de não ocupação por parte das famílias, por se tratar de

assentamentos de reforma agrária, para os quais o governo exige um mínimo de produtividade agrícola.

d) Não-ocupadas: nenhum membro ocupado durante o período referenciado na pesquisa. Embora presente no questionário, não se esperava muitas ocorrências deste tipo de família, por motivos já descritos, a não ser em casos de aposentadoria ou doença.

Considerações: as famílias que exerciam somente trabalho assalariado agrícola não foram consideradas pluriativas e sim agrícolas, embora o tipo de renda por elas auferido tenha sido considerado a parte, por ser proveniente de trabalho assalariado. Tal fato ocorreu com fins de diferenciação e adequação ao conceito de família pluriativa utilizado neste estudo. Atividades que envolvem o comércio, mesmo que esporádico, como a venda em feiras, ou a venda de doces e artesanatos produzidos, foram consideradas suficientes para enquadrar uma família como pluriativa.

10) Classificação dos tipos de atividades:

a) Atividades agropecuárias: todas e quaisquer atividades, desempenhadas dentro ou fora do estabelecimento agrícola, que se refiram tão somente ao cultivo da terra, à criação de animais ou ao extrativismo vegetal ou animal ligado ao meio rural. Ressalta-se que diversos autores também se referem a este tipo de atividades como atividades agrícolas.

b) Atividades não-agropecuárias: todas e quaisquer atividades, desempenhadas dentro ou fora do estabelecimento agrícola, que não se refiram ao cultivo da terra, à criação de animais ou ao extrativismo vegetal e animal ligado ao meio rural. Ressalta-se que diversos autores também se referem a este tipo de atividades como atividades não-agrícolas.

Considerações: é importante ressaltar que o trabalho agrícola ou pecuário assalariado, mesmo fora do estabelecimento ou do assentamento, foi considerado atividade agropecuária, embora a sua renda, neste trabalho, tenha sido excluída da classificação de renda agropecuária, para diferenciar o papel do empregado rural do agricultor familiar.

11) Classificação dos tipos de rendas:

a) Renda agropecuária: proveniente de atividades que se refiram tão somente ao cultivo da terra, à criação de animais ou ao extrativismo vegetal ou animal ligado ao meio rural, excluindo deste conceito aquelas provenientes de salário agrícola (vaqueiro ou empregado agrícola, por exemplo). Referida pela maioria dos autores como renda agrícola.

b) Renda não-agropecuária: é aquela não vinda das atividades agropecuárias, ou seja, proveniente de todas e quaisquer atividades, desempenhadas dentro ou fora do estabelecimento agrícola, que não se refiram ao cultivo da terra, à criação de animais ou ao extrativismo vegetal ou animal ligado ao meio rural. Referida pela maioria dos autores como renda não-agrícola.

c) Oriunda de aposentadorias e pensões: benefícios previdenciários considerados a parte por não constituírem, dentro de um contexto temporal, a troca da força de trabalho pela remuneração.

d) Renda do trabalho assalariado agrícola: neste tipo de renda também se inclui aquela proveniente do trabalho assalariado agrícola.

e) Outras: vinda de benefícios e outros tipos de ajudas e indenizações, como bolsas de estudo e bolsa-família, além da ajuda de terceiros.

12) Análise estatística empregada: para analisar qualitativamente as respostas obtidas nesta dissertação, optou-se por empregar o método do qui-quadrado

através da utilização dos recursos proporcionados pelo software do Microsoft Excel 2010, de alta praticidade e fácil acesso.

Segundo Neto e Stein (2003), a análise estatística do qui-quadrado é classificada como um método não-paramétrico ou de distribuição livre, no qual não se deve obrigatoriamente conhecer a distribuição da variável na população pesquisada. Este teste se aplica à comparação entre grupos independentes e não necessariamente uniformes.

A Microsoft Corporation (2010) disponibiliza em seu site os passos para obtenção da análise estatística. Nesta, deve-se obrigatoriamente descrever os valores nas células das planilhas que conterão o intervalo de dados a serem testados em relação aos valores esperados. Tais valores esperados, por sua vez, são calculados pelo software, em células que indicam o intervalo de dados que demonstram a “relação do produto de totais de linhas e os totais de colunas para o total global”. O teste do qui quadrado ou X^2 , da Microsoft utiliza a seguinte fórmula,

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^c \frac{(A_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

de acordo com a seguinte transcrição:

na qual as letras significam, conforme descrito abaixo:

A_{ij} = frequência real na i-ésima linha, j-ésima coluna

E_{ij} = frequência esperada na i-ésima linha, j-ésima coluna

l = número de linhas

c = número de colunas

Um valor baixo de χ^2 é um indicador de independência. Como se pode ver a partir da fórmula, χ^2 é sempre positivo ou 0 e é 0 apenas se $A_{ij} = E_{ij}$ para todos os i, j .

A função TESTE.CHI devolve a probabilidade de que um valor da estatística χ^2 , pelo menos tão elevado como o valor calculado pela fórmula acima indicada, possa ter ocorrido por acaso sob a pressuposição de independência. Ao calcular esta probabilidade, TESTE.CHI utiliza a distribuição χ^2 com um número adequado de graus de liberdade, df . Se $r > 1$ e $c > 1$, então $df = (r - 1)(c - 1)$. Se $r = 1$ e $c > 1$, então $df = c - 1$ ou se $r > 1$ e $c = 1$, então $df = r - 1$. $r = c = 1$ não é permitido, sendo devolvido um erro #N/D (MICROSOFT EXCEL, 2010).

Para este estudo, o próprio programa utilizado indica a significância dos valores obtidos para o teste do qui-quadrado. Caso esta seja igual a 80%, é indicado um asterisco (*). Se for igual a 90% são indicados dois asteriscos e se for de 95% são indicados três asteriscos (***). Desta maneira, pode-se concluir se houve significância estatística relevante e qual o seu valor, permitindo inferir se os dados eram realmente influenciados pela diversidade das variáveis caso os valores do qui-quadrado se mostrassem elevados o suficiente para serem enquadrados nos níveis de significância citados.

3.2 – Problemas e hipóteses levantados:

No presente estudo, temos como objetivo central traçar o perfil geral das famílias dos assentamentos em questão e as atividades desempenhadas pelos seus componentes. Também faz parte deste objetivo avaliar se as atividades não-agropecuárias e a pluriatividade nos assentamentos se traduzem como algo benéfico para os indivíduos neles domiciliados, através da avaliação de alguns pontos relacionados à sua percepção, aos seus impactos e às estratégias familiares a elas relacionadas. Além do levantamento de dados e tendências, são abordados alguns problemas e hipóteses relacionados à pluriatividade, conforme descrito a seguir:

Problema 01: os assentamentos são formados por pessoas que pleiteiam o acesso à terra por supostamente possuírem afinidade com a atividade agrícola, não pretendendo abandoná-las. O uso da pluriatividade deve ser visto como um fator benéfico para a permanência e reprodução social do agricultor familiar, em especial nos assentamentos, o que nem sempre ocorre.

Hipótese 01: o fato de a pluriatividade trazer melhores condições de vida, de renda e de infra-estrutura para os assentados, além de ser benéfico para a prática da agricultura, constitui um fator que incentiva a permanência das famílias nos lotes e a sua reprodução social, inclusive dos jovens, e não o abandono destes com vistas à migração para as cidades.

Tanto o problema 01 quanto a hipótese 01 estão relacionados a posicionamentos adotados por diversos autores já citados nesta dissertação. Dentre eles, estão Graziano da Silva (1999), que via a criação de empregos não agrícolas em zonas rurais como estratégia mais adequada para reter a população rural pobre

nos seus atuais locais de moradia e, concomitantemente, elevar sua renda. Kageyama (2008) sustenta que a função primordial produtiva passa a ser perdida pelo espaço rural e a diversificação das fontes de renda contribui para o fortalecimento da produção familiar, por intermédio do reforço da pluriatividade. Já Gomes da Silva e Silva (2007), consideram que as atividades não-agrícolas promovem e incrementam o bem – estar e a qualidade de vida rural, ajudando a reduzir o desemprego e a estacionalidade das ocupações, diminuir a pressão sobre a migração rural-urbana e permitir o acesso a bens, alimentos e serviços.

Problema 02: A maioria das famílias dos assentados teria interesse na pluriatividade, algumas em busca da subsistência, mas a maior parte em busca de melhores condições de vida. A infra-estrutura e a provisão de serviços básicos, quando escassas, atrapalhariam a fruição das atividades não-agropecuárias oferecidas no Distrito Federal, prejudicando a prática da pluriatividade neste local, o que não aconteceria em locais como o Nordeste, onde a pluriatividade ou mesmo o êxodo rural poderiam determinar a sobrevivência dos indivíduos, levando-os a praticá-los a qualquer custo.

Hipótese 02: a posição privilegiada do Distrito Federal e do seu entorno é propícia ao desenvolvimento da pluriatividade pelos assentados que vivem nesta região, devido às oportunidades de ocupação presentes. Todavia, as precárias condições de transporte e segurança, ou mesmo o baixo nível de estudo dos assentados, dentre outros fatores, poderiam constituir o maior entrave no acesso às oportunidades presentes e à pluriatividade, que em certas situações deixaria de ser compensatória no que diz respeito à obtenção de melhores condições de vida e, por conseguinte, de reprodução social.

Tanto o problema 02 quanto a hipótese 02 estão relacionados a posicionamentos adotados por Passos e Silva (2009), Helfand e Jonasson (2009), Graziano da Silva e Del Grossi (2002) e Ferreira e Lanjouw (2001). Estes defendem que a pluriatividade é fomentada pela presença de elementos urbanos, que incluem a oferta de emprego e a melhor infra-estrutura de um meio mais urbanizado. Discorda, portanto de autores como Nascimento (2007), que acreditam que a pluriatividade em regiões como o Nordeste seja proporcional à escassez de recursos, diferentemente do que acontece em localidades como Distrito Federal. Nestas, a pluriatividade não estaria tão atrelada à sobrevivência em si, quanto à expectativa de melhoria das condições de vida, já que perspectivas mais amplas do que a simples subsistência estariam sendo oferecidas.

Problema 03: O problema consiste em avaliar se a busca pela sobrevivência e melhoria de vida das famílias dos assentados se vale da renda não-agropecuária apenas para cobrir despesas, se esta é empregada em outros investimentos ou se é destinada a melhorar as condições técnicas de produção e assim garantir a evolução na agropecuária e o aumento dos ganhos obtidos a partir desta atividade.

Hipótese 03: Os agricultores familiares dos assentamentos do Distrito Federal e do seu entorno destinam parte da renda obtida com as atividades não-agropecuárias para a própria atividade agrícola ou pecuária, aumentando assim o seu capital e criando oportunidades para investimentos no empreendedorismo rural familiar.

Tanto o problema 03 quanto a hipótese 03 estão relacionados a posicionamentos adotados por Van der Ploeg (2008 apud Nunes, 2009) e Wanderley (2000), que citavam a possibilidade de uso da pluriatividade para promover um ajuste, ou adaptação, tanto no complemento de renda visando garantir suas

condições de sobrevivência, como para obter fundos que possibilitem aos agricultores investir na propriedade e na atividade agrícola.

Problema 04: A relativa independência do agricultor familiar em relação aos insumos externos não o isenta de arcar com outros tipos de eventualidades que ocasionem perdas irreversíveis em sua atividade, grande parte delas ligadas ao comportamento do mercado, como a atuação exploratória de atravessadores ou a queda abrupta no preço de certos tipos de commodities. Diante de formas de escoamento estáticas e pouco diversificadas de sua produção, estaria exposto a sérios danos financeiros. Isto seria compensado pelo desempenho de atividades que visassem à agregação de valor aos produtos agropecuários.

Hipótese 04: O produtor pluriativo teria controle e autonomia gerencial para moldar e expandir a abrangência do seu processo produtivo, através do direcionamento das diversas rendas que porventura receba, de acordo com a sua percepção do mercado. Atividades como o comércio ou o beneficiamento de seus próprios produtos seriam benéficos não só devido à promoção da independência em relação aos atravessadores, mas também devido a um melhor conhecimento do mercado. A busca de atividades que agreguem renda e controle de uma maior parcela da cadeia produtiva seriam então, tendências vivenciadas pelos agricultores familiares, em especial quando se situarem em locais com grandes mercados potenciais.

Tanto o problema 04 quanto a hipótese 04 estão relacionados a posicionamentos adotados por Moreira (1995, p. 189), que observa com cautela a suposta autonomia da agricultura familiar, estando esta subordinada aos mercados e seus capitais hegemônicos. A agricultura familiar deveria se valer de conhecimentos

e técnicas específicas, inerentes aos seus tipos de produção, para se inserir no contexto da competição capitalista da sociedade.

Problema 05: a urbanização de áreas próximas aos assentamentos traria consigo a pluriatividade como um fenômeno proveniente do “transbordamento do urbano sobre o rural”. Ao assumirem ocupações não-agropecuárias, tanto os produtores familiares como o meio em que vivem poderiam perder a sua identidade com o “rural”, que estaria cada vez mais se confundindo com o urbano. Todavia, a convivência entre o urbano e o rural não seria maléfica para esta identidade.

Hipótese 05: A busca do exercício da pluriatividade ocorre como algo necessário à reprodução social do agricultor familiar, que se dedica à atividade agropecuária por vocação e em alguns casos por herança cultural e familiar. A prática de atividades não-agropecuárias não levaria à predileção pelas mesmas em detrimento do trabalho no campo e nem pelo modo de vida urbano, que apesar de próximo e em contato com os agricultores, não chega a invadir o meio rural de forma a descaracterizá-lo.

Tanto o problema 05 quanto a hipótese 05 estão relacionados a posicionamentos adotados por Silva (2004) e Wanderley (2000). O primeiro autor enxerga as diferenças entre o rural e o urbano através da análise das relações do ser humano com a terra. O rural possuiria uma vinculação mais intensa com a terra, tendo esta última maior importância como elemento de produção, reprodução ou valorização do que no meio urbano. Já segundo Wanderley (2000), a vida no meio rural reflete cada vez mais uma escolha por um certo modo de vida. Nesta dissertação, nos alinhamos a ambos os posicionamentos, concluindo que a opção de se adotar uma maior vinculação com a terra é uma questão de escolha individual.

3.3 – Etapas de realização da pesquisa:

3.3.1 – Escolha e localização dos assentamentos para a aplicação dos questionários:

A aplicação dos questionários englobou três assentamentos situados na região do Distrito Federal (DF) e seu entorno. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN, 2007), o entorno do DF pode ser entendido como uma região que sofre influência do Distrito Federal e possui distintas delimitações, sendo que neste estudo adotaremos aquela preconizada pelo IBGE.

O entorno do Distrito Federal segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), corresponde à microrregião 12 do Estado de Goiás, abrangendo os municípios de: Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto. (CODEPLAN, 2007)

Após a delimitação da região onde se situariam os assentamentos, foram escolhidos 3 Projetos de Assentamento (PA's) a serem abordados com o questionário. A escolha dos assentamentos baseou-se em fatores como a conveniência de se encontrar referências à prática da pluriatividade, relacionada à relativa proximidade aos centros urbanos do Distrito Federal, a inclusão no estudo de Projetos de Assentamento com lotes de diferentes tamanhos e a localização dos assentamentos em um mesmo eixo do Distrito Federal e seu entorno, no caso a Saída Norte. Os lotes foram escolhidos de maneira aleatória entre aqueles onde havia disponibilidade de pessoal para a concessão das entrevistas.

Para melhor expressar a realidade dos assentamentos pesquisados, cabe uma breve abordagem sobre o histórico de cada um, conforme a seguir:

- 1) Assentamento Contagem: segundo a EMATER-DF (2011), o Assentamento Contagem foi idealizado em 1993, tendo as famílias nele chegado a partir de 1994, quando o então presidente Itamar Franco assinou o documento de desapropriação da terra em favor dos assentados. A sua consolidação só foi ocorrer em Julho de 1995, sendo a maioria dos integrantes desse assentamento oriunda de um grupo de sem-terra anteriormente localizado na antiga fazenda IRFASA. O Assentamento Contagem se situa na região administrativa de Sobradinho/DF, a 36 km do centro desta cidade satélite, tendo parte de seu terreno situado na cidade de Planaltina/GO. É cortado pelo rio Contagem, sendo dividido em 44 unidades produtivas, que totalizam uma área de 922 hectares.
- 2) Assentamento Itaúna: fica localizado no município de Planaltina de Goiás, na rodovia GO 118, km 40 a 42, no sentido Água Fria, cerca de 10 km adiante do Distrito de São Gabriel. Segundo o INCRA (2011), o Assentamento Itaúna foi criado em 1998 por intermédio de um processo de desapropriação e possui uma área total de 4061 hectares, abrigando atualmente 100 famílias.
- 3) Assentamento Fazenda Larga: abriga principalmente, segundo a EMATER/DF (2011), famílias vindas de Planaltina/GO, anteriormente instaladas próximas ao Campus da UNB, de onde foram retiradas por ocasião da criação do Parque Sucupira. A realocação das famílias foi então direcionada à área isolada n° 11 da Fazenda Larga, de 225 hectares, que abriga atualmente 77 unidades produtivas. A área total da Fazenda Larga, segundo o INCRA

(2011), abrange 554 hectares, tendo o assentamento sido reconhecido em 1996. Encontra-se praticamente às margens da Rodovia DF - 020, no Km 49, sentido Brasília – Formosa, no Distrito Federal.

Em todos os três assentamentos, com algumas exceções pontuais, as famílias se enquadram em um perfil de policultura e diversificação produtiva, sem o uso abundante de tecnologia. Entretanto, muitos lotes optam pela policultura em pequena escala, paralelamente à destinação da maior porcentagem de sua produção a culturas específicas. Com a ajuda de órgãos que promovem a extensão rural, como a EMATER/DF, alguns assentados optam pela adoção de técnicas específicas de produção, como aquela desempenhada em estufas no Assentamento Fazenda Larga.

3.3.2 – Aplicação dos questionários:

A segunda etapa da pesquisa foi a aplicação de um questionário (Itens I, II e III) em 65 estabelecimentos situados nos assentamentos em questão, escolhidos de forma aleatória, tendo sido aplicados 20 deles no Assentamento Itaúna, 22 deles no Assentamento Contagem e 23 deles no Assentamento Fazenda Larga. No primeiro dia de aplicação dos questionários, 04/02/2012, realizou-se a validação dos mesmos, a partir da necessidade de modificações constatada durante a sua aplicação prática. Os questionários foram compostos por perguntas e respostas de múltipla escolha ou abertas, dependendo da conveniência e da aplicabilidade.

Após a aplicação dos questionários, foram selecionados três deles, cujos dados obtidos possuíam um grau de inconsistência suficiente para invalidá-los. Ao

se refletir sobre os dados obtidos, vislumbrou-se a necessidade de expor alguns comentários e posicionamentos envolvendo os Itens I, II e III do mesmo, conforme exposto a seguir:

Item I:

a) Questão 3.1: foi considerado apenas o número declarado de componentes do domicílio do entrevistado que com ele residiam ou pelo menos que com ele constituíam um núcleo familiar (no caso do entrevistado não residir no lote).

b) Questão 3.2: nesta não se levou em conta os entes que não trabalhavam e não incorporavam renda ao lar. Aqueles que agregavam renda de forma conjunta, ajudando os trabalhadores das famílias foram computados.

c) Questão 08, classificação das famílias: as famílias foram consideradas pluriativas quando, além das atividades agropecuárias, algum de seus membros exercia outras atividades não-agropecuárias, em consonância com a conceituação fornecida por Graziano da Silva (2004, p. 24). Este estabelece que “se um domicílio (ou família) possui alguns membros em atividade agrícola e outros com ocupações não-agrícolas, trata-se de um domicílio (ou família) pluriativo. A venda em feira, mesmo dos produtos de origem agrícola ou pecuária, foi considerada como atividade não-agrícola e assim as famílias foram consideradas pluriativas. Já o exercício do trabalho assalariado no meio rural ou a prática de mutirões (reuniões que agrupam força de trabalho para adequar a mão-de-obra às diversas necessidades e sazonalidades que podem vir a surgir) dentro dos assentamentos não foi considerado como atividade cujo exercício concomitante ao da agricultura ou da pecuária pudesse caracterizar a pluriatividade. Isso porque a consideração de tal

fator poderia trazer uma banalização do conceito de pluriatividade, se considerarmos o posicionamento adotado neste estudo.

d) Questão 8.2: É sabido que a percepção e a discriminação da renda agrícola são processos complexos e cujo detalhamento para a obtenção de resultados satisfatórios demandaria a incorporação de diversas variáveis, que constituiriam outro tipo de estudo. Os valores obtidos pela venda de produtos agrícolas ou até mesmo pelo seu beneficiamento foram considerados como parte da renda agrícola, justamente devido às dificuldades de se estimar a separação de tais montantes dentro de um processo familiar de produção, sem a presença de intermediários e de maiores planejamentos nos seus custos e preços de venda dos produtos.

Quanto à renda de autoconsumo, geralmente subestimada, Graziano da Silva (2004) concluiu que a ausência do autoconsumo não compromete de maneira significativa a estimativa da renda rural nas PNAD's, devendo ter muito mais influência a própria sub-declaração das rendas, a não ser quando se considera as famílias de "conta-própria" isoladamente, grupo no qual se encaixam a maioria dos agricultores familiares.

A outra conclusão era a de que, quando considerada de forma isolada e absoluta, os valores obtidos não invalidariam as estimativas de renda, mas ao se tratar de desigualdade entre as categorias, ou em níveis mais desagregados, como nos estados e municípios, poderia haver efeitos mais fortes, que trariam a diminuição da confiabilidade dos resultados obtidos (GRAZIANO DA SILVA, 2004).

Item II:

Não foram computados, por exemplo, filhos ou entes idosos que não trabalham e não trazem renda ao lar, a não ser no caso de aposentadorias e

pensões. No caso do não fornecimento de informações sobre todos os membros pelo entrevistado, computou-se apenas aquelas disponibilizadas. Foi incorporada às opções de níveis de renda, a denominada “renda conjunta”, que existe, mas não oferece possibilidade de ser computada individualmente de maneira exequível e se refere ao trabalho conjunto na mão-de-obra familiar.

Item III:

a) Às questões 2 e 2.1 foi adicionada a possibilidade de resposta “iguais”, já que esta foi a declaração independente de alguns dos entrevistados durante a aplicação do questionário, que por sua vez só continha a opção de “melhores” ou “piores” condições de vida do ponto de vista econômico e social.

b) Na questão 05, considerou-se o comércio em feiras como atividade que agrega valor aos produtos agropecuários, assim como o beneficiamento destes produtos e a adequação a públicos específicos, como a produção de orgânicos ou hidropônicos, por exemplo.

O questionário fornece subsídios para a interpretação dos dados obtidos, sua análise qualitativa e sua correlação com os problemas e as hipóteses levantadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As tabelas abaixo se referem aos dados relativos ao **ITEM I DO QUESTIONÁRIO ANEXO**, aplicado segundo descrito:

4.1 – Informações sobre o perfil da composição e do trabalho familiar:

4.1.1 - Componentes das famílias:

Os resultados do presente estudo se encarregam não só em fornecer subsídios para a sustentação das hipóteses elaboradas, mas também para indicar o perfil da população estudada. Uma estimativa deste perfil no que diz respeito ao tipo de ocupação e ao exercício da pluriatividade é demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 2^o – Perfil das famílias entrevistadas segundo o tipo de ocupação

Assentamento Contagem	Número	Porcentagem
Agrícola	6	28,6%
Pluriativa	15	71,4%
Não Ocupada	0	0
Assentamento Itaúna		
Agrícola	7	35%
Pluriativa	13	65%
Não Ocupada	0	0
Assentamento Fazenda Larga		
Agrícola	5	23,8%
Pluriativa	16	76,2%
Não Ocupada	0	0

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Conforme visível na tabela acima e já citado anteriormente, as famílias foram classificadas em agrícola, pluriativa e não-ocupada.

8 Referente à questão 08 do Item 01.

As 18 famílias cujos dados apontavam apenas o exercício de atividades agropecuárias foram encaixadas no perfil “agrícola”, correspondendo a 29,1% do total, enquanto as outras 44 famílias, correspondendo a 70,9% do total foram consideradas como “pluriativas”. Não houve a ocorrência de famílias que se declararam não ocupadas no estudo. Também não se observou a presença de famílias exclusivamente não-agrícolas, ou seja, que não exerciam nenhuma atividade ligada à agricultura ou à pecuária. Os maiores índices de pluriatividade registrados ocorreram no assentamento Fazenda Larga, detentor dos menores lotes em área física, dentre os assentamentos pesquisados.

As famílias pluriativas praticavam diferentes graus de pluriatividade tendo havido o registro de 88 atividades não-agropecuárias distintas relatadas, que ocorrem fora ou mesmo dentro dos próprios lotes e assentamentos, referentes aos 44 estabelecimentos pluriativos.

Os índices de pluriatividade encontrados podem ser considerados altos, se comparados com aqueles decorrentes de outros estudos, como o de Nunes (2009), que encontrou uma média de 36,90% de pluriatividade de base não-agrária, correspondente à pesquisada neste estudo, em três municípios do Pólo Assu-Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte.

Teixeira (2009, p. 137) indica números do Projeto Rurbano, de 2001, nos quais se constata a presença de 26 estabelecimentos pluriativos em um total de 80 pesquisados, inferindo-se uma porcentagem de 32,5% de pluriativos. Neste mesmo estudo, a mesma autora encontrou 37,5% de estabelecimentos somente agrícolas, 27,5% de estabelecimentos não-agrícolas e 2,5% de não-ocupados.

Dados específicos sobre a pluriatividade em assentamentos de reforma agrária são apontados por Alentejano (1997), referentes a duas distintas unidades

estudadas, o assentamento Fazenda da Conquista, localizado no município de Valença/RJ e o Vitória da União, localizado em Paracambi/RJ. Enquanto o primeiro apresentou aproximadamente 60% de famílias pluriativas, contra 40% de agrícolas, o segundo demonstrou haver quase uma divisão paritária entre os tipos de famílias, com 51% de pluriativos e 49% de agrícolas.

Para se estimar o perfil da composição dos domicílios dos assentados, formulou-se a tabela abaixo, baseada nos resultados obtidos nas respostas ao item 3.1 do questionário:

Tabela 3^o – Moradores das Famílias entrevistadas segundo a condição na família.

Componentes das Famílias	Número	Porcentagem
Esposa	57	21,2%
Marido	56	20,8%
Filhos	59	21,9%
Filhas	36	13,4%
Demais componentes* (masculino)	37	13,7%
Demais componentes* (feminino)	24	8,9%
Total	269	100%
Homens	152	56,5%
Mulheres	117	43,5%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012. * Pessoas que fazem parte do mesmo núcleo familiar.

Ao se indagar a respeito do número de componentes em cada família, foram mencionados, nos 62 estabelecimentos considerados neste trabalho, 269 indivíduos. Os dados apresentados na tabela acima indicam a presença de um maior percentual de cônjuges nos estabelecimentos do que de filhos e filhas propriamente ditos. Tais

9 Referente à questão 3.1 do Item 01.

dados podem refletir a saída dos filhos em busca de trabalho, muitos deles antes mesmo da migração da família para o assentamento.

Há certo equilíbrio entre o número de indivíduos citados na condição de esposa (21,1%) e de marido (20,8%) nos estabelecimentos. Os demais membros do sexo masculino incluem a soma dos filhos dos casais nos lotes (59 membros ou 21,9% do total mencionado nas entrevistas) com o total dos demais membros do sexo masculino (37 membros ou 13,7%). Ao somarmos ambos os grupos de indivíduos mencionados por último, teremos um total de 96 membros do sexo masculino, correspondendo a 35,68% do total de pessoas citadas. Em contrapartida, os demais membros do sexo feminino, representados pela soma das filhas dos casais titulares dos estabelecimentos (36 membros ou 13,4%) com o total dos demais membros do sexo feminino (24 membros ou 8,9%) constituem um total de 60 membros ou 22,30% dos entrevistados, número menor do que o de indivíduos do sexo masculino. O montante de indivíduos computados indica uma soma de 269 pessoas, sendo 152 delas (56,5% do total) do sexo masculino e 117 (43,5% do total) do sexo feminino.

As pequenas diferenças a favor tanto dos indivíduos do sexo masculino em relação ao feminino quanto de cônjuges em relação ao número de filhos nas famílias sugerem uma maior prevalência de homens e de indivíduos que já se emanciparam, constituíram união estável ou matrimônio, em detrimento dos filhos mais jovens. Apesar disso, não há subsídios suficientes para se afirmar um processo de masculinização dos assentamentos estudados, já que os números apresentados se referem aos indivíduos separadamente, não havendo segurança do ponto de vista estatístico para se afirmar a existência desse tipo de processo.

A próxima tabela a tratar da composição e do trabalho familiar, faz referência apenas aos membros das famílias que trabalham em alguma atividade e residem nos estabelecimentos envolvidos na pesquisa, que somaram um total de 168 pessoas.

4.1.2 - Trabalhadores nas famílias dos assentamentos:

Tabela 4¹⁰ - Pessoas das famílias que trabalham.

Sector onde as pessoas das famílias trabalham	Número	Porcentagem
Total somente em atividades agropecuárias	101	60,1%
Dentro do assentamento ¹¹	97	57,7%
Fora do assentamento	4	2,4%
Total somente em atividades não-agropecuárias	11	6,5%
Dentro do assentamento	1	0,6%
Fora do assentamento	10	5,9%
Total tanto no setor agropecuário como em outros setores	56	33,3%
Homens	38	22,6%
Mulheres	18	10,7%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Dentre este total de 168 trabalhadores, 101 ou 60,1% declararam trabalhar somente em atividades agropecuárias. Destes, apenas 04 entrevistados afirmaram ter no trabalho agrícola fora do estabelecimento a sua principal atividade, sendo então considerados como assalariados.

Apenas onze pessoas foram citadas na pesquisa como praticantes somente de trabalho não-agropecuário, o que corresponde a 6,5% do total que trabalha. Destes, 10 desempenhavam suas atividades fora do estabelecimento. Apesar disso, nenhum destes indivíduos chegou a fazer parte de uma família exclusivamente não-

¹⁰ Referente à questão 3.2 do Item 01.

¹¹ Para aqueles que trabalhavam dentro e fora do assentamento somente em atividades agropecuárias foi considerado o local onde a maior parte do tempo trabalhado era despendida. A resposta quase sempre remetia ao trabalho dentro do estabelecimento. A participação em "mutirões" internos dos assentamentos não foi considerada trabalho assalariado.

agrícola, ou seja, na qual nenhum membro praticava atividades ligadas à agricultura ou à pecuária. Já 56 indivíduos, ou 33,3% do total de trabalhadores citados, o que corresponde a um terço exato do total citado na tabela, são enquadrados como trabalhadores que dividem suas atividades entre a agropecuária e outras ocupações dela distintas, constituindo os trabalhadores denominados de pluriativos. Destes, a maioria citada foi de homens (38 ou 22,6% do total), contra uma minoria de mulheres (18 ou 10,7% do total).

Martins (2011), analisando a origem de renda de assentados de reforma agrária em Guapé/MG, encontrou resultados indicando que 71,4% dos indivíduos entrevistados executava serviços temporários (que no caso de seu estudo incluía os safristas e outros trabalhos assalariados temporários) ou que envolviam a comercialização da produção.

A dinâmica do deslocamento da mão-de-obra é diferente entre as famílias pluriativas e as somente agrícolas. Para tal fato, apesar da presunção de obviedade advinda da própria concepção da pluriatividade, cabe apresentar os dados obtidos no trabalho de campo:

Tabela 5¹² – Comparação entre o número de pessoas das famílias pluriativas e agrícolas que trabalham.

Setor onde as pessoas das famílias pluriativas trabalham	Número	Porcentagem
Total somente em atividades agropecuárias – pluriativas	57	46,0%
Dentro do assentamento ¹³	56	45,2%
Fora do assentamento	1	0,8%
Total somente em atividades não-agropecuárias – pluriativas	11	8,9%
Dentro do assentamento	1	0,8%
Fora do assentamento	10	8,1%
Total tanto no setor agropecuário como em outros setores - pluriativas	56	45,2%
Homens	38	30,6%
Mulheres	18	14,5%
Setor onde as pessoas das famílias agrícolas trabalham	Número	Porcentagem
Total somente em atividades agropecuárias – agrícolas	44	100%
Dentro do assentamento	41	93,2%
Fora do assentamento	3	6,8%
Total somente em atividades não-agropecuárias – agrícolas	0	0%
Dentro do assentamento	0	0%
Fora do assentamento	0	0%
Total tanto no setor agropecuário como em outros setores - agrícolas	0	0%
Homens	0	0%
Mulheres	0	0%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Enxerga-se, a partir dos dados obtidos por intermédio das respostas dadas aos questionários aplicados, uma tendência à repartição praticamente igualitária entre os membros das famílias pluriativas que se dedicam apenas às atividades agropecuárias e aqueles que possuem ocupações que abranjam tanto o setor agropecuário quanto outros setores. Também se observa a existência de uma parcela de quase 10% entre os trabalhadores pluriativos, que se dedica somente às

¹² Referente à questão 3.2 do Item 01.

¹³ Idem Nota 11.

atividades não-agropecuárias. Somando-se estes últimos com aqueles que conjugam atividades nos dois setores distintos, temos um resultado que indica que pouco mais da metade dos trabalhadores das famílias pluriativas (54,0%) exerce algum tipo de atividade não ligada diretamente à agropecuária, mas dentre estes a maioria também exerce atividades agropecuárias (45,2%).

Pode-se então afirmar que a maioria dos trabalhadores das famílias pluriativas trabalha com atividades voltadas para a rotina agrícola ou pecuária. Enquanto 45,2% deles conjugam atividades em ambos os setores, os outros 46% se ocupam somente das atividades ligadas ao campo. Tal dado demonstra que o impacto do meio urbano no campo não traz necessariamente o abandono deste dentro do universo pesquisado. Ao contrário, induz a uma convivência entre as duas realidades, perfeitamente factível segundo os dados obtidos, indicando apenas a existência de tendências à diversificação das fontes de renda, de forma a fortalecer a produção familiar, por intermédio do reforço da pluriatividade, conforme sustenta Kageyama (2008).

Para os membros das famílias somente agrícolas, conforme já era esperado pela própria natureza das atividades, a grande maioria, ou 93,2% alega trabalhar somente dentro do assentamento. Todavia, a existência de 6,9% de trabalhadores exercendo a maior parte de seu trabalho fora do assentamento indica a presença de trabalho assalariado rural como atividade principal, embora haja ainda aqueles que o praticam como atividade esporádica ou secundária, dado a sazonalidade atribuível a este tipo de trabalho e a organização eventual de mutirões de auto-ajuda dentro dos assentamentos, nos quais existem relações de ajuda recíproca.

4.2. Informações do chefe do estabelecimento:

4.2.1. Gênero e idade:

Tabela 6¹⁴ – Gênero e idade dos chefes dos estabelecimentos

Gênero dos chefes dos estabelecimentos	Número	Porcentagem
Feminino	15	24,6%
Masculino	47	75,4%
Idade Média dos Chefes dos estabelecimentos		46,1 anos

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Dos 62 chefes de estabelecimento, cada um correlacionado a um lote dos assentamentos, 15 eram mulheres, correspondendo a 24,6% do total, enquanto os outros 47, ou 75,4%, eram do sexo masculino. A predominância de chefes de estabelecimento do sexo masculino pode ser afirmada com 95% de confiança neste estudo, se considerarmos que o esperado seria uma proporção igualitária entre homens e mulheres, repassando indícios de detenção do poder de decisão nas famílias agrícolas por parte dos homens. Todavia, um quarto dos chefes de estabelecimentos entrevistados são mulheres, o que aponta a sua real presença, embora ainda minoritária.

A idade média dos chefes dos estabelecimentos foi de 46,1 anos, o que de certa forma indica a diversidade de idade dos indivíduos que exercem este papel dentro das famílias e afasta o estigma de predominância de uma população mais idosa nos assentamentos, já que muitos casais e indivíduos jovens se prestam a se estabelecer nos lotes. Em seguida, segue a estratificação dos dados entre os estabelecimentos pluriativos e agrícolas, que demonstrou homogeneidade entre ambos os grupos, sugerindo a baixa influência do tipo de estabelecimento sobre o gênero de seus chefes.

14 Referentes às questões 4.1 e 4.2 do Item 01.

Tabela 7¹⁵ – Comparação entre gênero e idade dos chefes dos estabelecimentos pluriativos e agrícolas.

Gênero dos chefes dos estabelecimentos – famílias pluriativas	Número	Porcentagem
Feminino	10	22,7%
Masculino	34	77,3%
Idade Média dos Chefes dos estabelecimentos – famílias pluriativas		44,4 anos
Gênero dos chefes dos estabelecimentos – famílias agrícolas	Número	Porcentagem
Feminino	5	27,8%
Masculino	13	72,2%
Idade Média dos Chefes dos estabelecimentos – famílias agrícolas		50,3 anos

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Os valores expostos na tabela anterior indicam que há uma ligeira diferença na média de idade entre os chefes dos estabelecimentos pluriativos e somente agrícolas. Nos primeiros, a média de idade foi de 44,4 anos, demonstrando chefes mais jovens que nos segundos, onde a média foi de 50,3 anos. Este fato apresenta certa semelhança, embora de maneira mais sutil, com aqueles obtidos por Schneider no RS, embora este último autor tenha trabalhado não com a pesquisa de média de idade propriamente dita, mas com a estratificação dos indivíduos por faixa etária. A conclusão de Schneider et. al.(2001) aponta que a principal diferença de faixa etária entre as duas categorias se situaria no grupo de pessoas com mais de 60 anos de idade, para os quais o autor encontrou uma proporção de 23,6% entre as famílias agrícolas e 9,7% entre os pluriativos.

Quanto à comparação entre o gênero dos chefes dos estabelecimentos, notou-se bastante semelhança nas porcentagens obtidas para a classe dos

15 Referentes às questões 4.1 e 4.2 do Item 01.

pluriativos e para a dos agrícolas, o que indica ausência de influência da pluriatividade sobre a variável gênero neste contexto.

4.2.2 – Escolaridade:

Tabela 8¹⁶ – Escolaridade dos chefes de estabelecimentos¹⁷

Grau de escolaridade	Número	Porcentagem
Sem alfabetização	7	11,3%
Fundamental	41	66,0%
Ensino Médio	11	17,8%
Terceiro Grau	3	5,0%
Pós-Graduação	0	0

Média de anos de estudo dos chefes dos estabelecimentos: 5,73 anos.

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

O nível de escolaridade dos chefes de estabelecimento constatado foi notavelmente baixo, havendo entre os 62 entrevistados, 7 indivíduos sem alfabetização ou 11,3%. A maior parte dos chefes de estabelecimento (41 deles ou 66%) parou de estudar ou se encontra estudando no nível fundamental, havendo 11 deles (ou 17,8%) atingido o nível médio. Para o nível superior, foram constatados 3 chefes de estabelecimento que haviam atingido o terceiro grau. Não foi registrada a ocorrência de nenhum chefe de família que possuísse ou estivesse cursando pós-graduação. A média de anos de estudo dos entrevistados foi de 5,7 anos.

A fim de investigar se havia alguma correlação entre o tipo de atividades nas quais se engajavam as famílias e o nível de escolaridade dos indivíduos, procedeu-se a comparação entre ambos, conforme os dados nas tabela 9:

16 Referente à questão 4.3 do item 01.

17 Foi considerado o nível de escolaridade (o grau de ensino) no qual o entrevistado parou de estudar. Para complementar esta questão, foi questionado em qual ano este parou de estudar, para que se pudesse estimar o quantitativo de anos de estudo cursados.

Tabela 9¹⁸ – Comparação entre a escolaridade dos chefes de estabelecimentos pluriativos e agrícolas¹⁹

Grau de escolaridade – famílias pluriativas	Número	Porcentagem
Sem alfabetização	4	9,1%
Fundamental	30	68,2%
Ensino Médio	8	18,2%
Terceiro Grau	2	4,6%
Média de anos de estudo dos chefes dos estabelecimentos pluriativos: 6,1 anos.		
Grau de escolaridade – famílias agrícolas	Número	Porcentagem
Sem alfabetização	3	16,7%
Fundamental	11	61,1%
Ensino Médio	3	16,7%
Terceiro Grau	1	5,5%
Média de anos de estudo dos chefes dos estabelecimentos agrícolas: 4,7 anos.		
Valor do qui quadrado para a variável escolaridade = 0,85. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Ao focarmos em ambas as tabelas dos chefes de estabelecimento pluriativos e somente agrícolas, temos uma ligeira diferença de média de anos de estudo de 1,4 anos, ou aproximadamente um ano e meio a favor dos pluriativos. Porém, notamos que há uma maior disparidade de porcentagem entre os indivíduos sem alfabetização pluriativos (9,1%) em relação aos somente agrícolas (16,7%). Também, em relação ao ingresso no ensino fundamental, os pluriativos levam vantagem, possuindo 68,18% dos chefes de estabelecimentos em tal situação, contra 61,1% dos somente agrícolas. As ligeiras diferenças se mantêm para o ensino médio.

A expectativa de retorno profissional e financeiro em relação à agropecuária é baixa. Tal fato pode ser advindo da própria concepção que os agricultores familiares têm a respeito da importância da educação para a atividade agropecuária. Silvestro

18 Referente à questão 4.3 do item 01.

19 Idem à nota 17.

et. alii (2001), em pesquisa envolvendo jovens trabalhadores rurais do estado de Santa Catarina, concluiu que a escolaridade dos indivíduos que migram para as cidades tende a ser maior do que a daqueles que permanecem no campo. Mais da metade dos jovens pesquisados acredita ser desnecessário possuir mais do que o ensino fundamental (8ª série) para desempenhar o ofício de agricultor. (SILVESTRO et. alii, 2001).

Koppe (2005, p. 60) é um dos autores que enxerga a pluriatividade como um fator que contribui para a evolução sócio-econômica, tanto das famílias mais abastadas quanto daquelas mais carentes, tendo segundo o mesmo, uma maior ocorrência nas famílias de maior escolaridade.

Apesar disso, as diferenças de escolaridade detectadas neste estudo não foram significativas a nível estatístico, indicando, que os grupos podem ser considerados homogêneos, sem a preponderante influência da pluriatividade sobre os níveis educacionais.

4.3 – Atividades desenvolvidas pelas famílias dentro e fora dos estabelecimentos:

4.3.1 - Atividades não-agropecuárias:

Além do perfil dos indivíduos, também foram obtidos diversos dados relativos ao perfil das atividades desenvolvidas dentro dos estabelecimentos, que serão expostos a seguir:

Tabela 10²⁰ - Estabelecimentos cujas famílias desenvolvem atividades não-agropecuárias²¹

Tipos de família e dados	Dentro do estabelecimento	Fora do estabelecimento
Número declarado		
Pluriativas + agrícolas	19	44
Pluriativas	17	44
Agrícolas	2	0
Porcentagem dentro do próprio grupo		
Pluriativas + agrícolas	30,6%	70,9%
Pluriativas	38,6%	100%
Agrícolas	11,1%	0

Valor do qui quadrado na comparação entre o grupo dos pluriativos com o grupo dos agrícolas = 1,97. Com significância de 80% (*).

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Algumas famílias realizavam atividades não-agropecuárias tanto dentro do estabelecimento em que residiam quanto fora dele. Em um total de 62 estabelecimentos, 19 famílias ou 30,6% destes desenvolviam atividades não-agropecuárias dentro do estabelecimento enquanto 44 ou 70,9% destes declararam realizar algum tipo de atividade não-agropecuária fora do estabelecimento.

Quando estratificamos a amostra, separando-a entre pluriativos e agrícolas, notamos que 100% dos estabelecimentos pluriativos, ou todos os 44 computados, alegaram possuir algum membro desenvolvendo alguma atividade não-agropecuária fora do estabelecimento, pois o próprio desenvolvimento da mesma dentro do lote geralmente implica na venda dos produtos para fora, o que na maioria das vezes é feito por membros das próprias famílias. Quase 40% dos entrevistados pluriativos, ou 17 deles, também desempenha atividades não-agropecuárias dentro do próprio

20 Referente às questões 5d e 6 do item 01.

21 Neste caso foram consideradas as atividades que se incluem naquelas que geram renda para as famílias. As demais, realizadas esporadicamente por mero diletantismo, não foram consideradas.

estabelecimento e estas estão ligadas geralmente ao artesanato e beneficiamento de produtos da própria agricultura e pecuária, que serão vendidos posteriormente.

Entre as famílias somente agrícolas, apenas duas declararam desempenhar funções não-agropecuárias dentro dos lotes, mas que não foram suficientes para caracterizar as famílias que as realizavam como pluriativas, pois segundo declarado durante as entrevistas, não possuíam o propósito de aquisição de renda e se referiam à produção de doces e queijos apenas para consumo próprio.

Pode-se afirmar com 80% de significância que as famílias pluriativas têm maior propensão ao exercício de atividades não-agropecuárias. Esta conclusão é óbvia, porém indica a existência de práticas não-agropecuárias nos estabelecimentos somente agrícolas que não visam à obtenção de renda e que são, no entanto, a grande minoria.

De posse dos dados relativos às atividades das famílias pluriativas, coube investigar de maneira discriminatória quais famílias o eram em decorrência de atividades inerentes ao estabelecimento e em quais a pluriatividade era devida às atividades não decorrentes do estabelecimento, ou seja, que não utilizavam o seu espaço físico como local de trabalho ou produção. Os resultados podem ser resumidos na tabela abaixo:

Tabela 11 – Dados indicativos da correlação entre a pluriatividade exercida e os estabelecimentos envolvidos no estudo.

Tipos de famílias pluriativas	Número	Porcentagem
Famílias pluriativas com atividades não-agropecuárias decorrentes exclusivamente do estabelecimento.	0	0
Famílias pluriativas com atividades não-agropecuárias independentes do estabelecimento	27	61,4%
Famílias pluriativas que exercem atividades não-agropecuárias, tanto decorrentes quanto independentes do estabelecimento.	17	38,6%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Os valores da Tabela 11 indicam não haver famílias apenas com atividades não-agropecuárias exclusivamente decorrentes do estabelecimento. Por outro lado, 27 famílias ou 61,4% do total de famílias pluriativas exercem atividades não-agropecuárias decorrentes exclusivamente de fora do estabelecimento, e todas as 17 famílias que declararam exercer atividades não-agropecuárias decorrentes do estabelecimento, também possuíam atividades não-agropecuárias independentes do mesmo, ligadas ao meio externo. Ou seja, quem praticava atividades decorrentes do estabelecimento também praticava atividades independentes do mesmo, mas a recíproca não acontecia.

Tal dado demonstra que o trabalho não-agropecuário dentro dos estabelecimentos é voltado principalmente para atender à demanda de vendas fora destes. Declarações obtidas durante as entrevistas demonstraram que geralmente estas últimas, quando não realizadas pelas próprias famílias dos produtores, ficam a cargo de terceiros, principalmente de amigos ou parentes dos assentados residentes em estabelecimentos próximos. O que inclusive sustenta este argumento é a natureza dos produtos provenientes do trabalho não-agropecuário dentro dos estabelecimentos. Para demonstrá-la segue a tabela discriminando as principais

atividades não-agropecuárias mencionadas pelos componentes das famílias nos assentamentos pesquisados:

Tabela 12 - Menções de ocupações não-agropecuárias das famílias dos assentamentos²²

Ocupações fora do lote	Número	Porcentagem	Ocupações dentro do lote	Número	Porcentagem
Venda em feiras	22	35,5%	Processamento e embalagem de alimentos	7	26,9%
Pedreiro	12	19,3%	Prod. de artesanato	5	19,2%
Caminhoneiro/motorista	7	11,3%	Prod. de lácteos	5	19,2%
Prof. liberal/Serviços técnicos	5	8,1%	Crochê/tricot/vestuário	3	11,5%
Entregador de mercadorias	4	6,4%	Prod. de flores	2	7,7%
Vigia/segurança	2	3,2%	Prod. de doces	2	7,7%
Mineração	2	3,2%	Cozinheira/merendeira	1	3,8%
Funcionário público	2	3,2%	Produção de produtos orgânicos elaborados	1	3,8%
Outros*	6	9,7%	---	-	---
Total	62	100%	Total	26	100%
Porcentagem do total de menções		70,5%			29,5%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012. *Caseiro, diarista, serviços gerais, etc.

A maior ocupação não-agropecuária verificada foi a venda dos produtos em feiras que, embora tenha geralmente a periodicidade semanal, garante através do serviço de comércio, uma agregação de valor à produção dos assentamentos, assegurando um preço mais justo para estes. A construção civil também esteve muito presente nos dados obtidos. Grande parte das ocupações não-agropecuárias

²² Para a tabela em questão, foram considerados os números de citações para cada atividade. Desse modo, cada uma delas pode ser desenvolvida por mais de uma pessoa de cada família ou uma mesma pessoa pode estar engajada em mais de uma atividade.

independentes dos estabelecimentos é oferecida por indústrias ou outros tipos de empreendimentos próximos dos assentamentos.

Os dados apresentados pela pesquisa, referentes às tabelas 10, 11 e 12, se alinham à conclusão de Alentejano (1999), que constatou o exercício da pluriatividade em assentamentos, tanto a partir da combinação da atividade agrícola com empregos externos, quanto do desenvolvimento de atividades dentro do próprio assentamento, por intermédio do beneficiamento de certos produtos ou mesmo da prestação de serviços.

A influência do meio urbano fica evidenciada não só pela importância da geração de mercado para a venda e o escoamento da produção oriunda dos assentamentos como também pela oferta de oportunidades em setores desligados da cadeia do agronegócio. Esta influência se associa a caracteres ligados aos padrões de vida mais elevados, outrora vistos somente no meio urbano, conforme observa Wanderley (2000). Porém, nos estabelecimentos dos assentamentos não se visualiza elementos urbanos típicos, como escritórios, bancos ou lojas de grife.

O que se pode notar é a adoção de algumas atividades dentro dos estabelecimentos voltadas ao atendimento da demanda do meio urbano ou o deslocamento dos indivíduos para este último, refletindo o impacto positivo da proximidade geográfica a grandes centros urbanos na criação de oportunidades de emprego não-agrícola para a população residente no meio rural, conforme defendem autores como Helfand e Jonasson (2009) e Ferreira e Lanjouw (2001).

4.3.2 - Atividades agropecuárias:

Quanto às atividades agropecuárias, pode-se dizer que todas as famílias entrevistadas (ou 100% delas) alegaram realizá-la em seus lotes, mesmo que

somente para subsistência. A agricultura foi a principal atividade exercida em 55 dos 62 estabelecimentos participantes do estudo (88,7%), seguida da pecuária, tida como a mais importante em 4 deles (6,4%) e da agropecuária em 2 deles que consideraram ambas as atividades agrícola e pecuária de igual importância para o estabelecimento (3,2%). Apenas um estabelecimento declarou que o trabalho assalariado era a principal atividade exercida (1,6%), mas mesmo assim alegou desempenhar práticas agrícolas através do plantio de árvores frutíferas em seu lote. O tipo de agricultura praticada em quase todos os estabelecimentos visitados envolve a policultura (figura 01).



Figura 1: Policultura no assentamento Itaúna
Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Quanto à diversificação produtiva agrícola, em apenas um estabelecimento o chefe declarou haver somente um tipo de cultivo, que no caso foi o da mandioca e em quatro deles havia somente dois tipos de cultivo declarados, sendo que a grande maioria produzia uma gama bem diversificada de produtos agrícolas. O milho, feijão

e a mandioca foram as culturas mais frequentes, seguidos da abóbora, pimentão e tomate, assim como das hortaliças e frutas, mais comuns no assentamento Fazenda Larga, onde se fazia uso de estufas para a sua produção. A tabela 13 especifica o número de citações relativas às cinco principais culturas encontradas:

Tabela 13 - Principais atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos.

Culturas	Número de citações	Porcentagem dos estabelecimentos que cultivam
Milho	42	67,7%
Mandioca	41	66,1%
Feijão	32	51,6%
Abóbora	27	43,5%
Pimentão	14	22,6%
Tomate	14	22,6%

Fonte: Trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Além destas principais culturas, diversas outras merecem destaque, como por exemplo as frutas, tendo sido 21% dos estabelecimentos citados como produtores de algum tipo de fruta e as hortaliças, tendo havido citações de produção das mesmas em 17,7% delas. Em separado, tiveram destaque culturas como o jiló (11 citações ou 17,7%), o quiabo e o amendoim (8 citações cada ou 12,9%) e até mesmo a silvicultura (4 citações ou 6,4%) se sobressaiu por intermédio do cultivo do eucalipto.

A predileção por tipos específicos de culturas indica que os agricultores familiares não estariam tão imunes assim em situações de quedas acentuadas no preço destes produtos, ou de eventos adversos que afetem tipos específicos de plantação. Buainain et. al (2007) discorre sobre esta situação, apontando que a diversificação presente na agricultura familiar é de certa forma relativa:

O perfil clássico de produção dos agricultores é composto por um ou dois produtos comerciais que fazem em torno de 70% de sua renda total, e vários outros produtos de menor importância individual, mas que em conjunto compõem 30% da produção, seja para autoconsumo, seja para venda. (BUJAIANIN et. al, 2007, p. 66).

No caso da pecuária, a maioria dos estabelecimentos cria aves para consumo próprio com venda esporádica em alguns deles, correspondendo a 42 delas ou 67,7% do total. O gado de leite é criado em 19,3% dos estabelecimentos, ou em 12 deles, enquanto o gado de aptidão mista é criado em 3 estabelecimentos (4,8% do total) e o de corte em apenas 2 deles (3,2% do total). A criação de suínos foi citada em 17 estabelecimentos, ou 27,4% deles. Os peixes têm sido parte de um programa de incentivo à aquicultura e estão presentes em 5 estabelecimentos da Fazenda Larga (8,1% do total) tendo no entanto a sua criação, a tendência de expansão neste assentamento em específico, já que a EMATER local vem fomentando tal prática. Além destas criações mais comuns, haviam também outras em menor quantidade, que incluem ovinos, patos, etc, e representam 4,84% do total citado neste estudo.

Assim como as aves, os suínos e o gado leiteiro possuem o papel principal de produção para consumo próprio, o que não significa que não haja venda esporádica dos produtos da criação. Este tipos de produção pecuária também são típicos da agricultura familiar e nela predominantes, segundo o IBGE (2009). As principais atividades que envolvem a pecuária nos estabelecimentos visitados se resumem na tabela 14, sendo a piscicultura ilustrada na figura 2:

Tabela 14: - Principais atividades pecuárias desenvolvidas nos assentamentos.

Tipo de criação	Porcentagem de estabelecimentos criadores
Aves (frango e galinha)	67,7%
Gado de Corte	3,2%
Gado de Leite	19,3%
Gado Misto	4,8%
Suínos	27,4%
Peixes	8,1%
Outros	4,8%

Fonte: pesquisa de campo do autor. Brasília, 2012.



Figura 2: pequeno açude para criação de peixes, uma das iniciativas que vem sendo incentivadas pela EMATER

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

4.4 – Avaliação e perspectivas acerca da atividade agropecuária e não-agropecuária nos assentamentos:

4.4.1 Pluriatividade e permanência no campo:

A absoluta maioria dos entrevistados possui predileção pelo trabalho agropecuário, havendo apenas cerca de 5% que desejariam estar trabalhando em outro ramo que não fosse o agrícola ou pecuário. Tal predileção é previsível, já que nos assentamentos, a afeição por um pedaço de terra, às vezes pleiteado por anos, significa a busca pela oportunidade de se trabalhar de forma independente e digna dentro do setor agropecuário. Esta é demonstrada na Tabela 15:

Tabela 15²³ - Predileção em relação ao trabalho agropecuário quando comparado ao não-agropecuário.

Opinião quanto à predileção pelo tipo de trabalho	Número	Porcentagem
Trabalho agropecuário traz maior satisfação do que o não-agropecuário	59	95,2%
Trabalho agropecuário não traz maior satisfação do que o não-agropecuário	3	4,8%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A fim de desmistificar a ideia de que a forte atração exercida pela pluriatividade sobre os agricultores familiares seria uma ameaça à continuidade da produção agrícola familiar, quando esta fosse exercida pelo chefe da unidade produtiva, conforme afirma Schneider (2003), procurou-se comparar os índices de predileção pela atividade agropecuária dos chefes dos estabelecimentos pluriativos,

²³ Referente à questão 7.1 do item 01

com aqueles dos estabelecimentos somente agrícolas. Caso houvesse alguma influência do contato com o trabalho não-agropecuário sobre os graus de satisfação a ele relacionados, seria de se esperar que uma proporção maior de chefes de estabelecimentos pluriativos preferisse o trabalho não-agropecuário. A tabela 16 ilustra os resultados obtidos:

Tabela 16 – Comparação dos dados das famílias pluriativas e agrícolas quanto à predileção em relação ao trabalho agropecuário quando comparado ao não-agropecuário

Opinião quanto à predileção pelo tipo de trabalho - pluriativas	Número	Porcentagem
Trabalho agropecuário traz maior satisfação do que o não-agropecuário	42	95,4%
Trabalho agropecuário não traz maior satisfação do que o não-agropecuário	2	4,5%
Opinião quanto à predileção pelo tipo de trabalho - agrícolas	Número	Porcentagem
Trabalho agropecuário traz maior satisfação do que o não-agropecuário	17	94,4%
Trabalho agropecuário não traz maior satisfação do que o não-agropecuário	1	5,7%
Valor do qui quadrado = 0,23. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

O que se pode observar nos dados das tabelas, é a pouca diferença entre os grupos de pluriativos e agrícolas, com ambos demonstrando cerca de 95% de preferência em termos de satisfação em relação ao trabalho agropecuário, sendo esta quase unânime em ambos. Não houve correlação significativa, inclusive após análise estatística, entre as preferências relatadas e o tipo de estabelecimento (agrícola ou pluriativo) cujo chefe foi entrevistado. A prática do trabalho não-agropecuário e conseqüentemente da pluriatividade não teria efeito real sobre a afinidade dos chefes dos estabelecimentos em relação ao trabalho agrícola ou pecuário.

Continuando a linha de pensamento do item anterior, aplicou-se questão referente ao impacto das atividades não-agropecuárias sobre a permanência das famílias nos lotes, conforme exposto na tabela 17:

Tabela 17²⁴ - Opinião dos chefes de estabelecimentos acerca do impacto do exercício de atividades não-agropecuárias pelos membros de sua família na permanência destas nos lotes.

Opinião sobre o impacto das atividades não-agropecuárias	Número	Porcentagem
Ajuda as famílias a permanecerem nos lotes	46	74,2%
Atrapalha as famílias de permanecerem nos lotes	16	25,8%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A resposta à pergunta 7.2, conforme indicado na tabela que a ela se refere, indica a percepção da importância da realização de atividades não-agropecuárias por parte dos chefes das famílias para que estas permaneçam nos lotes que ocupam. Pode-se dizer então que a atividade não-agropecuária é percebida pela maioria dos chefes das famílias dos assentados como um fator que contribui para a manutenção dos membros das mesmas dentro dos núcleos dos assentamentos, já que 46 dos 62 entrevistados (74,2%) afirmaram que esta ajuda as famílias a permanecer nos lotes e apenas 16 destes ou 25,8% do total, afirmaram que esta atrapalha a permanência das famílias nos lotes. Mas paira a dúvida de se a pluriatividade seria percebida de forma mais positiva para tal propósito pelos que já a exercem do que por aqueles que se dedicam somente à agricultura e à pecuária. A tabela 18 foi estratificada por tipo de estabelecimento com o propósito de dirimir esta questão.

24 Referente à questão 7.2 do item 01

Tabela 18 – Comparação das opiniões dos chefes de estabelecimentos pluriativos e agrícolas acerca do impacto do exercício de atividades não-agropecuárias pelos membros de sua família na permanência destas nos lotes.

Opinião sobre o impacto das atividades não-agropecuárias – pluriativos	Número	Porcentagem
Ajuda as famílias a permanecerem nos lotes	35	79,5%
Atrapalha as famílias de permanecerem nos lotes	9	20,4%
Opinião sobre o impacto das atividades não-agropecuárias - agrícolas	Número	Porcentagem
Ajuda as famílias a permanecerem nos lotes	11	61,1%
Atrapalha as famílias de permanecerem nos lotes	7	38,9%
Valor do qui quadrado = 1,41. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Uma diferença de aproximadamente 20%, ou melhor detalhando, 18,4%, existe a favor dos chefes de família pluriativos que julgam que a pluriatividade ajuda as famílias a permanecer nos lotes. Contudo, tal diferença não implica em rejeição massiva da imagem da pluriatividade por parte dos chefes de estabelecimentos somente agrícolas. Pelo contrário, a maioria daqueles entrevistados, ou 61,1% destes, enxergam a pluriatividade como ferramenta de auxílio à aquisição de condições condizentes com a permanência de suas famílias nos lotes, enquanto 38,9% pensam o contrário.

Após tratamento estatístico, não foi constatada diferença relevante entre as classes de agricultores pluriativos e agrícolas no que diz respeito à percepção do impacto do exercício de atividades não-agropecuárias sobre a permanência dos agricultores nos lotes. Ao contrário, é percebida de modo positivo por ambos os grupos, o que indica haver uma imagem positiva da pluriatividade para manter os agricultores em seus lotes inclusive pelos assentados somente agrícolas.

A maior parte dos assentados que afirmam ser a pluriatividade uma prática que atrapalha as famílias de permanecerem nos lotes justificam o seu posicionamento pautados na exigência de mão-de-obra e de dedicação que a agricultura familiar demanda, o que seria para eles, de difícil conciliação com as

atividades que não envolvessem a agricultura ou a pecuária. Outro comentário bastante comum foi relacionado à aptidão e à capacidade de realizar apenas o trabalho agropecuário.

Enfim, criou-se uma situação hipotética trazida pela questão 7.3, relacionada à atitude do chefe do estabelecimento, conforme descrito na tabela 19:

Tabela 19²⁵ – Decisão a ser tomada diante de proposta de emprego não agropecuário com a mesma remuneração.

Decisão do chefe diante de proposta	Número	Porcentagem
Abandono das atividades agropecuárias	1	1,61%
Conciliação das atividades agropecuárias e não-agropecuárias	37	59,7%
Exercício apenas das atividades agropecuárias	24	38,7%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A pergunta em questão busca averiguar a predileção em relação à atividade agropecuária, criando uma situação hipotética na qual os chefes das famílias fariam a escolha entre abandonar as atividades agropecuárias, conciliá-las com as atividades não-agropecuárias ou optar pelo seu exercício exclusivo. As respostas indicaram a predileção pelo caminho da pluriatividade. Apenas 1 dos entrevistados afirmou que abandonaria as atividades agropecuárias, correspondendo a 1,6%. A maioria, correspondente a 37 pessoas ou 59,7% dos entrevistados afirmou que tentaria conciliar as atividades agropecuárias com as não-agropecuárias e 24 pessoas, ou 38,7% do total declarou que optaria por continuar exercendo tão somente as atividades agropecuárias.

Ao compararmos a resposta dos chefes de estabelecimento pluriativos com aquelas dos agricultores, temos o resultado abaixo:

25 Referente à questão 7.3 do item 01.

Tabela 20 – Comparação entre a decisão a ser tomada pelos chefes de estabelecimentos pluriativos e agrícolas diante de proposta de emprego não agropecuário com a mesma remuneração.

Decisão do chefe diante de proposta	Número	Porcentagem
Famílias pluriativas		
Abandono das atividades agropecuárias	0	0
Conciliação das atividades agropecuárias e não-agropecuárias	30	68,2%
Exercício apenas das atividades agropecuárias	14	31,8%
Famílias agrícolas		
Abandono das atividades agropecuárias	1	5,6%
Conciliação das atividades agropecuárias e não-agropecuárias	7	38,9%
Exercício apenas das atividades agropecuárias	10	55,6%
Valor do qui quadrado = 0,05. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Apesar dos dados da tabela 20 apontarem aproximadamente 30% a mais de predileção entre os pluriativos pela opção em adotar a pluriatividade, quando comparados ao percentual obtido na classe dos agrícolas, a análise estatística demonstrou que tal diferença não se mostrou significativa. Apenas quando comparadas as pretensões de conciliação de ambas as atividades com aquelas de exercício exclusivo das atividades agropecuárias de forma separada, tal análise indicou haver, com 80% de confiança, uma maior tendência à conciliação por parte dos pluriativos. Neste último caso o valor do qui quadrado foi de 2,70.

Este último resultado também aponta que a vontade em permanecer apenas na atividade agrícola pode ser afirmada como mais predominante entre os agrícolas do que entre os pluriativos com 80% de significância. Além da aptidão pela atividade agropecuária, diversos fatores, como o baixo nível de renda das ocupações não-agrícolas disponíveis e o alto custo dos transportes ou da alimentação, dentre outros, funcionam como entraves à prática das pretensões indicadas. Estima-se que por isso, muitos prefeririam estar trabalhando somente na atividade agropecuária se

fosse possível e se os salários pagos pelas atividades não-agropecuárias não fossem na maioria das vezes superiores aos da agricultura.

O assunto aptidão agrícola, esboçado nas respostas das questões 7.1 a 7.3, pode ser ilustrado pelas colocações de Carneiro (2005), quando esta ressalta que o papel da agricultura para as famílias rurais vai muito além da produção para o mercado, e então devemos considerar que existem interferências culturais e sociais no processo de manutenção da atividade agrícola, tais como as redes sociais, a manutenção de uma identidade social, o fornecimento de alimentos para a própria família e a questão do patrimônio familiar. Estas podem ser fortes determinantes na predileção pelo trabalho agrícola e na rejeição da hipótese de abandoná-lo.

Por outro lado, Carneiro (2005) defende também que a categoria dos agricultores pluriativos pode ser encarada como uma nova categoria social que se aterá a todas as alternativas de trabalho e às potencialidades apresentadas em um território, seguindo novas tendências e as incorporando em seu modo de produção, o que teria inclusive um aspecto positivo no que tange ao comprometimento com a qualidade de vida e dos alimentos, sem deixar de lado as inovações tecnológicas cabíveis, deixando claro o caráter inócuo da expansão das possibilidades trazidas pela pluriatividade.

Tomando como verdadeira a proposta de Carneiro (2005), sobre o aproveitamento de todas as alternativas de trabalho e potencialidades apresentadas em um território, temos que a pluriatividade vem sendo fomentada pelo acréscimo de oportunidades não-agrícolas ao meio rural, trazidas pelo processo de urbanização. De fato, autores como Passos e Silva (2009) apontam um ligeiro aumento na proporção de famílias pluriativas ao comparar os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's) de 1995 e 2005, atribuindo este

aumento ao maior número de domicílios agrícolas em áreas urbanas e também ao aumento dos domicílios rurais pluriativos. Helfand e Jonasson (2009) indicam a importância da localização geográfica na geração de oportunidades de empregos não agrícolas para a população residente no meio rural, enquanto Graziano da Silva e Del Grossi (2002) citam que o desenvolvimento agrícola local tem pouca influência na economia e na geração de empregos rurais não agrícolas se comparado ao impacto direto gerado pelo tamanho das cidades e o grau de urbanização de uma dada região.

Enquanto os autores citados no parágrafo anterior dão ênfase no surgimento de crescentes oportunidades de ocupações não-agropecuárias no meio urbano como determinante da pluriatividade, outros a enxergam como fruto da busca pela sobrevivência em seu sentido literal. É o caso de Nascimento (2007), que indica índices mais altos de pluriatividade em regiões de maior pobreza, devido à maior necessidade de complementação de renda por parte da população. Em regiões menos favorecidas e industrializadas, como a Região Nordeste foram observados maiores índices de pluriatividade do que em regiões sabidamente mais industrializadas e dotadas de uma renda per capita maior, como a Região Sul e os estados de SP, RJ ou o Distrito Federal.

4.4.2 - Entraves à pluriatividade:

Diante da constatação do ensejo por parte dos chefes das famílias em exercer a pluriatividade, julgou-se necessário investigar o porquê da dificuldade de algumas famílias em adotá-la. Cabe lembrar que as respostas às alternativas expostas aos entrevistados, que consideram setores que viabilizam a geração de

ocupações, foram computadas nesta questão através da atribuição de pontos, sendo que à alternativa considerada pelo entrevistado como a mais importante foram atribuídos 2 pontos e àquela considerada a segunda mais importante foi atribuído um ponto. Os resultados foram expostos na tabela 21:

Tabela 21²⁶ – Setores mais importantes, na opinião dos assentados, a serem melhorados para viabilizar a conciliação das atividades agropecuárias com as não agropecuárias (pontuação em um total de 186 pontos).

Setores a serem melhorados	Número	Porcentagem
Transporte	74	39,8%
Educação	45	24,2%
Segurança	11	5,9%
Emprego	33	17,7%
Outros	23	12,4%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

O transporte teve a melhor colocação dentre as alternativas de ações governamentais que viabilizariam a conciliação dos dois tipos de atividades tratados, com 39,8% dos pontos atribuídos, seguido da educação, com 24,2% dos mesmos. Em seguida ficou a geração de empregos, com 17,7%, depois as outras opiniões, estas diversas e a cargo do entrevistado, que somaram 12,4% dos pontos e por fim se teve a segurança, que correspondeu a 5,9% dos pontos atribuídos.

A figura a seguir, tirada em um dos assentamentos ilustra melhor as condições precárias das suas estradas internas, dotadas de inúmeras valas transversais, buracos e saliências, transformando pequenos trajetos em grandes transtornos:

²⁶ Referente à questão 7.4 do item 01



Figura 03: estrada dentro do assentamento Contagem

Fonte: Trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Ao analisar as deficiências presentes em assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, Alentejano (1997) conclui haver inúmeros entraves ao seu desenvolvimento e, conseqüentemente, à qualidade de vida dos assentados. Dentre estes, estavam presentes desde problemas relacionados aos aspectos geográficos da região, como a ocorrência de devastação nas encostas, erosão e assoreamento, até aqueles ligados à infra-estrutura implantada pelo homem, como o acesso insuficiente à educação e à saúde nas proximidades dos assentamentos, agravado pela ausência de transporte disponível, o que impediria o acesso à infra-estrutura presente em locais mais afastados.

Alentejano (1997) cita o Assentamento Vitória da União, situado no município de Paracambi/RJ, como um dos mais bem estruturados do estado, associando esta situação à presença de uma linha ferroviária na entrada do assentamento, além da disponibilidade de linha de ônibus para os moradores. Este fato ressalta a importância do transporte para que os assentados possam ter acesso a elementos urbanos ligados à infra-estrutura, assim como às ocupações não-agrícolas.

Quando comparamos a opinião dos representantes dos estabelecimentos pluriativos com a dos agrícolas, não notamos grandes diferenças no padrão de respostas, conforme exposto a seguir:

Tabela 22 – Setores mais importantes, na opinião dos chefes de estabelecimentos pluriativos e agrícolas, a serem melhorados para viabilizar a conciliação de atividades agropecuárias e não agropecuárias (pontuação em um total de 132 pontos).

Setores a serem melhorados	Número	Porcentagem
Famílias pluriativas		
Transporte	53	40,1%
Educação	29	22,0%
Segurança	9	6,8%
Emprego	23	17,4%
Outros	18	13,6%
Famílias somente agrícolas		
Transporte	21	38,9%
Educação	16	29,6%
Segurança	2	3,7%
Emprego	10	18,5%
Outros	5	9,3%

Valor do qui quadrado = 0,27. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Tanto para os pluriativos, quanto para os agrícolas, que tiveram respectivamente 40,1% e 38,9% das respostas, o transporte demonstrou ser o setor que mais deixa a desejar e que conseqüentemente mais influi de forma negativa no exercício da pluriatividade. A educação se mostrou um problema ligeiramente maior para os responsáveis pelos lotes agrícolas (29,63%) do que para os pluriativos (22,0%), enquanto a segurança, pouco pontuada na questão, se mostrou um pouco mais importante para os pluriativos (6,8%) do que para os agrícolas (3,7%), que mantém um contato mais direto com a rotina dos centros urbanos e, conseqüentemente, temem mais a violência. A questão do emprego teve uma avaliação homogênea por parte dos pluriativos (17,4%) e dos agrícolas (18,5%), assim como os outros fatores, que apresentaram um pouco mais de importância para os pluriativos (13,6%) do que para os agrícolas (9,3%).

A análise estatística indicou a homogeneidade entre as respostas dos pluriativos e agrícolas, demonstrando não haver influência dos grupos nas mesmas. As deficiências eram percebidas de forma semelhante por todos, indicando que a expectativa da influência positiva da infra-estrutura do meio urbano sobre o rural, vislumbrada por Wanderley (2000) ao citar que o meio rural espelha hoje o perfil social de cada uma das sociedades modernas avançadas, ainda não ocorre de forma satisfatória, mesmo nos arredores da capital federal.

Cabe ressaltar que, no que diz respeito à infra-estrutura oferecida, as maiores dificuldades se encontram dentro dos assentamentos, e isso ocorre em todo o Brasil, de acordo com uma pesquisa sobre a qualidade de vida nos assentamentos, publicada pelo INCRA (INCRA, 2010). A partir dela, nota-se que a condição das estradas é reprovada por 57% das famílias entrevistadas, o acesso aos ensinos médio e superior é inferior a 10%, a obtenção de créditos do PRONAF é uma realidade para apenas 52,22% dos assentados e 56% das famílias se mostraram descontentes com o acesso a hospitais e postos de saúde. Os problemas encontrados se repetem nos assentamentos pelo país afora, mas não se restringem aos mesmos, alguns existem para a grande maioria da nossa população.

4.5 – Características e atitudes das famílias entrevistadas segundo o tipo de ocupação:

A tabela 23, a seguir, referente ao item 8.1 retrata o índice de abandono ou pretensão de abandono declarado pelos entrevistados em relação aos componentes de suas famílias:

Tabela 23²⁷ - Total de integrantes do assentamento que abandonaram, pretendem abandonar ou não cogitam em hipótese alguma abandonar o assentamento (total de 279 membros referenciados, inclusive crianças, idosos e inativos)

Abandono do assentamento ou pretensões de abandoná-lo	Número	Porcentagem
Pessoas que abandonaram o assentamento e foram viver na cidade	64	23.3%
Masculino	36	12,9%
Feminino	28	10,4%
Pessoas que não abandonaram o assentamento, mas pensam em fazê-lo	14	5%
Masculino	7	2,5%
Feminino	7	2,5%
Pessoas que não abandonaram o assentamento e nem cogitam fazê-lo	201	72%
Masculino	113	40,5%
Feminino	88	31,5%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Os entrevistados para esta questão somaram um total de 279 pessoas, das quais 201 (72,0% do total), sendo 113 do sexo masculino (40,5% do total) e 88 do sexo feminino (31,5% do total), foram citadas por declararem não ter abandonado o assentamento e nem cogitarem fazê-lo. Já quanto àqueles que abandonaram o assentamento para viver no meio urbano, desde a ida das famílias para os lotes, temos um número de 36 pessoas do sexo masculino (12,9% do total) e 28 pessoas do sexo feminino (10,4% do total). Os indivíduos que ainda residem no assentamento, mas pensam em abandoná-lo somam 7 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, ambos correspondentes a 2,5% do total de pessoas citadas.

De acordo com os números obtidos, parece ter havido um maior abandono de homens do que de mulheres do assentamento. Na verdade a porcentagem de homens que abandonou os assentamentos é praticamente igual à de mulheres, se considerarmos que o número total de homens é maior do que o de mulheres.

²⁷ Tabela referente à pergunta 8.1 do questionário.

Quando consideramos esta diferença, obtemos números que indicam que 23,1% do total de 156 homens citados abandonaram os assentamentos e 22,8% do total de 123 mulheres citadas também o fizeram, porcentagens praticamente iguais dos dois sexos.

Quando comparamos os grupos dos pluriativos e dos agrícolas, temos um percentual de 20% de pessoas do grupo dos pluriativos que abandonaram os assentamentos, enquanto no grupo dos agrícolas esta proporção foi de 30,7%. No entanto, quando a pergunta se referia somente à pretensão de abandono, temos uma maior porcentagem de pessoas declaradas entre os pluriativos (6,4%) do que entre os agrícolas (1,3%). E a porcentagem restante, ou seja, daqueles indivíduos que não abandonaram o assentamento e nem cogitam fazê-lo, é maior entre os pluriativos, com 73,5% do que entre os agrícolas, com 68% conforme demonstrado na tabela 24.

Tabela 24 – Comparação dos índices e pretensões de abandono do assentamento por parte de seus integrantes de caráter pluriativo e agrícola (total de 204 membros mencionados, inclusive crianças, idosos e inativos).

Abandono do assentamento e pretensões	Número		Porcentagem	
Pluriativos				
Pessoas que abandonaram o assentamento e foram viver na cidade	Masculino 24	Femi 17	Masculino 11,8%	Feminino 8,3%
Total: 41				
Pessoas que não abandonaram o assentamento, mas pensam em fazê-lo	6	7	2,9%	3,4%
Total: 13				
Pessoas que não abandonaram o assentamento e nem cogitam fazê-lo	84	66	41,2%	32,3%
Total: 150				
Agricultoras				
Pessoas que abandonaram o assentamento e foram viver na cidade	Masculino	Femi nino	Masculino	Feminino
Total: 23	12	11	16%	14,7%
Pessoas que não abandonaram o assentamento, mas pensam em fazê-lo				
Total: 1	1	0	1,3%	0%
Pessoas que não abandonaram o assentamento e nem cogitam fazê-lo				
Total: 51	29	22	38,7%	29,3%

Valor do qui quadrado = 0,06. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Apesar do número efetivo de pessoas que abandonaram o assentamento ser maior entre os agrícolas, o de pretensões declaradas de abandono é maior entre os pluriativos. Embora existam as diferenças apontadas, a análise estatística realizada por intermédio do teste do qui-quadrado demonstrou não podermos afirmar com 95%, 90% ou 80% haver influência da pluriatividade sobre as pretensões de abandono dos assentamentos pesquisados.

Desse modo, os resultados das entrevistas não corroboram de maneira considerável com os dados de trabalhos como o de Abramovay et. al (1998), realizado na região sul do país, cujos dados indicaram que as mulheres

abandonariam as atividades agropecuárias com mais frequência do que os homens em um processo que recebe algumas denominações, dentre elas a de “masculinização” e “viés masculino dos processos sucessórios”. Entre as causas deste fenômeno estaria a natureza árdua do trabalho no campo, a falta de espaço para as mulheres na tomada de decisões na vida do campo e a própria vontade dos pais para que as filhas o abandonem (ABRAMOVAY et. al, 1998).

Também não houve correlação significativa do ponto de vista estatístico entre o posicionamento de Abramovay (2005), que defende que a pluriatividade é atrativa e provoca a retenção dos jovens no campo.

A pluriatividade também não provou, dentro da confiabilidade estatística esperada, ser uma facilitadora no processo de sucessão hereditária das terras na agricultura familiar, como defendiam Sacco dos Anjos et. al. (2006).

O que se observou de fato foi um número maior de homens na contagem total de indivíduos na pesquisa, porém tal ocorrência não se deve necessariamente ao abandono dos lotes por parte das mulheres, podendo haver outras causas envolvidas, como a própria vinda de um contingente maior de homens para os lotes dos assentamentos, diante das promessas de terra e trabalho agropecuário. Também se cogita a possibilidade de sub-declaração da evasão ocorrida, diante do receio de represálias por parte dos órgãos fiscalizadores. Há também de se considerar a relativa proximidade ao centro urbano nos assentamentos pesquisados, o que tornaria desnecessária a migração para as cidades diante de algumas pretensões.

Como a pergunta 8.2 se presta a estimar a proporção dos diversos tipos de renda auferidos pelos assentados, ao se observar os dados levantados devem ser consideradas as observações pertinentes à estimativa de renda contidas no item

3.3.2 deste estudo. Cabe ressaltar que certamente, a inclusão dos ganhos da venda direta dos produtos nas feiras como renda agropecuária ajudou a aumentar o montante computado como tal neste trabalho, assim como diminuir a renda não-agropecuária.

Tabela 25²⁸ - Porcentagem de renda advinda de cada atividade.²⁹

Tipo de renda	Porcentagem
Renda Agropecuária	48,6%
Renda Não Agropecuária	26,2%
Aposentadorias e Pensões	9,7%
Renda do trabalho agrícola assalariado	4,7%
Outras	10,8%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Segundo a declaração dos chefes dos estabelecimentos entrevistados, a renda agropecuária representava em média, quase a metade dos ganhos das famílias nos assentamentos, com 48,6% de participação em relação à renda total, seguida da renda não-agropecuária, com 30,9% de participação, vindo então o montante proveniente do conjunto de outras rendas, como bolsas de estudo, bolsa-família e ajuda de terceiros, que correspondeu a 10,8% do total, seguida por último da renda específica oriunda das aposentadorias e pensões, correspondente a 9,7% do total.

A renda agropecuária se sobressaiu dentre as demais e isso pode ser explicado tanto pelo fato da ocupação agropecuária estar presente em todos os estabelecimentos consultados, quanto pela baixa qualificação de grande parte dos trabalhos não-agropecuários desempenhados, além do caráter sazonal ou instável de muitos deles, como por exemplo os ofícios de serviços gerais e motorista.

28 Tabela referente à pergunta 8.2 do questionário.

29 1) A renda oriunda do trabalho assalariado agrícola não foi considerada como Renda Agropecuária, tendo sido inserida na Renda Não-Agropecuária, para fins de diferenciação da renda auferida advinda do trabalho no estabelecimento daquelas assalariadas.

2) O campo "outras" se refere a bolsas, ajudas de terceiros, etc.

Ademais, como já mencionado, a inclusão dos ganhos vindos da venda direta dos produtos nas feiras como renda agropecuária ajudou a aumentar o montante computado como tal neste trabalho, assim como diminuir a renda não-agropecuária.

Alentejano (1997) ao levantar dados referentes à procedência de renda em dois assentamentos distintos no estado do Rio de Janeiro encontrou resultados que colocavam a renda agrícola mais a de auto-consumo como responsáveis por 51% e 53% dos montantes auferidos pelas famílias.

Nunes (2009), ao estudar as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN), obteve os diversos valores de participação das rendas na composição da renda total. A classificação dos tipos de renda utilizada por este autor foi distinta da adotada nesta dissertação, porém não de forma impeditiva para que se obtivessem subsídios para uma comparação entre os valores observados, que são demonstrados na tabela 26:

Tabela 26 – Participação das rendas na composição da renda total em municípios do Pólo Assu-Mossoró (RN) (%).

Descrição	Renda Agrícola	Renda Não-agrícola	Renda de outras fontes	Transferências sociais	Outras rendas do trabalho	Renda Total
TOTAL	46,97	18,21	6,21	24,04	4,56	100,00
ALTO DO RODRIGUES	50,47	20,38	8,53	18,45	2,18	100,00
BARAÚNA	36,62	18,68	4,87	28,87	10,96	100,00
SERRA DO MEL	46,82	13,81	2,68	31,61	5,08	100,00

Fonte: Nunes, 2009, p. 160.

Os resultados apresentados por Nunes (2009) indicam que a renda agrícola em seu estudo também foi a de maior destaque, com os municípios por ele pesquisados apresentando resultados semelhantes aos desta dissertação. Já a

renda não-agrícola, conforme se pode observar, foi sobrepujada pelas transferências sociais em três dos quatro municípios estudados. Os valores para esta renda foram inferiores aos da presente dissertação, mas cabe ressaltar que aqui consideramos as outras rendas do trabalho como renda não-agrícola. O que se pode observar é uma tendência nas comunidades rurais pluriativas de que a renda não-agrícola ocupe um papel secundário, ou no máximo terciário no ranking dos tipos de renda.

Como consideramos que as famílias classificadas como agrícolas poderiam auferir renda oriunda do trabalho assalariado rural, esta esteve presente nas famílias somente agrícolas, porém com menor representatividade do que para as pluriativas, conforme esperado. A tabela 27 indica a comparação das proporções de renda entre as famílias pluriativas e agrícolas:

Tabela 27 – Comparação entre a porcentagem de renda advinda de cada atividade nos estabelecimentos pluriativos e agrícolas³⁰.

Tipos de famílias e dados	Renda Agropecuária	Renda Não Agropecuária	Aposentadorias e Pensões	Renda do trabalho agrícola assalariado	Outras
Pluriativas (%)	46,5%	37,2%	7,3%	0	8,9%
Agrícolas (%)	53,6%	0	15,3%	15,8%	15,3%

Valor do qui quadrado = 0. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.

Valor do qui quadrado para as variáveis renda não-agropecuária X renda agropecuária = 30,47

Valor do qui quadrado para as variáveis renda não-agropecuária X aposentadorias e pensões = 30,35

Valor do qui quadrado para as variáveis renda não-agropecuária X renda do trab. assalariado agrícola = 48,37

Valor do qui quadrado para as variáveis renda não-agropecuária X outras rendas = 27,95

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

30 Alguns agricultores pluriativos que realizavam a atividade de venda em feiras não conseguiam diferenciar o montante advindo das vendas daquele relativo ao produto em si. Estes não foram discriminados na contagem.

Embora ligeiramente maior entre os somente agrícolas, a renda agropecuária também foi a mais predominante nas famílias pluriativas. Ao compararmos, com base em uma análise estatística, o comportamento do grupos dos pluriativos e dos somente agrícolas, notou-se não haver grandes diferenças na dinâmica da representatividade do tipo de renda auferida entre ambos. Entretanto, uma comparação estatística individual entre a variável renda não-agropecuária com todas as demais demonstrou que o grupo dos pluriativos teria, com 95% de confiança, influência positiva da pluriatividade sobre as proporções deste tipo de renda em relação às demais.

Com o intuito de tratarmos do tema renda de forma contínua, julgou-se pertinente a introdução dos resultados relativos à faixa de renda individual dos trabalhadores que compõem os assentamentos, excetuando-se a dos chefes. Os dados sobre a renda das famílias dos assentamentos foram mantidos no item 4.7 da dissertação, para que se permitisse realizar uma correlação com aqueles referentes à qualidade de vida e agregação de valor aos produtos, tanto dos assentados pluriativos quanto dos agrícolas. Esta renda foi estimada a partir de suas próprias declarações, e em resposta ao item II do questionário. As porcentagens refletem os 94 indivíduos envolvidos nesta questão:

Tabela 28 - Média das faixas de renda dos demais trabalhadores que compõem os assentamentos (excetuando-se os chefes dos estabelecimentos)

Classificação da renda	Número	Porcentagem
Renda Conjunta	45	47,9%
Abaixo de 1 SMMs	23	24,5%
De 1 a 3 SMMs	26	27,7%
De 3 a 7 SMMs	0	0
De 7 a 10 SMMs	0	0
Acima de 10 SMMs	0	0

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Pôde-se observar que, dentre os 94 entrevistados, 45 deles ou 47,9% do total afirmou participar da renda familiar de forma conjunta, ou seja, agregando o produto de seu trabalho junto à renda total familiar, porém sem perceber sua renda de forma separada ou individualmente mensurável. Outros 23 indivíduos, ou 24,5% dos entrevistados, afirmaram receber até 1 salário mínimo mensal, 26 indivíduos, ou 27,7% dos trabalhadores questionados afirmaram receber de 1 a 3 salários mínimos e absolutamente nenhum deles afirmaram receber mais de 3 salários mínimos mensais. As rendas individuais foram em média, bastante baixas, se considerarmos a realidade da renda *per capita* do Distrito Federal.

Devido à grande porcentagem de renda conjunta declarada, pode-se inferir que muitas pessoas das famílias entrevistadas atuam como colaboradores uns dos outros em seus empreendimentos, tanto agrícolas como pluriativos. Atividades como a venda em feiras, entregas, produção de artesanato e o beneficiamento de produtos no interior dos estabelecimentos costumam a ocupar vários integrantes de uma mesma família, promovendo a integração com vistas ao alcance de um mesmo objetivo, no caso o aumento da renda para a promoção de melhorias de vida. A pluriatividade acaba por proporcionar ocupações menos exaustivas para as mulheres e os filhos das famílias nos assentamentos, de forma a possibilitar a sua conciliação com os estudos e promover laços de cooperação importantes para a agricultura familiar.

Tabela 29³¹ - Existência de ocupação para todos os membros de sua família dentro do lote, caso estes decidissem se dedicar ao trabalho agrícola dentro dele³².

Existência de ocupação para todos	Número	Porcentagem
Sim, existe condição de ocupação para todos	56	90,3%
Não – não existe condição de ocupação para todos	6	9,7%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A tabela 29 trata da possibilidade de ocupação para toda a família dentro do lote ocupado. Quando perguntados se haveria ocupação para todos os membros da família dentro do lote no qual viviam e trabalhavam, a grande maioria dos chefes de família entrevistados (90,3% do total) afirmou que existiriam condições de ocupação para todos e apenas 9,7% afirmou que seria impossível a ocupação de todos.

Tabela 30 – Existência de ocupação para todos os membros de sua família dentro do lote, caso estes decidissem se dedicar ao trabalho agrícola dentro dele – comparação dos dados das famílias pluriativas e agrícolas.

Condições de ocupação para todos da família no lote	Número	Porcentagem
Pluriativos		
Sim	38	86,4%
Não	6	13,6%
Agricultoras		
Sim	18	100%
Não	0	0%
Valor do qui quadrado = 1,38. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A análise isolada dos grupos de pluriativos e de agrícolas, conforme a tabela 30, traz resultados indicando que a totalidade dos entrevistados agrícolas afirmam

31 Tabela referente à pergunta 8.3 do questionário.

32 O termo “família” neste caso se refere aos componentes do núcleo familiar que compõem o domicílio. Desta forma, não são considerados os filhos ou demais entes que se casaram e constituíram outras famílias em outros locais, por exemplo.

haver ocupação para todos os membros de sua família, enquanto no grupo dos pluriativos 13,6% declara não haver condições para concentrar toda a força de trabalho da família dentro do lote que ocupam.

O teste do qui quadrado não indicou significância nas diferenças encontradas entre os grupos dos pluriativos e dos somente agrícolas. Entretanto, tal ausência pode ser resultado do baixo número de amostras analisadas, já que nenhuma família agrícola declarou tamanho insuficiente em seus lotes e seis famílias pluriativas o fizeram. Fatos isolados ou não, a presença de seis famílias pluriativas declarando tamanho insuficiente de seus lotes acaba sugerindo a busca de outras atividades para a mão-de-obra ociosa presente nestes espaços, diante da sua incapacidade de absorção da força de trabalho. Famílias numerosas também enfrentariam este problema, agravado pela falta de tecnologia. Além disso, quando olhamos com entusiasmo para a satisfação das famílias dos assentados em relação ao lote recebido, não devemos nos esquecer de que, alegar a existência de condições de ocupação para todos dentro do lote, é algo totalmente diferente de garantir condições satisfatórias de vida para as famílias apenas com a exploração agrícola destes lotes. A pluriatividade serviria então, neste caso, para o alcance de melhores condições e não da simples subsistência.

De um modo geral, no Brasil a maioria das famílias assentadas aprova o tamanho dos lotes a elas concedidos pelos programas de reforma agrária. De acordo com uma pesquisa publicada pelo INCRA em 2010, com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade de Pelotas (UFPEL), abrangendo 804.867 famílias assentadas entre 1985 e 2008, mais de 82% das famílias entrevistadas aprovavam o tamanho do lote destinado pelo INCRA, classificando-o como ótimo, bom ou razoável (INCRA, 2010).

Os assentamentos envolvidos neste estudo apresentaram lotes com diferentes médias de tamanho. As famílias entrevistadas estabelecidas nos maiores lotes se situavam no assentamento Itaúna, com uma média de 21,0 hectares. Neste assentamento, não houve nenhum registro de descontentamento em relação ao tamanho do lote. Em contrapartida, nos assentamentos Contagem, com os lotes abordados possuindo em média 17,9 ha e Fazenda Larga, com os lotes abordados possuindo em média 2,7 ha, houveram respectivamente 2 e 4 afirmações de insuficiência de espaço físico para o abrigo de toda a família. Isso indica que, dentro de uma mesma região geográfica, os assentamentos podem possuir diferentes tamanhos.

A tabela 31 reflete a presença de investimentos de recursos externos para promover melhorias nos lotes dos assentamentos:

Tabela 31³³ - Utilização do dinheiro das atividades não agropecuárias ou da renda assalariada agrícola para investimentos no lote (dentre os 43³⁴ entrevistados cuja família auferia renda não-agrícola).

Utilização do dinheiro das atividades não-agropecuárias para investimentos no lote.	Número	Porcentagem
Nas famílias que auferem renda não-agrícola/assalariada agrícola		
Utiliza o dinheiro para investir no lote	38	88,4%
Não utiliza o dinheiro para investir no lote	5	11,6%
No total geral de famílias		
Utiliza o dinheiro para investir no lote	38	61,13%
Não utiliza o dinheiro para investir no lote	24	38,7%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Quase 90% das famílias cujos membros desempenham atividades não-agropecuárias, ou mais precisamente 88,4% delas, aproveitam a renda advinda destas para investir no próprio lote por elas ocupado, segundo declarado pelo chefe.

³³ Tabela referente à pergunta 8.4 do questionário.

³⁴ Alguns agricultores pluriativos que realizavam a atividade de venda em feiras não conseguiam diferenciar o montante advindo das vendas daquele relativo ao produto em si. Estes não foram incluídos na contagem.

Quando consideramos o aproveitamento da renda sobre o total geral de entrevistados participantes da pesquisa, obtemos uma porcentagem de 61,3% de famílias redirecionando sua renda para os lotes. O direcionamento da renda não-agropecuária para investir no lote reflete a influência positiva da pluriatividade para a agropecuária, em especial para a agricultura familiar, conforme exposto na tabela abaixo:

Tabela 32 – Comparação dos dados sobre utilização do dinheiro das atividades não agropecuárias ou da renda assalariada agrícola para investimentos no lote, entre as famílias pluriativas e agrícolas (dentre o total geral das 62 pessoas entrevistadas).

Utilização do dinheiro das atividades não-agropecuárias para investimentos no lote.	Número	Porcentagem
Famílias pluriativas		
Utiliza o dinheiro para investir no lote	37	84,1%
Não utiliza o dinheiro para investir no lote	7	15,9%
Famílias agrícolas		
Utiliza o dinheiro para investir no lote	1	5,6%
Não utiliza o dinheiro para investir no lote	17	94,4%
Valor do qui quadrado na comparação entre o grupo dos pluriativos com o grupo dos agrícolas = 29,98. Com significância de 95% (***)		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A tabela 32 teve seus valores e porcentagens calculados sobre o total geral de 62 entrevistados, com o intuito de expor a importância da pluriatividade na injeção de renda proveniente de fora dos assentamentos para a realização de investimentos dentro dos lotes. Assim, ao comparar a classe dos agrícolas com a dos pluriativos, demonstra a ligação entre a entrada de recursos externos e a pluriatividade. Praticamente 85% dos estabelecimentos pluriativos possuem uma dinâmica de deslocamento de renda na qual o dinheiro ganho com as atividades não-agropecuárias é direcionado para investimentos no lote, conforme exposto na tabela 32.

Já entre os somente agrícolas, considerando-se a renda proveniente do trabalho assalariado agrícola, temos um índice de direcionamento de renda para o lote de 5,6%, de acordo com o exposto na tabela 32. A análise estatística indica que podemos afirmar, com 95% de confiança, haver um maior direcionamento para o lote do dinheiro ganho com as atividades não-agropecuárias por parte das famílias pluriativas, do que de eventuais rendas do trabalho assalariado entre os somente agrícolas.

A pluriatividade desempenha então um papel crucial na injeção de recursos junto à atividade agropecuária. Nunes (2009) observa que tais recursos podem sofrer uma manipulação intencional, ora mais direcionada às condições de sobrevivência, quando o mercado agropecuário não estiver produzindo retorno satisfatório, ora mais direcionada à lavoura ou à pecuária, quando as perspectivas de ganho no campo estiverem em alta.

O modelo de cobrança adotado pelo governo prioriza a análise da produtividade, relevando a segundo plano uma avaliação da melhoria nas condições de vida ocorridas nos assentamentos de reforma agrária, conforme já mencionado no item 2.3.8 do presente estudo. É importante lembrar que a adoção deste foco pelas cobranças governamentais pode provocar tendências nos entrevistados no sentido destes declararem uma destinação de recursos da renda não-agropecuária para as atividades agropecuárias mais intensa do que ocorre na prática. Todavia, seriam necessárias extensas pesquisas direcionadas para averiguar tal suposição.

Quando o intuito é investigar a contribuição das rendas não-agropecuárias para o sucesso da agricultura familiar nos assentamentos, cabe investigar não só se o dinheiro de tais rendas é reinvestido nos lotes, mas também para quais ramos ou empreendimentos ele é direcionado. Esta conduta se faz necessária para saber se

realmente a referida renda chega a servir de investimento para a agricultura familiar, ou se é simplesmente gasta com despesas rotineiras. Para esta pergunta, foram fornecidas quatro opções de resposta e o entrevistado foi orientado a atribuir dois pontos para a opção de resposta que considerava mais importante e um ponto para aquela que considerasse a segunda mais importante. Os resultados se encontram descritos na tabela 33:

Tabela 33³⁵ - Principal destino da renda não agrícola dentro do assentamento (pontuação máxima: 119).

Principal destino da renda não agrícola.	Número	Porcentagem
Atividades agropecuárias	54	46,2%
Associação do assentamento	1	0,8%
Gastos com a família	53	45,4%
Outras	11	7,6%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Os resultados indicaram que os investimentos em atividades agropecuárias foram o principal destino da renda não-agropecuária obtida, correspondendo a 46,2% do total de importância atribuído pelos chefes de família entrevistados, praticamente empatando com os gastos com a família, que representaram 45,4% dos pontos referentes ao destino da renda não-agropecuária dentro dos assentamentos. Em terceiro lugar ficaram as outras opções de gastos, que somaram 7,6 %, dentre as quais houve citações espontâneas referentes à construção civil e à saúde. Apenas 0,8% da importância total dos gastos foi atribuída à associação do assentamento, indicando que os gastos individuais de cada família destinados às associações com a comunidade são pequenos ou pouco representativos. A comparação entre os principais destinos da renda não-agropecuária dentro dos estabelecimentos pluriativos e agrícolas é exposta na tabela 34:

³⁵ Tabela referente à pergunta 8.5 do questionário.

Tabela 34 – Comparação entre o principal destino da renda não-agrícola dentro dos estabelecimentos pluriativos e agrícolas (pontos atribuídos).

Principal destino da renda não agrícola.	Número	Porcentagem
Pluriativos		
Atividades agropecuárias	53	46,9%
Associação do assentamento	1	0,9%
Gastos com a família	51	45,1%
Outras	8	7,1%
Agrícolas		
Principal destino da renda não agrícola.	Número	Porcentagem
Atividades agropecuárias	1	16,7%
Associação do assentamento	0	0%
Gastos com a família	4	66,7%
Outras	1	16,7%
Valor do qui quadrado = 0,48. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Ao compararmos o redirecionamento da renda das atividades não-agropecuárias nos estabelecimentos pluriativos com o daquela vinda do trabalho assalariado agrícola nos estabelecimentos agrícolas, observamos que no primeiro caso o destino mais importante das rendas dentro dos estabelecimentos foram os investimentos nas atividades agropecuárias e em seguida os gastos com a família. Já os estabelecimentos agrícolas utilizam a renda do trabalho assalariado agrícola principalmente para arcar com os gastos com a família, atribuindo menos importância para os investimentos no lote na hora de redirecionar a sua renda. As diferenças constatadas entre o grupo dos pluriativos e dos somente agrícolas não podem ser consideradas significantes do ponto de vista estatístico adotado neste estudo. De todo modo, os dois principais redirecionamentos do dinheiro continuaram sendo as atividades agropecuárias e os gastos com a família, o que corrobora com as observações e com os estudos de Nunes (2009) citados.

4.6 – Dados sobre as demais pessoas (excluindo-se os chefes) das famílias que trabalham:

As tabelas listadas a seguir se referem aos dados obtidos através da aplicação das perguntas do ITEM II - DADOS SOBRE OS DEMAIS COMPONENTES DAS FAMÍLIAS QUE TRABALHAM. Estes não representam a totalidade dos trabalhadores pertencentes às famílias entrevistadas, pois durante as entrevistas muitos deles não foram mencionados, por desconhecimento do entrevistado ou diversos outros fatores. A amostragem desta etapa da pesquisa compreendeu 95 indivíduos. Seguem as tabelas abaixo, referentes à idade, sexo, escolaridade e anos de estudo dos demais trabalhadores dos assentamentos envolvidos no estudo:

Tabela 35 - Sexo e Média de Idade dos demais trabalhadores que compõem os assentamentos (excetuando-se os chefes dos estabelecimentos)

Sexo	Número	Porcentagem
Masculino	43	45,3%
Feminino	52	54,7%
Média de idade: 36,5 anos		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Ao se considerar os demais trabalhadores entrevistados nos assentamentos, não incluindo entre estes os chefes de família, obtivemos um total de 95 membros mencionados, sendo 43 (45,3%) deles do sexo masculino e 52 (54,7%) do sexo feminino, com uma média de idade de 36,5 anos. A razão da maioria das pessoas que trabalham citadas no Anexo II ser do sexo feminino pode se dever ao fato de, entre os entes entrevistados, não constarem os chefes das famílias (47 dos 62 chefes entrevistados eram homens), em sua maioria do sexo masculino. As cônjuges dos chefes dos estabelecimentos em geral apoiam a participação destes em suas atividades laborais.

Tabela 36 – Escolaridade e anos de estudo dos demais trabalhadores entrevistados que compõem os assentamentos (excetuando-se os chefes dos estabelecimentos)³⁶

Escolaridade	Número	Porcentagem
Sem alfabetização	8	8,5%
Ensino Fundamental	58	61,7%
Ensino médio	25	26,6%
Terceiro Grau	3	3,2%
Pós-Graduação	0	0

Média de anos de estudo: 6,6 anos

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Para os dados de escolaridade, não se obteve informações sobre este quesito a respeito de uma das pessoas incluídas no Anexo II. Desta forma, as porcentagens refletem os outros 94 indivíduos envolvidos nesta questão. Dentre estes, 8 ou 8,5% não possuíam qualquer tipo de alfabetização, 58 ou 61,7% haviam parado de estudar ou se encontravam estudando no ensino fundamental e 25, ou 26,6% abandonaram os estudos ou se encontravam cursando o ensino médio. Apenas três indivíduos, ou 3,2% dos entrevistados cursavam ou haviam terminado o terceiro grau.

Esta realidade, quando comparada com a dos chefes dos estabelecimentos, demonstrava uma sutil superioridade no nível educacional, inclusive na média dos anos de estudo, que no caso do Anexo II demonstrou ser de 6,6 anos, sendo a dos primeiros de 5,7 anos. Entretanto, obteve-se o valor de 0,74 para o teste do qui quadrado na comparação entre as duas classes e assim não se pode dizer que o nível educacional dos demais membros das famílias é melhor do que o dos chefes das mesmas com 80%, 90% ou 95% de significância. Estes resultados podem sugerir a insuficiente evolução nos níveis educacionais da população nos

³⁶ Foi considerado o nível de escolaridade (o grau de ensino) no qual o entrevistado parou de estudar. Para complementar esta questão, foi questionado em qual ano este parou de estudar, para que se pudesse estimar o quantitativo de anos de estudo cursados. Um dos entrevistados não respondeu às perguntas sobre escolaridade.

assentamentos, reforçando a observação de Silvestro et. alii (2001) acerca da baixa importância dada à educação por quem trabalha no campo, o que não é incisivamente amenizado pela pluriatividade, conforme apontam as respostas à questão 4.3 anteriormente expostas neste estudo.

Outra questão a ser analisada é a influência do contato com o meio urbano no nível educacional dos integrantes dos assentamentos que possuem ocupação e que não são chefes dos estabelecimentos, dentro da amostra obtida de 84 indivíduos que souberam fornecer este tipo de informação. A pluriatividade, por razões óbvias, está intimamente ligada ao trabalho não-agropecuário fora dos estabelecimentos, embora esta pesquisa tenha demonstrado que este também acontece no interior dos mesmos. A tabela 37 aponta a comparação entre o nível de escolaridade dos indivíduos que possuem ocupações não-agropecuárias fora de suas propriedades com aqueles que as possuem apenas em caráter agrícola dentro delas:

Tabela 37 – Nível educacional dos trabalhadores dos assentamentos, excluindo-se os chefes dos estabelecimentos, segundo a presença de ocupação não-agrícola fora do assentamento.

Escolaridade	Número	Porcentagem
Com atividade não-agropecuária fora do estabelecimento		
Sem alfabetização	2	2,1%
Ensino Fundamental	20	21,3%
Ensino médio	16	17,0%
Terceiro Grau	3	3,2%
Média dos anos de estudo		7,7
Sem atividade não-agropecuária fora do estabelecimento		
Sem alfabetização	6	6,4%
Ensino Fundamental	38	40,4%
Ensino médio	9	9,6%
Terceiro Grau	0	0%
Média dos anos de estudo		5,7
Total	94	100%

Valor do qui quadrado = 0,01. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.

Valor do qui quadrado para as variáveis ensino fundamental X sem alfabetização = 0,02. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.

Valor do qui quadrado para as variáveis ensino fundamental X ensino médio = 5,05. Com significância de 95%.

Valor do qui quadrado para as variáveis ensino fundamental X ensino superior = 2,80. Com significância de 80%.

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Os dados da tabela 37 nos permitem concluir que, apesar da homogeneidade aparente na escolaridade entre aqueles que trabalham apenas dentro do lote ou fora dele em atividades agropecuárias e os que procuram atividades não-agropecuárias fora do estabelecimento, existem diferenças significativas quando comparamos os grupos de maneira pareada, tendo-se como base o quantitativo de indivíduos com ensino fundamental. O com valor do qui quadrado foi de apenas 0,01 na comparação entre os grupos da tabela 37. Para a comparação entre ensino fundamental e ensino médio foi obtido um valor do qui quadrado de 5,05 (95% de significância) e para a primeira com o ensino superior se obteve um valor de 2,80

(80% de significância). Isso indica que a diferença significativa de escolaridade entre os que possuem e os que não possuem contato com o meio urbano aparece a partir de comparações estratificadas dos indivíduos dotados de graus de estudo mais altos, fornecendo subsídios para afirmarmos que este grau é mais elevado para os que exercem atividades fora dos assentamentos.

Além dos trabalhos de Silvestro et. alii (2001) e Koppe (2005) já mencionados anteriormente, que se referem à maior escolaridade dos jovens que migram para as cidades em relação àqueles que permanecem no campo, existe também a ideia ligada ao chamado ideal rurbano, defendida por Carneiro (1998), de que permaneceriam na vida agrícola os indivíduos que não tivessem afinidade ou não se empenhassem na vida acadêmica. Mesmo estes, segundo a autora, estariam fadados a procurar tipos básicos de aprendizado específico, com vistas ao melhor desempenho da atividade agropecuária e à obtenção de mais êxito no mercado.

Tabela 38 - Número e porcentagem de atividades desenvolvidas pelos demais trabalhadores que compõem os assentamentos (excetuando-se os chefes dos estabelecimentos)

Atividades desenvolvidas	Número	Porcentagem
Agricultura	85	89,5%
Pecuária	60	63,2%
Outras	16	16,8%
Atividades fora do estabelecimento	41	43,2%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Das 95 pessoas cujas respostas foram computadas para os dados acerca das atividades desenvolvidas, 85 ou 89,5% afirmaram participar no trabalho agrícola, 60 ou 63,2% disseram que ajudam na atividade pecuária, incluindo a criação de animais para o consumo próprio (subsistência) das famílias e outras 16, ou 16,84% afirmaram que realizam outros tipos de atividades dentro do estabelecimento.

Quando o assunto era o trabalho fora do estabelecimento, 41 pessoas ou 43,2% dos entrevistados afirmaram realizar algum tipo de atividade.

Esta porcentagem de pessoas das famílias realizando atividades fora do estabelecimento indica que o deslocamento dos assentados para exercer a pluriatividade pode ser considerado comum, mas a porcentagem bem maior de atividades agropecuárias indica que os pluriativos também têm intensa participação no trabalho agropecuário dentro das propriedades. Estes dados se mostram alinhados com pesquisas como as de Schneider (2001), na qual o autor identificou que quase 80% dos pluriativos pesquisados também se dedicam aos trabalhos dentro da propriedade.

4.7 – Opinião e dados dos componentes da família agrícola em relação às diversas atividades exercidas:

As tabelas listadas a seguir se referem aos dados obtidos através da aplicação das perguntas do ITEM III - QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL: OPINIÃO E DADOS DOS COMPONENTES DA FAMÍLIA AGRÍCOLA EM RELAÇÃO AO PAPEL DAS ATIVIDADES EXERCIDAS, conforme descrito:

Tabela 39³⁷ – Independência das atividades agropecuárias em relação à renda das atividades não-agropecuárias³⁸

Opinião	Número	Porcentagem
Dos chefes dos estabelecimentos		
Sim	29	63,0%
Não	16	37,0%
Dos demais integrantes das famílias		
Sim	42	61,8%
Não	26	38,2%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A maioria dos chefes de estabelecimento entrevistados, ou 63,0% deles acreditam que seria possível continuar com a atividade agrícola e pecuária em seus lotes se tivessem que abrir mão do trabalho não-agropecuário. Entretanto, uma considerável parcela destes, ou 37% acreditam que isso não seria viável. A opinião dos outros membros das famílias indica que 61,8% dos entrevistados acreditam ser viável a continuidade da agropecuária em seus lotes sem depender do trabalho não-agropecuário contra 38,2% que acreditam não haver condições para isto.

Cabe lembrar que, dos entrevistados listados, 4 não eram pluriativos mas recebiam renda proveniente do trabalho assalariado rural. Três deles ou 75% afirmaram que teriam condições de desempenhar as atividades agropecuárias dentro do lote, sem necessitar da renda extra vinda do trabalho assalariado, contra apenas 1 deles ou 25% afirmando o contrário. Dentre os demais membros destas famílias agrícolas que recebiam renda do trabalho assalariado, 4 afirmaram que sim para a pergunta em questão e 01 afirmou que não, correspondendo a 80% e 20%

37 Tabela referente à questão 01 do item III do questionário.

38 a) O número e a porcentagem de opiniões dos chefes de estabelecimento se baseiam em um total de 45 respostas, já que esta pergunta não se aplicava a quem não auferia renda não-agropecuária. Já o número e a porcentagem referentes aos demais membros das famílias se baseiam em um total de 68 respostas.

b) As perguntas 1, 2 e 2.1 tiveram um total de 59 respostas cada uma, ao invés das esperadas 62 respostas, já que três entrevistados não responderam ou apresentaram respostas inconsistentes. Estes foram as Chácaras 46, 52 e Ave Fátima da Fazenda Larga.

c) A pergunta 1 se aplicou aos estabelecimentos somente agrícolas que auferiam renda de trabalho assalariado no campo ou bolsas de estudo.

respectivamente. A comparação entre os indivíduos pluriativos e agrícolas é exposta na tabela 40 a seguir:

Tabela 40³⁹ – Independência das atividades agropecuárias em relação à renda das atividades não-agropecuárias – comparação entre famílias pluriativas e agrícolas⁴⁰.

Opinião	Número	Porcentagem
Dos chefes das famílias pluriativas		
Sim	29	63,4%
Não	16	35,5%
Dos demais integrantes das famílias pluriativas		
Sim	42	61,8%
Não	26	38,2%
Dos chefes das famílias agrícolas		
Sim	3	75,0%
Não	1	25,0%
Dos demais integrantes das famílias agrícolas		
Sim	4	80,0%
Não	1	20,0%
Valor do qui quadrado = 0,01. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A percepção dos trabalhadores agrícolas que recebiam salário rural foi semelhante à dos pluriativos, inclusive após análise estatística do qui-quadrado. Embora a maioria afirme não depender da renda não-agropecuária para continuar em suas atividades, o percentual acima de 35% que afirmaram depender da mesma é considerável e a sua inexistência poderia acarretar a inviabilidade e o abandono do cultivo dos lotes, determinando o insucesso dos assentamentos. Reforça-se então a concepção de Schneider (1999) quanto à persistência do modelo familiar de

39 Tabela referente à questão 01 do item III do questionário.

40 a) O número e a porcentagem de opiniões dos chefes de estabelecimento se baseiam em um total de 45 respostas, já que esta pergunta não se aplicava a quem não auferia renda não-agropecuária. Já o número e a porcentagem referentes aos demais membros das famílias se baseiam em um total de 68 respostas.

b) As perguntas 1, 2 e 2.1 tiveram um total de 59 respostas cada uma, ao invés das esperadas 62 respostas, já que três entrevistados não responderam ou apresentaram respostas inconsistentes. Estes foram as Chácaras 46, 52 e Ave Fátima da Fazenda Larga.

c) A pergunta 1 se aplicou aos estabelecimentos somente agrícolas que auferiam renda de trabalho assalariado no campo ou bolsas de estudo.

produção por intermédio da agricultura de tempo parcial e a pluriatividade. Entretanto, a pluriatividade poderia também servir para a melhoria de vida das famílias, aumentando assim os índices de satisfação e reprodução social dentro dos assentamentos.

Em um de seus estudos envolvendo agricultura familiar e pluriatividade no RS, Schneider et. al. (2009) concluíram que as famílias pluriativas possuem melhor acesso a moradia e a bens em relação às famílias agrícolas, apesar das diferenças não serem significativas. Apesar disso, também nota que a combinação de atividades agrícolas e não – agrícolas não implica necessariamente em melhores condições de vida, já que a maior renda obtida é geralmente empregada no sustento da família, em gastos pessoais e em investimentos para a propriedade. Neste sentido, a hipótese sobre as relações positivas entre maiores rendimentos das famílias pluriativas e seus efeitos sobre a melhoria das condições e da qualidade de vida revela-se apenas parcialmente coerente.

Diante da necessidade de se dirimir esta questão, na presente dissertação, se buscou avaliar o impacto da pluriatividade nas condições de vida dos assentados, segundo a percepção deles próprios, conforme descrito na tabela 41:

Tabela 41⁴¹ - Correlação entre as condições de vida dos assentados e a prática de atividades não-agropecuárias na opinião dos entrevistados⁴².

2- Como estariam as condições de vida das famílias que exercem atividades não-agropecuárias, caso não as estivessem exercendo.	Número	Porcentagem
Melhores	1	2,2%
Iguais	3	6,7%
Piores	41	91,1%

2.1 - Como estariam as condições de vida das famílias sem nenhuma ocupação não-agropecuária, caso as detivessem e exercessem.	Número	Porcentagem
Melhores	5	35,7%
Iguais	2	14,3%
Piores	7	50,00%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A grande maioria dos chefes cujas famílias exercem outras atividades além da agropecuária dentro dos lotes alegou que as condições de vida de sua família estariam piores caso não as estivessem exercendo, correspondendo a 41 dos 45 nesta situação, ou 91,1% deles. Em contrapartida, 6,7% deles ou 3 indivíduos, acreditam que as condições de vida de sua família estariam iguais, com a adoção exclusiva das atividades agropecuárias. Apenas 1 indivíduo, ou 2,2% dos que exercem atividades não-agropecuárias entre os entrevistados, acreditam que estariam em melhor situação se não trabalhassem com as mesmas.

Entre as famílias que alegaram não exercer atividades não-agropecuárias, as opiniões são divididas. Diante de uma enquete apresentada pela pergunta 2.1 do Anexo III, aplicável somente a 14 estabelecimentos, na direção contrária da pergunta 2, mas com o mesmo intuito, obteve-se um total de 5 respostas, ou 35,7% do total de chefes de família exclusivamente agrícolas e não assalariados entrevistados alegando que estariam melhores; 2 ou 14,3% dizendo que estariam

41 Tabela referente às questões 2 e 2.1 do item III do questionário.

42 Idem à nota 40.

em igual situação e 7 ou 50,0% dizendo que deteriam piores condições de vida se praticassem atividades não-agrícolas.

O fato é que, durante as visitas aos assentamentos abordados neste estudo, se tem a clara impressão de existirem diferenças notáveis na qualidade de vida das diversas famílias domiciliadas em um mesmo assentamento, que incluem condições de moradia, higiene, segurança, organização e recursos afetos ao domicílio como chuveiro elétrico, televisão, geladeira, fogão a gás, telefone, etc. A pluriatividade, segundo esboçado pelos próprios assentados, interfere positivamente nesta questão, trazendo recursos para as famílias mais carentes. As melhorias de vida advindas da pluriatividade parecem ser mais bem percebidas pelas próprias famílias pluriativas, que já contam com a renda não-agropecuária, do que pelas estritamente agrícolas.

Assim, o propósito da pluriatividade não é somente a sobrevivência, mas também a melhoria das condições de vida. As figuras 04 e 05, tiradas no mesmo assentamento, ilustram como pode ser variável a disponibilidade de recursos por parte das famílias.



Figura 4: casa improvisada e sem os recursos básicos a uma família
Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.



Figura 5: visão de estabelecimento com alto grau de organização, com moradia em boas condições.
Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A questão 2 do Anexo III se preocupou em avaliar a percepção dos assentados em relação à contribuição da pluriatividade para a sua melhoria de vida. Já a questão 3 procura avaliar esta percepção em relação à melhoria das condições do assentamento como um todo, e a consequente continuidade das famílias no mesmo, utilizando-o como espaço de moradia, trabalho e reprodução social. Tal percepção é demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 42⁴³ - Grau de importância, na opinião dos assentados, das atividades não-agropecuárias para o desenvolvimento, melhoria das condições de vida e continuidade do assentamento.

Opinião	Número	Porcentagem
Resposta do chefe da família		
Nada importante	7	11,3%
Pouco Importante	8	12,9%
Importante	30	48,4%
Muito Importante	17	27,4%
Resposta dos demais membros da família		
Nada importante	4	4,5%
Pouco Importante	9	10,2%
Importante	51	57,9%
Muito Importante	24	27,3%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Diante desta indagação, 7 dos 62 chefes de família entrevistados, ou 11,3% afirmaram que a prática de atividades não-agropecuárias não tinha nenhuma importância para o desenvolvimento, melhoria das condições de vida e a continuidade do assentamento, 8 deles ou 12,9% disseram ser a sua contribuição pouco importante, 30 ou 48,4% afirmaram ser importante e 17 ou 27,4% alegaram ser muito importante.

Já entre os demais membros das famílias, 4 pessoas ou 4,5% do total entrevistado declararam que a prática de atividades não-agropecuárias pelos assentados era nada importante para o desenvolvimento, melhoria das condições de vida e continuidade do assentamento, 9 delas ou 10,2% declararam que era pouco importante, 51 pessoas ou 57,9% declararam que era importante e 24, ou 27,3% declararam ser muito importante. As tabelas a seguir ilustram os resultados relatados, comparando os resultados dos pluriativos e agrícolas:

43 Tabela referente à questão 3 do item III do questionário.

Tabela 43 - Comparação do grau de importância, na opinião dos assentados pluriativos e dos agrícolas, das atividades não-agropecuárias para o desenvolvimento, melhoria das condições de vida e continuidade do assentamento. (pontuação em um total de 132 pontos).

Grau de importância	Pluriativos (n°)	Pluriativos (%)	Agrícolas (n°)	Agrícolas (%)
Resposta do chefe da família				
Nada importante	4	9,1%	3	16,7%
Pouco Importante	6	13,64%	2	11,1%
Importante	20	45,45%	10	55,6%
Muito Importante	14	31,82%	3	16,7%
Resposta dos demais membros da família				
Nada importante	2	2,9%	2	11,1%
Pouco Importante	6	8,6%	3	16,7%
Importante	43	61,4%	8	44,4%
Muito Importante	19	27,1%	5	27,8%

Valor do qui quadrado = 0,56. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Mesmo entre os agrícolas quando tomados separadamente, houve grande consenso quanto à importância do desenvolvimento de atividades não-agropecuárias pelas famílias pluriativas dos assentamentos. Se somarmos a proporção daqueles que as consideram importantes ou muito importantes, temos a soma de 72,2% dos chefes das famílias agrícolas e 72,2% dos demais membros das famílias entrevistados. Para os pluriativos, o grau de importância é ainda maior, tendo-se a soma de dos 77,3% dos chefes de estabelecimentos e 88,6% dos demais membros das famílias entrevistados. Em contrapartida, apenas 9,1% dos chefes de estabelecimentos pluriativos e 16,7% dos agrícolas consideraram as atividades não-agropecuárias nada importantes para o desenvolvimento, a melhoria das condições de vida e a continuidade do assentamento. Não houve diferenças estatisticamente consideráveis para os graus de confiança de 80%, 90% e 95%

entre as opiniões emitidas pelos chefes e membros dos estabelecimentos pluriativos e agrícolas. Isso indica que até os que não percebem renda não-agropecuária enxergam melhorias nas condições dos assentados. A princípio estes resultados contrariam as conclusões de Schneider (2009) citadas na questão I do Item III, mas a baixa renda nos assentamentos e o posicionamento dos assentados quanto à aplicação do dinheiro ganho com a renda não-agropecuária nos levam a crer que as melhorias de vida promovidas se referem principalmente às necessidades de obtenção de condições dignas de vida ou de subsídios para isto, e não à sobrevivência no sentido estrito das famílias ou à obtenção de luxo e conforto.

A maior parte das famílias dos assentados de reforma agrária entrevistados tem renda mensal de 1 a 3 salários mínimos. A pesquisa indica que 64,5% deles se situam nesta faixa de renda, havendo outros consideráveis 27,4% situados na faixa entre 3 a 7 salários mínimos mensais. As exceções ficaram por conta das famílias cuja renda declarada se encontrava entre 7 a 10 salários mínimos mensais (3,2% delas) e com menos de 1 salário mínimo (4,8%). Neste estudo, não houve nenhuma família que declarou ter ganhos acima de 7 a 10 salários mínimos mensais. Assim como para a proporção de cada tipo de renda estimada, neste caso pode existir a subestimação da renda devido à presença da renda agropecuária de subsistência. A renda familiar é exposta na tabela 44:

Tabela 44⁴⁴ - Renda familiar em salários mínimos mensais, do domicílio do entrevistado.

Renda familiar	Número	Porcentagem
Menos de 1SMMs	3	4,8%
De 1 a 3 SMMs	40	64,5%
De 3 a 7 SMMs	17	27,4%
De 7 a 10 SMMs	2	3,2%
Acima de 10 SMMs	0	0

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Em seu estudo envolvendo a pluriatividade em assentamentos de reforma agrária no município de Guapé/MG, Martins (2011) obteve uma média de renda anual por família, em valores absolutos, de R\$ 13109,13, ou seja, a renda média das famílias na ocasião da pesquisa não chegava a atingir dois salários mínimos mensais.

Já Alentejano (1997), ao pesquisar assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, encontrou médias de renda familiar mensal de 4 e 3 salários mínimos mensais, para os municípios de Valença e Paracambi, respectivamente.

As tabelas 4a e 4b se referem à comparação da renda das famílias pluriativas com a das famílias agrícolas, conforme abaixo:

44 Tabela referente à questão 4 do item II do questionário.

Tabela 45 - Renda familiar em salários mínimos mensais, do domicílio do entrevistado. Comparação pluriativos X agrícolas.

Renda familiar	Número	Porcentagem
Famílias pluriativas		
Menos de 1SMMs	1	2,3%
De 1 a 3 SMMs	27	61,4%
De 3 a 7 SMMs	14	31,8%
De 7 a 10 SMMs	2	4,5%
Acima de 10 SMMs	0	0%
Famílias agrícolas		
Menos de 1SMMs	2	11,1%
De 1 a 3 SMMs	13	72,2%
De 3 a 7 SMMs	3	16,7%
De 7 a 10 SMMs	0	0%
Acima de 10 SMMs	0	0%
Valor do qui quadrado = 0,24. Sem significância de 95%, 90% ou 80%.		

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Embora a maior porcentagem da renda familiar tanto dos pluriativos quanto dos agrícolas esteja situada na faixa de 1 a 3 salários mínimos mensais, temos diferenças nas outras faixas. Abaixo de 1 salário mínimo estão 11,1% das famílias somente agrícolas e apenas 2,3% dos pluriativos. Em contrapartida, na faixa salarial de 3 a 7 salários mínimos encontramos 31,8% das famílias pluriativas e apenas 16,7% das agrícolas. Na faixa salarial de 7 a 10 salários mínimos mensais só existem 4,5% de famílias pluriativas. Apesar dos dados obtidos, o teste do qui-quadrado não demonstrou haver desvios estatísticos consideráveis entre os níveis de renda das famílias pluriativas e daquelas somente agrícolas para os níveis de confiança de 80, 90 e 95%, indicando que a renda de ambos os grupos não é tão heterogênea entre si. Entretanto, há de se considerar que, ao observarmos algumas das classes de renda separadamente, encontraremos diferenças mais acentuadas entre as porcentagens obtidas dentro do mesmo grupo, que no entanto não chegam

a ser significativas dentro dos níveis de confiança estatísticos envolvidos neste estudo.

As diferenças de renda a favor dos pluriativos podem ter sido amenizadas devido à classificação da maioria dos entrevistados na faixa salarial entre 1 a 3 salários mínimos, o que ensejaria a realização de estudos posteriores com faixas de renda menos amplas, permitindo assim melhor estratificação. Outras distorções nos resultados poderiam estar relacionadas à sub-declaração da renda e dos montantes obtidos com o trabalho assalariado agrícola, declarados ou não.

Percebe-se que em outros trabalhos envolvendo o assunto, como o de Schneider et. al. (2003, p. 14), indicam comportamento ligeiramente semelhante, com aumento do número de pluriativos enquadrados nas faixas de maiores rendas, conforme transcrito:

Outro aspecto a ser considerado refere-se à desigualdade dos rendimentos auferidos e o papel da pluriatividade na elevação da renda total. [...] 50,8% das famílias monoativas possuem renda total de até 10 mil reais anuais, enquanto que 70,2% das famílias pluriativas possuem renda total acima de 10 mil reais anuais. A pesquisa demonstrou que as famílias pluriativas possuem uma renda total anual média de R\$ 20.352,46 (referente ao ano agrícola de 2002, quando os dados foram levantados) enquanto as famílias monoativas tinham, em média, uma renda total anual de R\$ 14.378,11. O Gráfico mostra que nos estratos de renda superiores a R\$ 10 mil as famílias monoativas representam sempre uma proporção menor, indicando que quanto maior a renda total das famílias maior é a presença da pluriatividade.

Outra oportunidade trazida pelas atividades não-agrícolas é a agregação de valor aos produtos agropecuários. O incremento de valor pode acontecer dentro do próprio estabelecimento, com o trabalho envolvendo tipos específicos de produção,

beneficiamento e venda das matérias-primas, ou mesmo fora deste, através do beneficiamento em indústrias de associações ou venda em feiras, por exemplo. A presença da prática de agregação de valor aos produtos agropecuários é melhor ilustrada na tabela 46:

Tabela 46⁴⁵ - Índice de agregação de valor aos produtos agropecuários através do desempenho de atividades não agrícolas.

Agrega valor aos produtos por intermédio de atividades não agropecuárias?		
Agregação de valor aos produtos	Número	Porcentagem
Sim	29	46,8%
Não	33	53,2%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Dentre as famílias entrevistadas, 46,8% afirmaram realizar atividades que agreguem valor aos seus produtos, tendo este estudo considerado a venda esporádica em feiras uma forma de agregação de valor. Aliás, esta última foi a atividade deste tipo mais citada. Os outros 53,2% das famílias pesquisadas simplesmente declararam vender os seus produtos agrícolas ou pecuários para terceiros sem qualquer tipo de trabalho adicional nos mesmos. Muitas das 29 famílias que declararam agregar valor aos seus produtos realizam mais de uma atividade em prol deste objetivo. As principais atividades agregadoras de valor vistas nos assentamentos estão listadas na tabela a seguir:

45 Tabela referente à questão 5 do item III do questionário.

Tabela 47 – Principais atividades que conferem valor agregado aos produtos.

Principais atividades que agregam valor aos produtos	Ocorrências	Porcentagem
Venda dos produtos em feiras	22	48,9%
Processamento e embalagem de alimentos	7	15,6%
Prod. de lácteos	5	11,1%
Prod. de artesanato	5	11,1%
Prod. de produtos orgânicos em geral	3	6,7%
Prod. de doces	2	4,4%
Prod. de arranjos de flores	1	2,2%
Total	45	100%

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Também ficou claro que a pluriatividade está intimamente relacionada à agregação de valor aos produtos. Tal fato pode ser comprovado por intermédio da comparação exposta na tabela 48 descrita abaixo:

Tabela 48 - Índice de agregação de valor aos produtos agropecuários através do desempenho de atividades não agropecuárias – famílias pluriativas X agrícolas.

Agregação de valor aos produtos	Número	Porcentagem
Famílias Pluriativas		
Sim	26	59,1%
Não	18	40,9%
Famílias agrícolas		
Sim	3	16,7%
Não	15	83,3%

Valor do qui quadrado = 7,61. Com significância de 95% (***)

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

Entre as tabelas com os dados dos agricultores pluriativos e dos agrícolas pode-se afirmar a ocorrência de diferenças estatísticas nos resultados com 95% de confiança, indicando que os grupos são bastante heterogêneos e que há uma correlação estreita entre a pluriatividade e a agregação de valor aos produtos

produzidos nos estabelecimentos dos assentamentos que foram foco deste estudo. Cabe ressaltar que as três famílias agrícolas que afirmaram realizar atividades que agregam valor aos seus produtos, o disseram fazer apenas para consumo próprio, sem fins de obtenção de renda e podemos citar o exemplo da produção de queijos e doces para consumo próprio neste caso.

A venda em feiras livres e a predileção por atividades que incorporam valor por parte dos pluriativos, ligadas à produção de produtos caseiros e de artesanato, apontam o resgate da valorização e da adoção do modo camponês de produção, como sustentáculo da agricultura familiar ante aos desafios trazidos pelo atual mercado, em convergência com as citações de Moreira (1995).

5 – CONCLUSÕES

Os estabelecimentos referidos nesta dissertação podem ser tipicamente enquadrados no modo familiar de produção. Também se pode dizer que a maioria das famílias residentes nestes assentamentos é pluriativa, tendo a percentagem destas correspondido a aproximadamente 70% do total de famílias entrevistadas. Tais dados apresentam correlação com pesquisas como a de Alentejano (1999) em assentamentos de reforma agrária. Este, ao observar dois assentamentos distintos, situados em regiões diferentes do estado do Rio de Janeiro, constatou o predomínio de famílias pluriativas nestes espaços, que a praticavam em busca de melhores condições de vida.

O tamanho médio dos lotes ficou estabelecido em 13,9 hectares, sendo considerado suficiente para as famílias por aproximadamente 90% dos entrevistados, e a composição familiar demonstrou um equilíbrio no número de chefes de estabelecimentos do sexo masculino e feminino. Já para os filhos e demais membros componentes dos domicílios, observou-se uma ligeira vantagem a favor do número de homens nos lares dos assentamentos, que, no entanto, foi insuficiente para caracterizar um processo de masculinização, semelhante ao proposto por Abramovay (1998). Também se observou a presença de um maior número de casais do que de filhos, o que pode sugerir uma maior prevalência de indivíduos que já constituíram matrimônio, união estável ou se emanciparam.

A dinâmica das ocupações dentro dos assentamentos aponta que as atividades de caráter não-agropecuário estão diretamente ligadas ao deslocamento dos trabalhadores para fora dos seus estabelecimentos. Apesar disso, nota-se não haver famílias onde todos os membros se dedicam exclusivamente ao trabalho não-

agropecuário, sendo que mesmo nas famílias pluriativas, a maior parte da mão-de-obra é dedicada ao trabalho agropecuário, o que contesta a ideia de que a prática atividades não-agropecuárias culmina com o abandono do campo.

A média de idade e o gênero dos chefes dos estabelecimentos revelaram a diversidade nas ocupações dos lotes de reforma agrária e, embora ainda demonstre a predominância dos homens em seu comando, deixa clara a significativa inserção das mulheres neste papel. A idade média constatada para estes indivíduos foi de 46,07 anos, revelando a existência de pessoas de faixas etárias diferentes, desde jovens até idosos, no comando dos estabelecimentos.

A análise da influência da pluriatividade sobre a faixa etária encontrada demonstrou ligeira concordância com estudos como os de Schneider (2001), que indicavam maior prevalência de idosos nas famílias somente agrícolas. Entretanto, as diferenças não demonstraram significância na análise estatística, o que indica que a concordância encontrada pode se tratar de mera coincidência e não de uma real influência da pluriatividade sobre a idade dos chefes dos estabelecimentos. Não houve indício de que a pluriatividade interferisse na distribuição dos gêneros dos chefes das famílias pesquisadas.

As diferenças de escolaridade entre os chefes de família pluriativos e os agrícolas não foram significativas estatisticamente, segundo o teste do qui quadrado, embora os resultados tenham se mostrado ligeiramente a favor dos pluriativos. Apesar desses resultados, cabe mencionar que havia escolas de ensino fundamental acessíveis aos três assentamentos. Mesmo no caso do ensino médio ou superior, o acesso às unidades de ensino era viável, embora a qualidade do transporte oferecido, assim como das estradas, principalmente as situadas dentro dos assentamentos, não fossem consideradas satisfatórias. Assim, pode-se dizer,

com base nos dados deste estudo, que a pluriatividade não influenciou de maneira considerável os níveis educacionais dos chefes de família no universo pesquisado, tendo a média de anos de escolaridade entre os chefes pluriativos sido de 6,14 anos e a dos chefes dos estabelecimentos agrícolas de 4,67 anos.

Diante da pouca influência da pluriatividade na escolaridade dos chefes dos lotes nos assentamentos, decidiu-se avaliar de forma específica se o trabalho não-agropecuário fora dos assentamentos traria incrementos. Embora não se tenha notado influência para o todo estudado, quando se comparou de forma pareada a quantidade de indivíduos detentores de ensino fundamental com os demais grupos, notou-se a influência da pluriatividade sobre o aumento da escolaridade, sendo esta significativa a 95% na comparação com o grupo do ensino médio e a 80% na comparação com o grupo do ensino superior. Concluiu-se que o maior contato com o meio urbano trazido pela pluriatividade fora dos assentamentos poderia estar relacionado a um aumento da escolaridade para os graus mais elevados de ensino, mas como os dados indicam significância apenas na análise isolada, entende-se que seriam necessários estudos mais focados e abrangentes para afirmarmos com segurança a existência de influência.

Alguns estudos como o de Alentejano (1997), reconhecem que o trabalho no campo passou a ser, na maior parte das vezes, a opção de escolha entre os indivíduos de menor escolaridade, que não possuíam condições de disputar empregos que exigiam maior qualificação nas grandes cidades. Desse modo, a vida no campo e o cultivo da terra seriam a opção para aqueles que desejassem se inserir em um universo com baixo custo de vida e baixa exigência de escolaridade.

Koppe (2005, p. 60) enxerga uma maior ocorrência da pluriatividade nas famílias de maior escolaridade. Talvez esta esteja ligada às pretensões de obtenção

de melhores empregos por parte de indivíduos mais graduados, ligados ao setor não-agropecuário. De fato, a única conclusão que se pode tirar sobre os dados obtidos é que a presença de oportunidades no setor não-agropecuário só passam a ser compensatórias do ponto de vista financeiro para graus de escolaridade mais elevados quando comparadas ao trabalho no campo.

Quanto à prática de atividades não-agropecuárias, pode-se afirmar que a sua escolha leva em consideração o balanço entre a praticidade e a promessa de ganhos. A presença de indústrias em áreas de periferia mais próximas aos assentamentos onde se realizou o estudo, trazem a perspectiva de muitas ocupações para os seus habitantes, que não são obrigados a se deslocar para as áreas mais centrais das grandes cidades.

As ocupações não-agropecuárias desenvolvidas dentro dos estabelecimentos estão intimamente ligadas à atividade agropecuária e ao mesmo tempo, à demanda dos centros urbanos. Elas desencadeiam pretensões de atividades de venda direta à população destes centros, principalmente através da realização de feiras, mas também por intermédio de entregas realizadas por aqueles que frequentam o meio urbano.

A influência do urbano sobre o rural é notável, mas não se pode afirmar que o primeiro chegue a descaracterizar o último. Conforme sustenta Wanderley (2000), nota-se certa conservação do caráter rural nas atividades desempenhadas dentro dos assentamentos. O que se percebe visualmente, embora o tópico não tenha sido alvo de análise desta pesquisa, é a escassa inserção de elementos urbanos no interior dos assentamentos, apesar da conexão a estes ser próxima e viável sendo, todavia, acompanhada de deficiências.

Quanto à atividade agrícola, apesar da predominância da policultura, podemos concluir que as culturas predominantes nos assentamentos pesquisados se aproximam do padrão produtivo da agricultura familiar, mas que no entanto concentram a produção em alguns tipos de cultivo e criação. Milho, mandioca e feijão, notavelmente culturas representadas pela agricultura familiar segundo o IBGE (2009), foram aquelas citadas com mais frequência nos estabelecimentos. Na pecuária, a tendência à predileção pela criação de aves, suínos e gado de leite é bem clara nos assentamentos, confirmando também a aptidão pela linha produtiva familiar demonstrada pelo IBGE (2009).

A situação descrita no parágrafo anterior, exposta por Buiainain et al. (2007) como parte do perfil clássico do agricultor familiar, indica que a fragilidade deste tipo de agricultura dentro do universo estudado é uma realidade, e que a policultura não é tão bem distribuída dentro dos estabelecimentos a ponto de amenizar drasticamente o risco de perdas nas lavouras ou nas criações, que se torna iminente. A pluriatividade se insere nesta conjuntura como uma ferramenta importante para se suportar períodos de dificuldade, diminuindo a dependência dos assentados em relação ao campo e ao mercado.

As atividades não-agropecuárias foram representadas em sua maioria pela venda em feiras dos produtos produzidos “in natura” ou beneficiados. A construção civil e o transporte também estavam presentes com grande frequência nos assentamentos pesquisados. Quando se tratava de ocupações dentro dos lotes, o processamento e embalagem de alimentos, a produção de artesanato e a de lácteos foram as atividades declaradas com mais frequência. Estas últimas, quando associadas às vendas em feiras, retratam o elo existente entre a produção interna nos assentamentos e a sua comercialização direta ao consumidor.

A pluriatividade não traria, segundo os dados coletados, inclusive após análise estatística, uma predileção pelo trabalho não-agrícola, não constituindo assim um potencial engodo para o abandono do campo. Tanto para os produtores pluriativos quanto para os agrícolas, a maior satisfação foi atribuída em massa ao trabalho agropecuário, em detrimento do não-agropecuário, indicando uma preferência pelo primeiro apesar de seu caráter árduo e da sua má remuneração.

Do total de chefes de família entrevistados, três quartos destes percebem a atividade não-agropecuária como um fator de ajuda na permanência das famílias nos lotes de assentamento. Não foi constatada diferença estatisticamente relevante entre as classes de agricultores pluriativos e agrícolas no que diz respeito à percepção do impacto do exercício de atividades não-agropecuárias sobre a permanência dos agricultores nos lotes, embora tenha havido um número um pouco maior de pluriativos que a vislumbram como algo benéfico para tal fim. Ao contrário, esta é percebida de modo positivo por ambos os grupos. Deste modo, não podemos afirmar que a associação da imagem da pluriatividade com o abandono do campo se encontre mais presente entre as famílias somente agrícolas.

Diante da opção de aproximadamente 60% de todos chefes de estabelecimentos entrevistados pela conciliação de atividades agropecuárias e não-agropecuárias em uma situação hipotética de escolha, cabe ponderar que a predileção pela pluriatividade na mesma não significa a possibilidade de sua prática na realidade. Diversos fatores, como o baixo nível de renda das ocupações não-agrícolas disponíveis e o alto custo dos transportes ou da alimentação, dentre outros, funcionam como entraves à prática das pretensões indicadas. Mesmo diante de salários iguais para ambas as atividades, constata-se a manutenção da tendência

das famílias em quererem ser pluriativas, vindo em seguida a exclusividade na atividade agropecuária como segunda opção.

Quando comparadas de forma separada as pretensões de conciliação de ambas as atividades agropecuária e não agropecuária com o exercício exclusivo das atividades agropecuárias, obtivemos dados que apontam, inclusive após o teste do qui quadrado, maior predileção pelas primeiras. Embora exista a preferência por trabalhar no campo, a conciliação dos dois tipos distintos de ocupação não é rejeitada, sendo muitas vezes preferida, já que traz chances de melhores condições de vida, progresso e sobrevivência às famílias sem, no entanto, colocar em risco a permanência destas no campo e nas atividades a ele afetas. O fato é que a pluriatividade é algo desejado e se estima que a afinidade por esta tenda a crescer quanto mais factível ela se tornar.

Ao mencionarmos factibilidade, nota-se que os grandes entraves à pluriatividade, de acordo com a opinião dos assentados, acabam sendo o transporte, que serve como um elo de união entre o rural e o urbano e a educação, importante para tornar viável o acesso a melhores empregos. Ambos os setores, apesar de existentes, se mostram deficitários nos assentamentos, se considerarmos a amplitude e a qualidade dos serviços prestados.

Tanto o problema quanto a hipótese 02 tentam sustentar a concepção de que, em áreas rurais onde estivessem presentes oportunidades de ocupação não-agropecuária, como é o caso daquelas próximas a centros urbanos, estas provocariam o interesse e a adesão dos agricultores familiares à pluriatividade. Os resultados obtidos e demonstrados nos parágrafos anteriores se alinham à hipótese citada, tendo-se percebido que a maioria dos chefes de família dos assentamentos entrevistados optaria pela pluriatividade diante da possibilidade de sua prática, sem

que esta mudasse a sua preferência pelo trabalho agropecuário. Grande parte das possibilidades está intimamente ligada às oportunidades trazidas pela demanda urbana, em congruência com autores como Passos e Silva (2009), Helfand e Jonasson (2009) e Graziano e Del Grossi (2002). Além da predileção pela pluriatividade diante de uma situação hipotética, os índices de prevalência da mesma constatados indicam a sua predominância nos assentamentos estudados.

Analisando separadamente as duas linhas de estudo a respeito dos determinantes da prevalência da pluriatividade, podemos tomar como verdadeira tanto a correlação entre a necessidade de incremento na renda e a demanda por ocupações não-agropecuárias proposta por Nascimento (2007), quanto a correlação entre a oferta de tais ocupações e a urbanização de uma dada região, sustentada por outros autores, como Del Grossi e Graziano (2002). Observa-se que pluriatividade predominante no Nordeste estaria fadada ao insucesso se estivesse somente voltada para a sobrevivência em si, e não para a melhoria das condições de vida, já que a sua ocorrência depende diretamente da viabilidade da atividade agropecuária. O correto então, para que se fomentasse a pluriatividade, seriam investimentos tanto nos setores agrícola e pecuário, quanto naqueles ligados à urbanização, como o industrial e comercial. Somado a isso, também se conclui serem de suma importância investimentos em infra-estrutura e serviços básicos à população, estes últimos responsáveis pela factibilidade de se promover a interação entre o meio rural e o urbano.

Aliás, as diferenças entre as pretensões e a prática das atividades não-agropecuárias em grande parte residem em falhas ligadas a serviços de infra-estrutura básica e de apoio governamental. Em breves testemunhos dos assentados, pôde-se perceber os problemas existentes. Quanto ao transporte, havia

a disponibilidade de ônibus para as comunidades, porém em horários restritos, sem falar da demora no percurso das precárias estradas de terra existentes nos assentamentos.

No que diz respeito à educação, a grande problemática para os alunos acaba sendo o acesso a níveis mais elevados de estudo, como o ensino médio e o superior. Para ter acesso a um ensino mais elevado, os habitantes dos assentamentos necessitam se deslocar por distâncias maiores que, embora praticáveis, se transformam em uma restrição diante de um sistema de transporte insatisfatório. Ressalta-se que a educação é uma porta de acesso para os pretendentes que almejam os melhores empregos no meio urbano.

A geração de empregos é um fator que varia de acordo com o desempenho da economia. Nota-se que as oportunidades de emprego e de empreendedorismo não-agrícolas estão presentes, porém o acesso àquelas de melhor nível é restrito e dependem de pré-requisitos como a educação e o transporte, por exemplo.

A segurança parece não ser uma grande preocupação dos agricultores familiares dos assentamentos do DF e seu entorno, tendo ocupado o último lugar em importância junto aos itens propostos. As respostas espontâneas revelaram que o crédito correspondia a aproximadamente 7% da importância atribuída, seguido da saúde, com 3,76% e da necessidade de provisão de equipamentos e tecnologia, com 1,61%.

A disponibilidade de crédito para alguns produtores nos assentamentos é um sério problema, já que muitos deles ainda não se encontram com a documentação do lote ocupado regularizada. A saúde também pode ser um entrave para a conciliação das atividades, em especial para aquelas que exigem a locomoção dos indivíduos. Estima-se que a provisão de equipamentos e tecnologia ocorra de

maneira satisfatória, já que durante as entrevistas se constatou a participação ativa da EMATER e dos líderes das associações dos assentamentos junto aos seus membros, sendo este um trabalho contínuo e gradativo.

De forma semelhante ao que foi constatado nesta dissertação, Alentejano (1997) encontrou vários entraves ao desenvolvimento dos assentamentos rurais, de distintas naturezas, sendo que alguns deles constituiriam potenciais fatores negativos para o desenvolvimento da pluriatividade. Além de aspectos geográficos desfavoráveis existentes nos assentamentos estudados no estado do Rio de Janeiro, o seu trabalho evidenciou infra-estrutura insuficiente nos setores de educação, saúde e transporte, o que ocasionava claros entraves à pluriatividade.

A ideia de que a pluriatividade significa o começo do desmantelamento da agricultura familiar é desmistificada pelos próprios assentados. Os resultados obtidos contrariam a ideia de que a busca de atividades não-agrícolas seja o primeiro passo para o aburguesamento ou a proletarização dos agricultores familiares. Mesmo a prática da pluriatividade pelos chefes dos estabelecimentos, apontada por Schneider (2003) como potencialmente maléfica à agricultura familiar demonstrou ser por eles mesmos entendida como uma situação altamente benéfica e desejada.

A associação da pluriatividade com a contribuição para a permanência das famílias nos lotes, a preferência incondicional pelo trabalho agropecuário, em detrimento dos demais tipos e a opção da maioria dos entrevistados pela conciliação de atividades agrícolas e não-agrícolas diante de condições para tal, são comportamentos que demonstram ser a pluriatividade muito mais um elemento que reforça o elo de ligação entre o produtor e o campo do que uma ameaça ao modelo familiar de agricultura. Ela colabora incrementando o bem-estar e a qualidade de

vida rural, assim como ajuda a resolver grande parte dos problemas ligados ao campo, conforme sustentam Gomes da Silva e Silva (2007), sendo a diversificação das fontes de renda um fator que fortalece a produção familiar, de acordo com Kageyama (2008).

Os resultados deste trabalho sugerem a pertinência tanto do problema 01 quanto da hipótese 01 propostos neste estudo. As práticas pluriativas são bem vistas por trazerem melhores condições de vida aos assentados e promoverem a sua conseqüente reprodução social. Tanto a associação entre a existência de melhores condições de permanência das famílias no campo e a prática da pluriatividade, quanto a manutenção da atividade agrícola como sendo a principal a ser exercida por parte das famílias pluriativas se alinham aos resultados obtidos por Teixeira (2009) em seu trabalho realizado no município de Nova Friburgo/RJ. Segundo a autora, os jovens pluriativos, dentro do universo estudado, estavam cada vez mais optando por permanecer nas suas comunidades rurais de origem, devido à intensificação da vida social e ao maior provimento de recursos e de infraestrutura no meio rural, o que estaria associado à presença de elementos e atividades urbanas no campo.

Ao tratarmos das ações e pretensões relacionadas ao abandono dos assentamentos, diante da baixa discrepância entre os grupos de agricultores somente agrícolas e pluriativos, pode-se dizer que a pluriatividade, na prática, não desempenhou um papel favorável e nem desfavorável sobre a evasão dos indivíduos dos assentamentos estudados, não possuindo efeito significativo dentro da análise estatística adotada. Desse modo, um alinhamento com as teorias de Abramovay et. al. (1998) ou Sacco dos Anjos et. al. (2006), ligadas à masculinização do campo e à influência positiva da pluriatividade na sucessão hereditária

respectivamente, não pôde ser comprovado. Entretanto, caberiam investigações mais aprofundadas e com maiores amostras em posteriores pesquisas acerca do assunto.

A estimativa de renda não se constitui em um fator seguro para avaliarmos o impacto da pluriatividade entre os agricultores familiares, pois os conceitos de renda agrícola e não-agrícola se confundem na visão dos entrevistados⁴⁶, havendo também uma clara dificuldade ou até mesmo tendência à subdeclaração dos valores realmente percebidos, já que boa parte das famílias é beneficiária de bolsa-família, bolsa-escola e outros tipos de amparo social. Além disso, há uma evidente dificuldade dos assentados em computar a agregação de valor obtida pela venda dos seus produtos em feiras livres e de artesanato, o que leva a uma subestimação da renda não-agropecuária concomitante à uma elevação da renda agropecuária.

O que se pode concluir a partir das proporções de renda obtidas com o estudo é que, tanto entre as famílias pluriativas quanto entre as agrícolas, a renda agropecuária ainda responde pela maior parcela de ganhos. Quando a análise foi realizada de forma a comparar individualmente a incidência proporcional da renda não-agropecuária com as outras rendas, ficou claro que os estabelecimentos pluriativos tinham maior proporção deste tipo de renda que os demais, indicando a influência da pluriatividade na dinâmica de renda destas famílias.

Outra conclusão importante é que, apesar das prováveis subestimações, a renda não-agropecuária tem relevância notável para os assentados, constituindo sua segunda maior fonte de renda, na frente de aposentadorias, pensões e das outras rendas. Para o total das famílias dos entrevistados, a renda não-agrícola foi a

46 Mais uma vez, devem ser lembradas as questões da subestimação da renda de auto-consumo e da inclusão da renda proveniente das feiras naquela computada como agropecuária.

segunda de maior importância, mesmo quando os grupos de aposentadorias, pensões e outras rendas foram reunidos em um único grupo.

Ao envolvermos a questão agrária com a pluriatividade, não há como ignorar a existência de mais de 13% dos chefes de estabelecimentos entrevistados ou seis deles que alegaram não haver condições de ocupação para todos dentro do lote ocupado, indicando que ainda existem certas dificuldades advindas dos tamanhos eventualmente reduzidos dos lotes distribuídos durante o processo de reforma agrária e muitas das famílias ainda não conseguiram incorporar técnicas satisfatórias de produção intensiva em menores áreas. A presença de pessoas alegando terem insuficiência de espaço físico em seus lotes para ocupar toda a sua família somente ocorreu entre os pluriativos. Desse modo, na existência de mão-de-obra ociosa e escassez de terras, em geral associadas à famílias numerosas e ao progresso técnico na atividade agropecuária, a pluriatividade parece ser uma saída bem cogitada pelos agricultores dos assentamentos.

Pode-se afirmar que a renda não-agropecuária é uma importante fonte de investimentos dentro da agricultura familiar, sendo redirecionada para suprir a necessidade de manutenção dos ciclos de produção e a aquisição de insumos responsáveis por melhorias e incrementos tecnológicos. O direcionamento da renda vinda de fora da agricultura ou da criação de animais para dentro do estabelecimento foi confirmado por quase 90% dos chefes de família entrevistados, mais precisamente 88,37% deles.

A análise estatística indicou, com 95% de confiança, haver um maior direcionamento dos recursos ganhos com as atividades não-agropecuárias por parte das famílias pluriativas do que daquelas somente agrícolas e que, porventura, tenham renda proveniente de trabalho assalariado agrícola. De certa maneira a

correlação entre a pluriatividade e o investimento de renda externa nos lotes se mostra óbvia, mas aponta claramente a importante injeção de recursos de outros setores para a agricultura familiar, agregando a esta maior competitividade, condições de manutenção e melhorias.

Quanto ao destino da renda reinvestida, ficou constatado haver uma atribuição de importância de mais de 90% para a destinação com a cobertura dos gastos familiares ou reinvestimento nas atividades agropecuárias e esta importância era atribuída de forma praticamente homogênea para ambas as possibilidades, recebendo cada uma pouco mais de 45% da pontuação máxima atribuível. Embora em proporções diferentes entre os grupos de pluriativos e agrícolas, não houve diferença estatística considerável e assim se pôde concluir que os investimentos com a agropecuária e a família se mantiveram como os dois principais destinos em ambos.

A pluriatividade não determinaria o direcionamento dos recursos em si, sendo as atividades não-agropecuárias apenas responsáveis por criá-los. Enfim, se conclui pela importância estratégica da renda não-agropecuária, tanto para a agricultura familiar, quanto para as condições sócio-econômicas das famílias em geral.

Os dados obtidos corroboram com o posicionamento de autores como Van der Ploeg (2008) e Wanderley (2000), além das constatações de Teixeira (2009), para os quais esta estratégia de direcionamento de renda seria usada como um ajuste, ou adaptação, com fins de garantia da sobrevivência familiar ou então para investimento direto ou indireto na atividade agropecuária. Tais dados confirmam o problema e a hipótese 03, defendidos neste estudo.

Segundo constatado por Teixeira (2009), a pluriatividade não apenas aumenta e diversifica a renda das famílias, como também possibilita uma maior estabilidade

desta. De forma semelhante ao constatado nesta dissertação, os dados de seu trabalho apontam o direcionamento dos recursos provenientes das atividades não-agropecuárias obtidos pelas famílias pluriativas para a manutenção da atividade agrícola ou para os gastos do lar.

O item II do questionário aplicado às famílias indica que a escolaridade das demais pessoas das famílias que trabalham nos estabelecimentos não se mostra significativamente superior à dos chefes das mesmas, não se podendo relacionar a menor idade dos demais indivíduos ou o maior tempo disponível por estes à sua maior escolaridade. Grande parte das atividades não-agropecuárias exercidas não demanda altos níveis de estudo, e assim parece não haver grande interesse por parte dos membros dos assentamentos em melhorar o seu grau de educação, exceto por um grupo minoritário observado.

A renda classificada nesta dissertação como conjunta apresentou alta porcentagem de ocorrência entre as demais pessoas das famílias que trabalham (47,87%), indicando altos níveis de cooperação e a existência de uma dinâmica de renda comum nas famílias, na qual todos os membros contribuem para o seu incremento.

Embora 43,16% dos entrevistados no item II afirmem trabalhar fora do estabelecimento, a maioria deles se dedica, exclusivamente ou não, a atividades dentro do estabelecimento, como a agricultura (89,47%), a pecuária (63,16%) ou outras atividades (16,84%), apontando que mesmo quando excluídos os chefes dos estabelecimentos, o direcionamento da força de trabalho para atividades fora do estabelecimento não suplanta a dedicação à atividade agropecuária.

Embora a maioria dos entrevistados alegue reinvestir o dinheiro oriundo das atividades não-agropecuárias nos lotes, mais de 60%, tanto dos chefes quanto dos

demais membros das famílias disseram que conseguiriam desempenhar as atividades agropecuárias sem depender das primeiras. Isso indica que a atividade agropecuária em si, exercida dentro do contexto familiar, pode não ser tão dependente de recursos externos, mas que deles necessita para que possa adquirir um caráter mais eficiente e menos vulnerável, estando o seu direcionamento ligado à estratégias de gerenciamento familiar, voltadas para a obtenção de retorno econômico.

Os resultados claramente apontam que as famílias que já recebem rendas vindas do trabalho não-agropecuário em seu estabelecimento detêm uma opinião muito positiva a respeito do seu uso para a melhoria das suas condições de vida, sugerindo que a experiência das mesmas com a pluriatividade ou mesmo com o trabalho assalariado é no mínimo satisfatória no sentido de trazer melhor renda e recursos. Os mais de 90% dos entrevistados que recebem renda não-agropecuária e afirmaram que suas condições de vida estariam piores caso não a detivessem, refletem a importância desta renda para as famílias, que dificilmente seria substituída pela renda agropecuária de forma satisfatória, dadas as condições e a realidade abordadas.

Mesmo entre as famílias que adotam exclusivamente as atividades agropecuárias como meio de vida, 35% delas alegou que estariam em melhores condições de vida se também possuíssem ocupações não-agropecuárias. Existe um alto grau de percepção e de satisfação em ambos os grupos em relação às melhorias trazidas pelo desempenho da pluriatividade.

No que diz respeito à percepção dos benefícios trazidos pela pluriatividade para as comunidades dos assentamentos, os dados demonstram que a maioria dos chefes ou responsáveis pelos estabelecimentos nos assentamentos em questão, e

mais ainda os seus familiares, considera que as atividades não-agropecuárias proporcionam melhores condições para o desenvolvimento dessas comunidades, assim como para a perseverança e continuidade das mesmas, evitando a sua eventual dissolução. Mesmo muitos dos representantes dos estabelecimentos agrícolas que não entendem a pluriatividade como algo benéfico para si próprios julgam ser esta imprescindível para muitas das famílias, unidades que atuam como células que agregam recursos necessários ao progresso e a continuidade do assentamento como um todo.

A estimativa de renda realizada, apontou uma grande parcela das famílias nos assentamentos percebem entre 1 a 3 salários mínimos mensais, com uma maior parcela de agricultores pluriativos situada em faixas de renda mais elevadas, quando comparados com o grupo dos agrícolas. Todavia, os resultados não foram conclusivos, já que a análise estatística não demonstrou significância nas diferenças encontradas. Isso se deve em parte à ampla faixa de renda considerada em cada classe tomada separadamente, associada aos baixos salários declarados, o que pode confinar diferentes rendas em uma mesma faixa salarial. Posteriores estudos poderiam considerar faixas menos amplas de renda, já que as rendas familiares declaradas também foram menores do que se estimava para o Distrito Federal.

Existe correlação direta, inclusive do ponto de vista estatístico, entre a pluriatividade e a agregação de valor aos produtos produzidos nos estabelecimentos dos assentamentos que foram foco deste estudo. Esta correlação comprova a utilização do modo produtivo familiar para a promoção de importantes adaptações ao mercado através de atividades de agregação de valor, que intencionalmente ou não promovem certo grau de imunidade em relação às eventualidades mercadológicas que ocasionem perdas irreversíveis em sua atividade, como a

atuação exploratória de atravessadores ou a queda abrupta no preço de certos tipos de commodities. Este comportamento se alinha às situações do problema e da hipótese 04, anteriormente descritos nesta dissertação, confirmando a utilização inclusive de técnicas ditas “camponesas”, como o artesanato e a produção de produtos caseiros, para promover uma maior interação da agricultura familiar no mercado capitalista, inclusive de forma sustentável, em concordância com Moreira (1995).

Um comportamento semelhante, adotado pelos assentados de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, foi observado por Alentejano (1999), que constatou que nos assentamentos de seu estado a pluriatividade era desempenhada tanto a partir da conciliação da agropecuária com atividades de outra natureza, quanto do desempenho desta conciliação nos próprios assentamentos ou no espaço rural de seus arredores, através do beneficiamento de produtos agrícolas ou mesmo da prestação de serviços.

É perceptível que a venda de produtos em feiras representa quase metade das atividades voltadas à agregação de valor aos produtos agropecuários. Falta ainda maior qualificação e maiores incentivos voltados para o beneficiamento de produtos, o que deve ser sanado por intermédio da provisão de conhecimento através de serviços de extensão rural (figura 6) e recursos voltados para os assentamentos com vistas à atuação dos seus ocupantes nesta seara.

Conclui-se que o grande potencial de mercado oferecido pela aglomeração urbana do Distrito Federal ainda é subutilizado para promover a realização de atividades que confirmam agregação de valor aos produtos oriundos dos assentamentos de reforma agrária, tendo em vista a sua incidência abaixo de 50% entre os estabelecimentos e a concentração deste propósito em uma gama reduzida

de atividades, em contraposição à sua importância como ferramenta de obtenção de maiores ganhos e inserção em um maior número de elos da cadeia produtiva.

O conteúdo desta dissertação permite afirmar que a presença de elementos urbanos no cenário e na vida dos agricultores familiares dos assentamentos de reforma agrária não traz como consequência o abandono às tradições rurais e tampouco a adoção de um modo de vida essencialmente urbanizado. Embora o progresso muitas vezes se traduza por intermédio da incorporação de ferramentas típicas do meio urbano, que fazem evoluir o modo de produção e de vida dos agricultores, tanto o cenário dos assentamentos quanto o comportamento de seus ocupantes se apresentam como típicos do meio rural, não sugerindo a desestruturação do seu modo de vida e de relação com a terra.

Ao compararmos os agricultores familiares dos assentamentos estudados, situados no Distrito Federal e seu entorno com aqueles de outras regiões, temos em comum uma manifestação que está de certa forma ligada à pluriatividade, denominada de “ideal rurano” por autores como Carneiro (1998). Esta última autora traz à tona este ideal, típico dos jovens do meio rural, consequência de transformações como a queda da atratividade da vida urbana, diante de problemas como a violência, o desemprego e o alto custo de vida, dentre outros. As dificuldades enfrentadas pelos habitantes dos centros urbanos vêm criando uma associação entre vida rural e alta qualidade de vida, o que acabou por se transformar em uma aspiração por parte de muitos indivíduos que vivem nas cidades.

A aproximação dos valores urbanos e rurais se torna inevitável, principalmente em regiões onde os dois universos convivem em caráter de proximidade, como é o caso dos assentamentos envolvidos neste estudo. Todavia,

Carneiro (1998), sustenta que a multiplicidade de opções relativa ao modo de vida, trazidas pela combinação de práticas e valores urbanos e rurais, acaba por gerar a possibilidade de escolha desse modo pelas pessoas. Ainda segundo a autora, haveria uma crescente tendência à reafirmação de valores e modos de vida locais, principalmente aqueles elaborados no universo familiar. A seguir, a figura 06 ilustra a interação entre os produtores e os profissionais de extensão rural, que levam conhecimento ao assentamento.



Figura 06: reunião dos integrantes dos assentamentos com representantes da EMATER-DF

Fonte: trabalho de campo do autor. Brasília, 2012.

A adoção de ocupações urbanas no meio rural por intermédio da pluriatividade e o uso da tecnologia acabam por reforçar a valorização do modo de vida até então existente. Caso contrário, não observaríamos a maior satisfação atribuída por 95,16% dos chefes dos estabelecimentos ao trabalho agropecuário, em detrimento de outros tipos de trabalho. A visão de amparo da pluriatividade em relação à atividade agropecuária ficou clara e foi defendida por aproximadamente

75% dos chefes de estabelecimento, além de notarmos a predileção de mais de 98% deles pela conciliação de atividades ou pela exclusividade na agropecuária, em detrimento do seu abandono.

O próprio perfil das famílias presentes no estudo já indica não estar ocorrendo uma dissolução do modo de vida rural, já que não se detectou absolutamente nenhuma de caráter exclusivamente não-agrícola. Além disso, ao se observar o redirecionamento das rendas auferidas para a família e para o estabelecimento, dois elementos-chave da forma familiar de produção, e o emprego da maior parcela de mão-de-obra existente na agricultura e na pecuária, tem-se que os elementos rurais se encontram longe de um processo de extinção nos assentamentos.

Esta realidade reforça a hipótese 05 levantada nesta pesquisa, de que a prática de atividades não-agropecuárias não levaria à predileção pelas mesmas em detrimento do trabalho no campo e nem pela escolha de um modo de vida urbano, apesar da visível proximidade, da convivência de elementos e das conexões existentes.

6. REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ABRIL – **Estados Brasileiros**. São Paulo, SP, p. 666 – 667, 2010.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos**. Rio de Janeiro : CPDA/UFRRJ, 1997. (Dissertação de mestrado).

ALENTEJANO, P. R. **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: TEDESCO, J.C. (organizador). *Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas*. 2º Edição. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. “Juventude rural: ampliando as oportunidades”, **Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Online em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>. Acesso em 16/10/2011.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols. 28 nºs 1, 2, 3 e 29, nº 1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <http://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-familiar.pdf>. Acesso em 30/07/2011

ABRAMOVAY, R. et. al. **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p. 21 cm. ISBN 85 – 85014 – 37 – 7.

ABRAMOVAY, R. et. al. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, Recife, 2001. Disponível em: http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf .

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALTÍSSIMO, A. **O turismo rural como alternativa de renda à agricultura familiar do município de quinze de novembro**. Monografia de Conclusão de Curso. UFRRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Seropédica/RJ, 2002, 33 p. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Antonio_altissimo.pdf . Acesso em 12/09/2012.

ARAÚJO, T. C. A.; GODRIM, M. D.; SOUZA V. S.; A organização social da agricultura familiar do Projeto Jaíba -MG como desafio para o desenvolvimento local sustentável. XLV Congresso da SOBER. 22 a 25 de Julho de 2007, UEL, Londrina/PR. **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: http://www.sober.org.br/conteudo.php?item_menu_id=6&mostra_congresso_realizado=1&id_realizado=6 Acesso em 03/03/2012.

AZAMBUJA, J. L. B. de. **A importância da pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar** – o caso da comunidade de Aguapés no município de Osório-RS. Série realidade rural. EMATER, v.45. Porto Alegre, RS:, 2006.

BALESTRIN, J. **A relevância do PRONAF na agricultura familiar**: perspectiva e importância do programa desde sua criação. Monografia Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2010, 65p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25416> . Acesso em 03/03/2012

BENATTI, J. H. Apropriação Privada dos Recursos Naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudos da formação da propriedade privada). In: Delma Pessanha Neves. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: UNESP, 2009, v. II, p. 211-238.

BALSADI, O. V. Agricultura familiar e pluriatividade no Centro-Oeste brasileiro: algumas evidências no período recente. **Revista de Política Agrícola**. Ano XVIII – N° 01 – Jan/Fev/Mar 2009, p. 98 – 117.

BERDEGUÉ, J.; (2002) “Learning to beat Cochrane's treadmill – Public policy, markets and social learning in Chile's small – scale agricultue”, in C. Leeuwis and R. Pylburn (eds) **Wheelbarrows Full of Frogs: Social learning in rural resource management**, Agricultural University of Wageningen, Wageningen, The Netherlands. Disponível em: <http://www.rimisp.cl/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/0269-001761-beatingcochranesagriculturaltreadmilversion2.pdf> Acesso em 16/07/2011.

BOTELHO FILHO, F. B. **As relações rural – urbano no Distrito Federal**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP, 2001.

BRASIL. CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Brasília, DF. **Juventude, Reforma Agrária e Agricultura Familiar**. 2007, Brasília/DF, 66 p.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2009, 267 p.

BRASIL. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa de Capacitação em Apoio à Reforma Agrária. Desenvolvimento Empresarial nos Assentamentos. Ferreira, L. L. **SÉRIE – Desenvolvimento Empresarial – Vol. I**. Brasília, 1995, 24 p.

_____. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. Agosto, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria> . Acesso em 29/08/2012.

_____. **Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil**. MDA/INCRA. Dezembro, 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-assentamentos-2010> .Acesso em 05/05/2012.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Apresenta Projetos de Reforma Agrária**. Publicado em 12/12/2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/pac> . Acesso em 27/02/2012.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei nº 11326, de 24/07/2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e

empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm . Acesso em 17/01/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PIB da agricultura familiar: Brasil – Estados/**. Guilhoto, J. J. M., Azzoni, C. R., Silveira, F. G. [et. al.]. Brasília: MDA, 2007.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012**. Publicação Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais**, Rio de Janeiro, RJ, n. 32, p. 22, 2010.

BRASÍLIA. Secretaria de Agricultura. Agricultura Cidadã – A agricultura no Distrito Federal (1995/1998): **Novas formas de intervenção do Estado para um novo modelo de desenvolvimento rural**. Brasília, 1998, 87 p.

BUAINAIN, A. M. et. al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CARMO, M. S. do. A Produção Familiar como Locus Ideal da Agricultura Sustentável. **Para Pensar Outra Agricultura**, Curitiba, p.215 - 238, 1998.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/carne.rtf>. Acesso em 20/06/2012.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa livraria, 1998, p.148-170.

CARNEIRO, Maria José F. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Carvalho Costa, L. F. e outros (org.) **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro, Mauad, 1999. p. 323-344.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: **Colóquio. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, 2005. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 590 p.

DAVIS, J.H; GOLDBERG R.A. 1957. **A concept of Agribusiness**, Harvard University, Boston, p. 1-24.

CASTILHO E SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis, SC, Ed. Mulheres, 2010, p. 183-207. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/774.pdf> . Acesso em 29/02/2012.

CODEPLAN. **Anuário Estatístico do Distrito Federal**. Capítulo 16, entorno do Distrito Federal. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000274.pdf> . Acesso em 15/03/2012.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 127-157.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo e GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural: uma abordagem ilustrada** / Mauro Eduardo Del Grossi, José Graziano da Silva. - Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002. V. I e II.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da; FRANÇA, Caio Galvão de (Org.); **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010. (Série Nead especial, 12).

DIEESE. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**, 4ª Ed./Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo, 2011, 292 p.

EMATER/DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. Unidade Local Sobradinho, Assentamento Contagem. **IDCR das 41 unidades produtivas das 44 unidades produtivas existentes**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00003396.pdf> . Acesso em 29/08/2012.

EMATER/DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. Gerência de desenvolvimento sócio-familiar, Unidade local do Pípiripau, Assentamento Fazenda Larga. **IDCR de 71 unidades produtivas das 77 unidades produtivas existentes**. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00003390.pdf> . Acesso em 29/08/2012.

FAO/INCRA/MDA (2000). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto**. Silva Cardim (FAO) e Carlos Guanziroli (INCRA) (coord). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária, fevereiro/2000.

FARIAS, M. F. L; O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co – editor], 2008, p. 151 – 170. 348 p.

FERNANDES, B.M. Espaços agrários de inclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: **XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Petrolina, 2002. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf> . Acesso em 29/02/2012.

FERREIRA, S.C.. Políticas Públicas, Urbanização e Interações Sócioespaciais no Brasil. Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais, 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area05/5210_Ferreira_sandra_Cristina.pdf Acesso em 10/01/2012.

FRANÇA SILVA, S.; GOMES DA SILVA, A. Diversificação do uso da força de trabalho: Assentamento Brinco de Ouro J. Câmara/Rn. In: VII Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural, 2006. **Anais do VII Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural**. Quito : Associação Latino Americana de Sociologia Rural, 2006. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?q=Diversifica%C3%A7%C3%A3o+do+uso+da+for>

[http://hp.12...2359I0I3531111I0I0I0I0I0I0I0.frgbld.&oq=Diversifica%C3%A7%C3%A3o+do+uso+da+for%C3%A7a+de+trabalho%3A+Assentamento+Brinco+de+Ouro+&aq=f&aqi=&aql=](http://hp.12...2359I0I3531111I0I0I0I0I0I0I0.frgbld.&oq=Diversifica%C3%A7%C3%A3o+do+uso+da+for%C3%A7a+de+trabalho%3A+Assentamento+Brinco+de+Ouro+&hl=ptBR&gbv=2&gs_l=hp.12...2359I0I3531111I0I0I0I0I0I0I0.frgbld.&oq=Diversifica%C3%A7%C3%A3o+do+uso+da+for%C3%A7a+de+trabalho%3A+Assentamento+Brinco+de+Ouro+&aq=f&aqi=&aql=) . Acesso em 31/01/2012.

FUNK, F.; BORGES, M. M.; SALAMONI, G. Pluriatividade: Uma Estratégia de Sustentabilidade na Agricultura Familiar nas Localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito – Rio Grande – RS. **Geografia**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/geografia>> . Acesso em: 30/07/2011.

GONÇALVES, W.M. et al. O gerenciamento da demanda em função da economia de escala, escopo e do composto de marketing em diferentes organizações do setor de lácteos, no Rio Grande do Sul: um estudo multicaso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 24-27 jul. 2005, Ribeirão Preto (SP). **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/775.pdf> . Acesso em 31/01/2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. *et. al.* O Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n.2, p. 60-72, abr/jun. 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V. e DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação SEADE, São Paulo - SP. LI(2):50-64. 1997. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2055> Acesso em 12/09/2012.

JONASSON, E; HELFAND, S. “How important is Economic Geography for Rural Non – Agricultural Employment? Lessons from Brazil”; **working paper** 2008:3. 2009, Department of Economics, Lund University. Disponível em: http://www.nek.lu.se/nekejo/Docs/Research/Jonasson-Helfand-diss_chapter.pdf . Acesso em 22/12/2012.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

KOPPE, Leonardo R. A Estratificação Social e a Pluriatividade na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre.

LEITE, S. et. al. **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Unesp, 2004, 391 p.

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, nº 18-19, jan-dez.2006. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-5-Glaucio_Marafon_Miguel_Angelo.pdf Acesso em 20/12/2012.

MARTINS, D. V. V. A vida no e para além do roçado: reprodução social e pluriatividade no Assentamento Santo Dias em Guapé/MG. Lavras: UFLA, 2011.

NASCIMENTO, C. A. A dialética da pluriatividade: o caso do Sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11, Vitória, 2006. **Anais... Vitória**, ES: SEP, 2006. Disponível em:

http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/425_95ecd39248e4ba064aa390185244476d.pdf. Acesso em 11/10/2011.

NASCIMENTO, C. A. A. Perspectivas para a pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. XLV Congresso da SOBER, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...**Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 22 a 25 de Julho de 2007. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/2_congresso/724_111910099a1fa393257bc60192902ae5.pdf. Acesso em 11/10/2011.

NASCIMENTO, C. A. **A Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Europeia**. Série BNB Teses e Dissertações n° 11. Fortaleza, CE, Brasil, 2008, 282 p.

NASCIMENTO, C. A. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 317-348, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a04v18n2.pdf>. Acesso em 10/05/2012.

NETO, A. A. H; STEIN, C. E. **Uma abordagem dos testes não-paramétricos com utilização do Excel**. Disponível em: http://www.mat.ufrgs.br/~viali/estatistica/mat2282/material/textos/artigo_11_09_2003.pdf Acesso em 03/05/2012

NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar: estratégia diferencial de distintos estilos de agricultura. UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...**Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 22 a 25 de Julho de 2007, UFL, Londrina, PR..

NYCHA, L.; SOARES, A. C. C. **A relação do processo agroindustrializante e a pequena propriedade rural: prospecções para o desenvolvimento local/regional**; Curitiba, 2007; Disponível em: http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a4_017.pdf. Acesso em 22 de Novembro de 2010.

NUNES, Emanuel Márcio. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no nordeste: dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN). 2009. Tese (Doutorado). Orientador: Sergio Schneider. Defesa em: 24/07/2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18314/000724991.pdf?sequence=1> Acesso em 04 /03/2012.

PAHL, R. **Whose city?** And other essays on sociology and Planing. London: Longman Group, 1970.

PASSOS, M. S. P.; SILVA, A. F.; A pluriatividade na agricultura familiar brasileira e o espaço urbano: existem fronteiras entre o rural e o urbano? XII encontro da associação nacional de pós – graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. 25 a 29 de Maio de 2009, **Anais...**Florianópolis/SC. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/anais/ena13/ARTIGOS/GT1-361-894-20081220215616.pdf>. Acesso em 11/10/2011.

PÉBAYLE, R. "A área rural do Distrito Federal". In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. 31(1); 39 – 83. Jan – Mar, 1971.

PELINSKY, A.; SILVA, D.R. Da; SHIKIDA, P.F.; (2005); **A dinâmica de uma pequena propriedade dentro de uma análise de Filière; Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 3, p. 271-281, 2005. Disponível em: [http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43923/2/Artigo%20%20\(05.188\).pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43923/2/Artigo%20%20(05.188).pdf). Acesso em 22 de Novembro de 2010.

RANGEL, I. Questão Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. In: SILVA, J. (ORG). **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre:UFRGS. 2000.pp 266.

RESENDE, G.C DE; HELFORD, STEVEN M.; (2003) **Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro**. Rio de Janeiro/RJ, IPEA. Disponível em <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/39/18>. Acesso em 22 de Novembro de 2010.

RUBELO, J. G. NUNES; A contribuição da pluriatividade da agricultura familiar no desenvolvimento local / João Geraldo Nunes Rubelo. In: **Economia & pesquisa Araçatuba** : Fundação Educacional Araçatuba v.7, n.7 (mar.2005), p.127-153.

GASPI, S.; LOPES, J. L. Desenvolvimento Sustentável e Revolução Verde: Uma Aplicação Empírica dos Recursos Naturais para o Crescimento Econômico das Mesorregiões do Paraná. In: **XI Encontro de Economia da Região Sul**, 2008, Curitiba. UFPR, 2008; Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a4/ANPEC-Sul-A4-08-desenvolvimento_sustenta.pdf. Acesso em 20 de Março de 2012.

SANTOS FILHO, J. I. dos. **Evolução e determinantes da população rural e do emprego rural não – agropecuário no estado de Santa Catarina: período de 1991 a 2000**. Tese (Doutorado em Ciência da Economia Aplicada). Piracicaba, SP, 2006. 160p.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro – Brasília. **Embrapa Informação Tecnológica**, 2008. 73 p.

SAUER, S. **Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998, 127 p.

SCHMIDT, B. V., MARINHO, D. N. C., ROSA, S. L. C. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 36 p.

SCHNEIDER, S. et. al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**, 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 273-298.

SCHNEIDER, SÉRGIO et. al. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul** – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos, sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/schneid16.htm>. Acesso em 15/03/2012.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola, Ano XVI, nº 03** – Jul./Ago./Set. 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, IICA, 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/48/1467> Acesso em 04/03/2012

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

SCHNEIDER, S; CONTERATO, M. A. Transformações Agrárias, Tipos de Pluriatividade e Desenvolvimento Rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (orgs.). In: **Entre el campo y la ciudad. Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/397.pdf> . Acesso em 01/02/2012

SCHULTZ, T. **The economic organization of agriculture**. New York: McGraw Hill, 1953, 374 p. Disponível em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=57152219> . Acesso em 15/10/2011.

SENA, NADJA A.M.O. DE; FILHO, C.A.P.; OLIVEIRA, G.G DE; (2004) **Demanda por fatores e elasticidade de substituição da agricultura familiar no recôncavo baiano: aplicação de um modelo translogarítmico**. Disponível em www.sober.org.br/palestra/12/01O030.pdf . Acesso em 22 de Novembro de 2010.

SILVA, T. P. As redefinições do “Rural”: breve abordagem. **Revista NERA** – Ano 7, nº 4 – Janeiro/Julho de 2004 – ISSN 1806-6755. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/05_Tania.pdf . Acesso em 28/02/2012.

SILVESTRO, M. L. et. alii. **Os Impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001, 120 p.

SLANGEN, L.H.G.; LOUCKS, L. A.; SLANGEN, A.H.L.; **Institucional Economics and Economic Organisation Theory**. Wageningen Academic Publishers, The Netherlands, 2008.

SORJ, B., **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar (2ª edição), 1980. Disponível em: http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=sorj%2Cb.+estado+e+classes+sociais+na+agricultura+brasileira&gbv=2&oq=sorj%2Cb.+estado+e+classes+sociais+na+agricultura+brasileira&aq=f&aqi=&aql=&gs_l=hp.12...2390.24296.0.30828.60.9.0.51.0.0.422.1970.2-2j3j1.6.0...0.0.QRIR0TTHfhQ . Acesso em 02/0/2012.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003, 204p.

SPAROVEK, G. et. al. **Análise territorial da produção nos assentamentos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. 71 p.

TEIXEIRA, V. L. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares** – Campinas, SP: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000471738&fd=y> . Acesso em 11/10/2011.

TESTE.CHI. **Função TESTE.CHI** – Excel – Office.com. Disponível em: <http://office.microsoft.com/pt-pt/excel-help/teste-chi-funcao-teste-chi-HP010335637.aspx> . Acesso em 03/05/2012.

VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: **A diversidade da agricultura familiar**/Schneider, Sergio – Rio Grande do Sul, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006 – ISBN 8570258844.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas — o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p.87-146, outubro 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm> . Acesso em 16/02/2012.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida; Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

WESZ JUNIOR, V; GRISA, C. Os dez anos do plano safra da agricultura familiar: um convite à reflexão. Artigos OPPA, n° 42, julho de 2012. Disponível em: http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_br_042-07_2012-Catia_Grisa-Valdemar_Junior.pdf . Acesso em 29/08/2012.

d) Outras (especificar):

6 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS FORA DO ESTABELECIMENTO (especificar):

7 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS ACERCA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (na roça plantando, praticando extrativismo ou criando animais) E NÃO AGROPECUÁRIA (que não sejam plantação, extrativismo ou a criação de animais) NOS ASSENTAMENTOS.

7.1 - Nas condições atuais, a realização do trabalho agrícola ou pecuário (na roça plantando, praticando extrativismo ou criando animais) dentro do assentamento lhe proporciona maior satisfação do que o possível exercício de outras atividades não-agrícolas ou pecuárias (que não sejam plantação, extrativismo ou a criação de animais):?

Sim () Não ()

7.2 - Você acredita que o exercício de atividades não-agropecuárias (que não sejam plantação, extrativismo ou a criação de animais) por parte dos membros de sua família ajuda ou atrapalha na futura permanência (utilização como moradia e espaço de trabalho) dos mesmos no lote ?

Ajuda () Atrapalha ()

7.3 – Diante de uma possível proposta de emprego não – agrícola ou não-pecuário que lhe garantisse salário igual ao que ganha atualmente, qual decisão o (a) senhor (a) tomaria?

a. Abandonaria as atividades agropecuárias para se dedicar apenas ao trabalho não-agropecuário ()

b. Tentaria conciliar ambas as atividades agropecuária e não-agropecuária ()

c. Continuaria a exercer apenas as atividades agropecuárias ()

7.4 - Na sua opinião, em que deveriam ser focadas as ações governamentais para viabilizar, para você e sua família, a conciliação de atividades agrícolas e não agrícolas? (enumerar, caso considere mais de uma alternativa, as duas opções escolhidas por você como sendo as mais importantes).

Obs: considerar o termo “conciliação” como a realização tanto de uma atividade quanto da outra, sem que para isso se tenha que abandonar uma delas.

a.() Transporte b.() Educação. c.() Segurança d.() Geração de mais empregos

Outros

(especificar): _____

8 – CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO.

Obs: a partir das informações obtidas, presumir em qual perfil cada família se enquadraria segundo o tipo de ocupação, assinalando abaixo o tipo de família:

a) Agrícola () b) Pluriativa () c) Não ocupada ()

8.1 – Em relação à sua família, após a vinda de vocês para o assentamento, quantos membros e qual o gênero de tais membros que:

a) abandonaram o assentamento e foram viver na cidade? ____ M e ____ F.

b) não abandonaram o assentamento mas pensam em fazê-lo? ____ M e ____ F.

c) não abandonaram o assentamento e não cogitam fazê-lo, havendo por parte destes o interesse em continuar suas atividades no assentamento ? ____ M e ____ F.

8.2 – O sustento da sua família pode ser consequência de várias atividades, algumas delas ligadas ao cultivo da terra ou à criação de animais dentro dos lotes, gerando a chamada renda agrícola e de outras que seriam fruto de atividades desempenhadas fora dos lotes, gerando a chamada renda não-agrícola. Em alguns casos também ocorre a complementação dos ganhos através das aposentadorias e pensões. Qual seria, aproximadamente, em termos de renda para o sustento do lar, a importância de cada atividade?

a) Renda Agrícola, aproximadamente _____%

b) Renda Não Agrícola, aproximadamente _____%

c) Oriunda de aposentadorias e pensões _____%

d) Outras, aproximadamente _____%.

Especificar:

8.3 – Haveria ocupação para todos os membros de sua família em seu lote caso todos eles decidissem se dedicar ao trabalho agrícola ou pecuário dentro dele?

() Sim () Não

8.4 – Caso você ou sua família realizem atividades não-agropecuárias e geradoras de renda fora dos lotes, você utiliza o dinheiro destas atividades para investimentos destinados ao seu lote?

Sim () Não ()

8.5 - Em caso de resposta positiva em relação ao item anterior, especificar qual é o principal destino desta renda, enumerando as duas opções mais importantes:

() atividades agropecuárias () associação do assentamento () gastos com a família

() outras (p. ex. especificar se é destinada a outras atividades, como a construção civil):

Obs: “**enumerar**”: colocar o número 1 para a alternativa que considera a mais importante e o número 2 para a alternativa que considera como sendo a segunda mais importante.

ITEM II**DADOS SOBRE OS DEMAIS COMPONENTES DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS QUE TRABALHAM**

Nome:		
Sexo: M () F () Idade: _____ anos.		
Escolaridade: S/Alfabetização () Fundamental () Ensino Médio () Terceiro Grau () Pós-Graduado () Ano do nível em que parou de estudar: _____		
Renda Pessoal: Abaixo de 1 SMMs () De 1 a 3 SMMs () De 3 a 7 SMMs () De 7 a 10 SMMs () Acima de 10 SMMs ()		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTABELECIMENTO		
AGRICULTURA (especificar)	PECUÁRIA (especificar)	OUTRAS (especificar)
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS FORA DO ESTABELECIMENTO (especificar):		

ITEM III

QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL: OPINIÃO E DADOS DAS FAMÍLIAS DOS ASSENTAMENTOS EM RELAÇÃO AO PAPEL DAS ATIVIDADES EXERCIDAS

1) Se nenhum de vocês estivesse exercendo atividades não-agropecuárias para ajudar na renda, vocês acreditam que ainda estariam tendo condições de desempenhar a atividade agropecuária dentro do seu lote?

a) Resposta do chefe da família: () Sim () Não

b) Resposta dos demais membros (preencher com o número de respostas ou opinião do chefe da família em relação ao posicionamento dos demais membros da família, caso estes últimos estejam ausentes):

_____ respostas SIM e _____ respostas NÃO

2) As condições de vida sua e de sua família estariam melhores ou piores do ponto de vista econômico e social, caso nenhum de vocês estivesse exercendo atividades não-agropecuárias para ajudar na renda?

2.1) E caso nenhum membro de sua família, incluindo você exerça atividades não-agropecuárias, você acha que as condições de vida sua e de sua família estariam melhores ou piores do ponto de vista econômico e social, caso as estivessem exercendo?

3) Na sua opinião, qual o grau de importância das atividades não-agropecuárias desenvolvidas pelas famílias fora dos lotes de assentamento para o desenvolvimento, melhoria das condições de vida e a continuidade de todo o seu assentamento?

a) Resposta do chefe da família: a.() Nada Importante b.() Pouco importante c.() Importante d.() Muito Importante.

b) Resposta dos demais membros: a.() Nada Importante b.() Pouco importante c.() Importante d.() Muito Importante.

4) Qual é a renda familiar em salários mínimos mensais (SMMs) do seu domicílio?

a) Menos de 1 SMMs () b) De 1 a 3 SMMs () c) De 3 a 7 SMMs () d) De 7 a 10 SMMs () e) Acima de 10 SMMs ()

5) Você ou algum membro de sua família se vale das atividades não agrícolas para agregar valor aos produtos agropecuários que comercializa? (por exemplo, através da venda direta em feiras, beneficiamento ou adequação dos produtos a públicos específicos.)

() Sim () Não

Em caso de resposta positiva, quais produtos teriam o seu valor agregado? _____